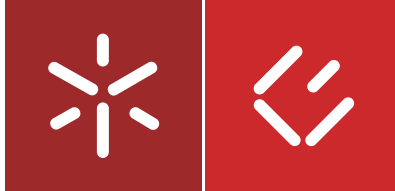


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carla Alexandra Oliveira Gomes

A percepção da identidade europeia entre os
jovens qualificados da nova vaga de emigração



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carla Alexandra Oliveira Gomes

A percepção da identidade europeia entre os
jovens qualificados da nova vaga de emigração

Trabalho de Projecto
No âmbito do Projecto de Investigação:
“Identidade Europeia e Multiculturalidade”
Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro
Departamento de Sociologia da Universidade do Minho

Declaração

Nome: Carla Alexandra Oliveira Gomes

Endereço electrónico: carla.gomes46@hotmail.com

Telemóvel: 916417794

Número do Bilhete de Identidade: 13793316

Título do trabalho de projecto:

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração.

Orientador:

Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

Ano de conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

(Carla Alexandra Oliveira Gomes)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Rita Ribeiro, minha orientadora, pela disponibilidade em aceitar-me no seu projecto de investigação. Agradeço-lhe toda a ajuda, todo o interesse e competência com que me guiou ao longo deste percurso. Por tudo o que fez, um muito obrigada.

Um agradecimento a todos os jovens emigrantes qualificados que se disponibilizaram para responder aos inquéritos. Sem a ajuda destes, que não conheço e nem sequer sei o nome, este trabalho não poderia ter sido concluído.

A todos aqueles que me ajudaram na divulgação dos inquéritos. Irá sempre faltar um nome, portanto agradeço a todos pela ajuda neste processo.

Às minhas amigas Di, Kika, Li, Pati e Rita, pela amizade de sempre. A vossa ajuda, disponibilidade e carinho ajudaram-me a chegar a esta meta. O vosso trabalho e sucesso inspiram-me todos os dias.

Agradeço ao Júlio, por me ter acompanhado nestes últimos meses. Obrigada pela motivação e pela disponibilidade oferecida.

Aos meus pais, a quem dedico este trabalho. Tudo o que sou hoje devo a vocês. Obrigada pelo estímulo ao longo de toda a vida académica e pelo amor incondicional. Sem vocês nada disto seria possível. Estou-vos eternamente grata.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Resumo

Os movimentos migratórios sempre fizeram parte da história da Humanidade, sendo que este fenómeno evoluiu ao longo dos tempos, uma vez que era restrito e limitado. Actualmente, este conceito tem um carácter global e os movimentos migratórios têm vindo a intensificar-se. No contexto da União Europeia, as migrações assumem um carácter particular uma vez que, por efeitos dos Tratados constitutivos da União qualquer cidadão de um Estado-membro tem o direito a emigrar, seja por motivos profissionais ou outros, dentro das fronteiras da Europa Comunitária. A cidadania europeia veio acrescentar um conjunto de direitos e deveres do cidadão, sendo que, entre outros, veio vincular o direito à livre circulação. De forma a regular as migrações, foram desenvolvidas políticas europeias para as mesmas, tendo, também, o intuito de integrar os migrantes.

As alterações socioeconómicas que atingiram a Europa, e, em particular Portugal,, especialmente a partir de 2008, afectaram a empregabilidade. O volume do desemprego e do emprego precário aumentaram. Consequentemente, verificou-se o aumento da emigração. Sendo os jovens, em particular os jovens com qualificações superiores, um dos segmentos etários mais afectados, estes encontraram na emigração a solução para este problema, sendo que, em Portugal, a emigração jovem aumentou em larga escala a partir de 2012.

Neste trabalho de investigação, foi definido como objectivo principal analisar a ligação dos jovens portugueses qualificados que têm emigrado nos últimos anos com a UE e a identidade europeia. Procura-se perceber se o seu sentimento de pertença a uma Comunidade se tornou mais frágil ou fortalecido após a saída do país.

Para isso foi realizado e colocado *online* um inquérito com 19 questões, direccionado a jovens emigrantes com qualificações superiores. Além de tentar perceber a ligação dos mesmos à UE, procura-se saber quais os motivos que os levaram a sair do país e quais as maiores diferenças e semelhanças entre Portugal e o país de acolhimento.

Palavras-chave: emigração qualificada, identidade europeia, políticas de migração, cidadania europeia

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Abstract

Migratory movements have always been part of human history, and this phenomenon has evolved over time, it used to be restricted and limited due to geographical issues. Currently, this concept has a global character and migration have been intensified. In the European Union, migration assumes a particular character because, for the purpose of founding Treaties of the Union any citizen of a Member State has the right to emigrate, either for professional reasons or others, within the borders of the European Community. European Citizenship has added a set of rights and duties of citizens, and, among others, came to link the right to free movement. In order to regulate migration, European policies have been developed for them, also having the intent to integrate migrants.

Socio-economic changes that affected Europe, and in particular Portugal, especially from 2008 on, have affected the employability. The volume of unemployment and precarious employment increased. Therefore, there has been an increase in the emigration. Young people, particularly young people with higher qualifications, are one of the age groups most affected by these issues, so they found in emigration the solution to the problem, and the young emigration increased largely from 2012.

In this research work, the main objective settle was to understand the link between qualified young mass emigration, in recent years, with the EU and European identity. It also seeks to understand whether their sense of belonging to a community became weaker or stronger after leaving the country.

Therefore, it was accomplished and placed an online survey of 19 questions, directed to young migrants with tertiary qualifications. Besides trying to understand the connection to the EU, it seeks to know the reasons that led them to leave the country and what are the major differences and similarities between Portugal and the host country.

Keywords: migration, skilled emigration, European identity

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice Geral	ix
Índice de tabelas	xi
Índice de gráficos.....	xi
Lista de abreviaturas	xiii
Introdução.....	1
Capítulo I - Multiculturalidade e Identidade Europeia.....	5
1.1 – Globalização	6
1.1.1- Os desafios da globalização	10
1.2 – A Cultura.....	11
1.2.1–Multiculturalidade	15
1.2.2.- Políticas culturais europeias.....	19
1.3. - Identidade Europeia.....	24
1.4 - Cidadania Europeia	34
Capítulo II - As migrações na Europa	37
2.1 – Políticas Europeias para a Imigração	38
2.1.1 – A evolução da política de imigração na UE (do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa).....	39
2.2 – Os movimentos migratórios portugueses.....	50
2.2.1- As migrações portuguesas a partir da década de 2000	52
Tabela 1 - Emigração segundo nível de escolaridade.....	54
2.2.2 – Emigração qualificada.....	59
2.3 – As migrações e a identidade europeia.....	63
Capítulo III – Os jovens portugueses emigrados e a identidade europeia: estudo de caso	71
3.1 – Caracterização da amostra	72
3.2 – Motivações da emigração	82
3.3 – Percepção dos indivíduos face à emigração.....	88
3.4 – Relação da amostra com as questões europeias.....	93
Considerações Finais	103

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Referências Bibliográficas	107
<i>World Wide Web</i>	113
Anexos	115
Anexo I- Modelo do inquérito realizado e colocado <i>online</i> para a obtenção dos dados.	115

Índice de tabelas

Tabela 1 - Emigração segundo nível de escolaridade.....	54
Tabela 2- Indicadores demográficos entre 2001 e 2010.....	57
Tabela 3 - Remessas dos emigrantes portugueses	58
Tabela 4- Idade dos inquiridos	72
Tabela 5 - Idades dos emigrantes permanentes em 2011 e 2012.....	73
Tabela 6 - Idade dos emigrantes temporários em 2011 e 2012	74
Tabela 7 - Sexo dos inquiridos	74
Tabela 8 - Sexo dos emigrantes permanentes entre os anos 2008 e 2012.....	75
Tabela 9 – Sexo dos emigrantes temporários em 2011 e 2012	75
Tabela 10 - Habilitações literárias dos inquiridos	76
Tabela 11 - Tempo de emigração dos inquiridos	82
Tabela 12 – Tipo de saída do país	87
Tabela 13 - Percepção dos inquiridos face às condições de entrada no mercado de trabalho.....	88
Tabela 14 - Sente-se mais europeu por ter emigrado?”	94
Tabela 15 - A sua percepção em relação a uma identidade europeia comum mudou?”	94
Tabela 16 - Características associadas à identidade europeia.	95
Tabela 17- Sente que retira vantagens da cidadania europeia?”	100
Tabela 18 - “O seu sentido de pertença à UE...”	100
Tabela 19 - Intenção dos inquiridos em relação ao regresso ao país.....	101

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução da emigração total, permanente e temporária entre 1993 e 2003	52
Gráfico 2 - Emigração segundo grupo etário em 2003.....	54
Gráfico 3 - Saldo migratório em Portugal entre 2000 e 2009	56
Gráfico 4 - Imigração na Europa no ano 1998 e 2012.....	64
Gráfico 5 – Taxa de desemprego em 2011	65
Gráfico 6- Área de formação académica dos inquiridos	77
Gráfico 7 - Profissão actual dos inquiridos	79
Gráfico 8 - País de acolhimento dos inquiridos.....	80
Gráfico 9 - Outro país onde estiveram emigrados.....	81

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Gráfico 10 - Motivações dos inquiridos para a saída do país.....	83
Gráfico 11 - Motivações laborais	84
Gráfico 12 - Motivações pessoais.....	85
Gráfico 13 – Motivações financeiras.....	85
Gráfico 14 - Outras motivações.....	86
Gráfico 15- Apreciação negativa ou positiva da emigração portuguesa.	89
Gráfico 16 - Justificação da apreciação positiva da emigração.....	90
Gráfico 17 - Justificação da apreciação negativa da emigração portuguesa.	92
Gráfico 18 - Semelhanças entre Portugal e o país de residência actual dos inquiridos..	96
Gráfico 19 – Diferenças entre Portugal e o país de residência actual dos inquiridos. ...	98

Lista de abreviaturas

B.I. – Bilhete de Identidade

CDFUE – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

CE – Comunidade Europeia

CEC – Capital Europeia da Cultura

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

DUSDC – Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural

EM – Estado-Membro

EUA – Estados Unidos da América

EURATOM – Comunidade Europeia da Energia Atómica/European Atomic Energy Community

GAMM – Global Approach to Migration and Mobility

INE – Instituto Nacional de Estatística

JAI – Justiça e Assuntos Internos

LDN – Liga Das Nações

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PESC – Política Externa de Segurança Comum

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

SDN – Sociedade Das Nações

TFUE – Tratado do Funcionamento da União Europeia

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/
The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

O trabalho apresentado centra-se na percepção dos jovens emigrantes portugueses qualificados acerca do seu processo migratório e da sua identificação com o espaço europeu.

Os movimentos migratórios fazem parte da história da Humanidade: “Fenómeno tão antigo quanto o é a construção de grupos humanos e a permanência das razões que os levam, de tempos a tempos, a mudar de local de residência e atividade.” (Rocha – Trindade; 1995:18). Estes caracterizam-se pelo movimento da população, seja por um período de tempo permanente ou temporário. Surgem dois tipos de migração: a emigração e a imigração. Emigração, de acordo com Rocha-Trindade, supõe a saída de um indivíduo do país onde é nacional para se estabelecer noutra onde não tem qualquer tipo de relação. Imigração diz respeito à entrada de um indivíduo num país que não o seu de origem, sendo este considerado como alguém diferente, sendo denominado por imigrante.

Esses mesmos movimentos sofreram alterações ao longo do tempo e foram evoluindo, uma vez que, inicialmente, estavam limitados geograficamente e, na actualidade, as migrações são um conceito global.

Com a evolução das tecnologias e dos transportes, aliado às políticas de migração, este fenómeno teve efeitos muito significativos nas sociedades contemporâneas. Os fluxos de migrantes aumentaram exponencialmente entre os séculos XIX e XX, quando migrantes do Médio Oriente procuravam por asilo no continente Europeu ou Americano, ou indivíduos europeus procuravam na América o futuro melhor, o “American Dream”. Foi aqui que este fenómeno provocou uma abertura ao debate político, devido à amplitude que atingiu, passando a ser alvo de estudos sociológicos.

Desde a procura por um melhor nível de vida, fuga a regimes políticos hostis ou repressores que assolavam o seu país de origem, motivos familiares, foram vários os fundamentos que estiveram na origem deste fenómeno e que ainda lhe dão continuidade.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

A Europa tornou-se um continente de imigrantes, segundo Pereira (2009: 23) sendo hoje mais de 70,5 milhões. Muito devido à instituição da livre circulação, os movimentos migratórios tornaram-se cada vez mais intensos.

Por consequência torna-se mais amplo o conceito de multiculturalidade. Isto é, com o aumento do número de imigrantes num determinado país, aumenta então a diversidade de culturas e tradições numa mesma sociedade. Os migrantes contribuem para uma maior diversidade e riqueza cultural no continente. A Europa tornou-se num espaço multicultural constituído pelos cidadãos nacionais e pelos cidadãos de países comunitários e de países terceiros. E, apesar dos aspectos positivos da diversidade cultural, as migrações podem ser consideradas pelas populações nativas como uma ameaça à identidade nacional e à identidade europeia (Pereira, 2009).

Os fluxos migratórios, fortemente determinados pelas desigualdades globais, provocam alterações estruturais nas sociedades. O alargamento dos trajectos dos migrantes a novos espaços, com políticas para a sua regulamentação e integração, provocou não só o aumento dos fluxos como constituiu um factor importante na economia e no tecido social. Isto na medida em que os migrantes contribuem para o desenvolvimento económico do país para onde emigram (seja como mão-de-obra barata, seja como qualificada) e as suas remessas são um contributo para o seu país de origem. Contribuem para o enriquecimento social e demográfico dos países de acolhimento, através do rejuvenescimento das sociedades envelhecidas do continente europeu e da diversidade cultural que lhes acrescentam (Pereira, 2009: 28).

Contudo, apesar destes aspectos positivos para as sociedades que acolhem os migrantes, existem algumas conotações negativas, principalmente na economia e na demografia do país de origem. Em primeiro lugar pelo fenómeno da “fuga de cérebros”, uma vez que os emigrantes qualificados ao invés de aplicarem os seus conhecimentos no seu país de origem, aplicam-nos noutro país contribuindo para o desenvolvimento do mesmo. Em segundo pela perda das camadas jovens, tornando o país mais envelhecido.

No caso específico português, estes acontecimentos remontam, com maior impacto, ao ano de 2012. Portugal, sendo um país historicamente de emigrantes (sendo a partir da década de 1990 também de imigrantes), continua a sê-lo. Porém, as características dos migrantes e os motivos para a migração são distintos. Actualmente,

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

uma parte significativa do contingente de portugueses que emigram tem qualificações superiores e este aspecto distingue, de forma particular, esta vaga recente de emigração.

Os problemas socioeconómicos que assolam a Europa e em particular Portugal, contribuíram para o aumento do desemprego. Os jovens que terminam a sua vida académica e que procuram entrar no mercado de trabalho encontram graves dificuldades. Isto porque não existe oferta para a procura e emprego e a que existe oferece frequentemente condições precárias.

A possibilidade dos licenciados terem uma oportunidade de emprego estável torna-se mais remota. O desemprego afecta, então, em grande escala os jovens com qualificações superiores. Como consequência, e de forma a lutar pelos objectivos e pela obtenção de uma carreira, os mesmos encontram na emigração a melhor forma de chegar à meta.

Tendo em conta o percurso de mobilidade destes portugueses e o facto de muitos optarem por destinos europeus, torna-se pertinente compreender o seu sentimento de pertença à Europa e a sua ligação e auto-consciência da identidade europeia. Isto porque, pelo facto de terem sido “obrigados” a abandonar o seu país, podem surgir tensões face à ideia da Europa comunitária. É natural que, num período de crise como a da conjuntura actual, todo o sentimento de pertença a uma comunidade acabe por se desvanecer, ainda que não por completo. Ou, pelo contrário, a sua ligação à UE pode ter saído fortalecida, devido à possibilidade de circular livremente e às vantagens oferecidas pela cidadania europeia.

Com este trabalho procuramos esclarecer algumas ideias acerca da definição da identidade europeia e da sua evolução, entender um pouco acerca das políticas migratórias na Europa e concluir qual a percepção dos jovens qualificados face à identidade europeia.

Em relação à metodologia utilizada, tanto no primeiro como no segundo capítulo (acerca da identidade europeia e migração na Europa, respectivamente) foram feitas algumas abordagens teóricas através de pesquisas bibliográficas. Em relação ao último capítulo (relativo ao estudo de caso prático) foram colocados *online* inquéritos direccionados aos jovens com qualificações superiores que tenham emigrado de forma a perceber quais os seus motivos, as maiores diferenças ou semelhanças encontradas entre

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Portugal e o país onde se encontram actualmente e qual a sua ligação a UE e à identidade europeia.

Capítulo I - Multiculturalidade e Identidade Europeia

“A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

(artigo 1º Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural)

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Neste primeiro capítulo, relacionado com a multiculturalidade e identidade na Europa, procura-se compreender o desenvolvimento destes fenómenos. Procura-se perceber quais os desafios inerentes aos mesmos, tentando, posteriormente, compreender a ligação dos novos emigrantes com a União Europeia e a identidade europeia.

Torna-se então, então, fundamental abordar o fenómeno da globalização, que foi/é um dos principais motores para o desenvolvimento do multiculturalismo e para o agudizar das pluralidades culturais nas sociedades, de forma a tentar perceber a sua criação, evolução e emancipação actuais.

Assim, será realizada uma breve investigação acerca do Multiculturalismo e das questões associadas ao mesmo.

A identidade europeia, que é uma das questões centrais desta investigação, uma vez que se pretende compreender qual a relação dos jovens portugueses emigrantes da nova vaga com a percepção da identidade europeia, será, igualmente referido e analisado, procurando assim, concluir a relação entre os três.

Desta forma, procura-se ir ao encontro de parte do principal tema em questão, a importância da cultura e identidade europeia para a integração europeia.

1.1– Globalização

“A Europa soube, a partir dos descobrimentos marítimos, passar de um conhecimento qualitativo de base analógica para um conhecimento quantitativo de base empírica e esta mutação epistemológica revolucionária reflectiu-se na sua identidade cultural, na sua relação com o mundo, nas suas perspectivas, descobertas e invenções científicas, na sua indagação sobre o ser humano, o seu mundo interior, o funcionamento do seu corpo, as suas concepções de tempo e espaço.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Pode assim dizer-se que, tendo sido pioneiros da globalização pela descompartimentação planetária para que assim contribuámos, fomos também agentes de um diálogo intercultural que nos permite povoar o espaço da memória com essas memórias entrelaçadas.”

(Vasco Graça Moura, 2013: 37)

A época dos descobrimentos marítimos foi, talvez, o propulsor deste importante fenómeno da globalização e do contacto de culturas. Foi assim iniciado o diálogo entre diferentes civilizações, foi permitida uma nova visão no tempo e espaço.

Os Descobrimentos marítimos portugueses, por exemplo, fazem parte daqueles que forneceram os meios para o começo desta aventura da globalização, do desenvolvimento e do contacto com as diversidades culturais.

Desde o final do século XX e início do século XXI que o mundo se caracteriza pelo desenvolvimento do fenómeno da globalização. Alguns estudiosos colocam a origem do termo antes da época dos descobrimentos e das viagens ao Novo Mundo, pois já nessa altura se demonstrava o interesse e a sede pelo conhecimento e pela descoberta para além daquilo que os olhos não conseguiam alcançar. Mas, foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que a globalização se tornou uma das matérias mais comentada, discutida e estudada.

Godoy afirma que a base da globalização está no sistema colonial que se desenvolveu durante século XV e o século XVIII, onde houve uma supremacia dos europeus sobre os americanos no contexto capitalista (2004,24-25).

“Ao mesmo tempo, o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são “hegemônicos”. Foram subsumidos, real ou formalmente, pela sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização. A Terra mundializou-se de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica” (Octavio Ianni,2000:13 cit. *in* Saladini,2011:19).

O fenómeno da globalização é, também, caracterizado pelo predomínio de um vasto leque de heranças e diversidades culturais que predominam nas sociedades que, devido em grande parte aos movimentos migratórios, se tornaram, então, mais diversificadas e complexas. São, portanto, caracterizadas pela predominância do pluralismo cultural.

O fenómeno da globalização adquire, portanto, um papel fundamental no que diz respeito à expansão da questão da multiculturalidade.

A globalização caracteriza-se por um conjunto de alterações sejam elas de carácter político, económico, cultural ou social, a nível mundial, e da integração internacional das mesmas. Essas alterações tornaram-se globalmente comuns, causando impacto na vida política, económica, social e cultural diária de várias e diferentes sociedades. Assim, nasce o conceito de Aldeia Global. O conceito, desenvolvido por Marshall McLuhan, consiste no desenvolvimento de um espaço de convivência mundial, onde o avanço das tecnologias permite a rápida difusão da informação. Não há barreiras para a informação e para a comunicação. Barreiras culturais, étnicas e geográficas ficam para segundo plano, criando uma homogeneização ao nível das sociedades e das suas culturas (McLuhan,1972 cit. *in* Saladini,2011:20).

Este fenómeno da globalização consiste na forma como os diferentes países interagem em todos os níveis (económico, etc), e foi com a expansão capitalista, depois da quebras das barreiras físicas, que foi possível expandir as trocas comerciais e os mercados, aumentando as transacções externas, deixando de estar restritos ao mercado interno.

A revolução tecnológica, o seu rápido avanço e evolução e a expansão do fluxo comercial mundial determinaram o mundo globalizado, que, apesar de ser um desafio a todos os níveis, e, principalmente, para a diversidade de culturas, torna possível o contacto e o diálogo imediato entre as mesmas. Ou seja, numa era da globalização e com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, as barreiras que separavam a vida quotidiana de um determinado local (desde a alimentação, às notícias,

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

a forma de vestir, a linguagem, etc.) deixam de fazer efeito e passam a ser difundidos os modos de vida de vários outros lugares por todo o planeta (Giddens,1999).

Assiste-se, também, a uma globalização dos mercados. Com a quebra das barreiras, dá-se a globalização do comércio, com o intercâmbio de diversas multinacionais. Os mercados expandem-se, deixando de se realizar as trocas comerciais apenas no mercado interno, passando para o nível do mercado externo.

Ulrich Beck (sociólogo alemão), que é um dos principais pensadores e dos mais respeitados autores no que diz respeito à nova realidade mundial pós-industrial, desenvolve o conceito de “pensar globalmente e agir localmente”. São várias as personalidades que procuram desenvolver e explicar as questões e os trabalhos de Ulrich sobre esta temática da globalização.

Numa investigação sobre o seu trabalho “Pensar Globalmente e Agir Localmente: O Estado Transnacional Ambiental em Ulrich Beck”, Paulo Márcio Cruz, Zenildo Bodnar e Grazielle Xavier afirmam que o mesmo “indica objectivos focados na busca por aproximação entre colaboração, solidariedade e participação, imbricadas na questão ambiental” (Cruz, Bodnar & Xavier, 2011:822). Aqui a principal questão é alcançar um desenvolvimento sustentável tendo em conta essa colaboração e solidariedade. “A Globalização de acordo com Ulrich Beck, significa também aproximação e mútuo encontro das culturas locais, as quais se devem definir de novo no marco desta nova realidade mundial” (Cruz, Bodnar & Xavier, 2011:823). Ou seja, o sociólogo alemão afirma que o local e o global, apesar de serem conceitos antónimos, são factores que se complementam e é a partir do local que o global se desenvolve.

Também Roland Robertson, sociólogo e teórico da globalização, partilha desta mesma opinião: “O local e o global, sustenta Robertson, não se excluem mutuamente. Pelo contrário, o local deve ser entendido como um aspecto do global” (Robertson cit. in Cruz, Bodnar & Xavier,2011:823).

Esta ideia de pensar globalmente e agir localmente não apresenta, no seguimento destas ideias, qualquer contradição. É necessário pensar a nível global, dando ênfase à defesa das identidades culturais e à unidade, passando-se do Estado Nacional para o Estado Transnacional.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Ulrich Beck defende a ideia de que as relações internacionais de conflito tendem a ser substituídas por relações transnacionais de cooperação e solidariedade. A partir do culminar do processo da globalização e da solidificação do capitalismo, a sociedade altera-se.

“Por outras palavras, a Sociedade mundial formada a partir da planetarização promovida pela hegemonia capitalista consolidada a partir de 1989, remete ao um “mundo novo”, uma espécie de continente não investigado que se abre a uma terra de ninguém Transnacional, a um espaço intermediário entre o nacional e o local. Como consequência, Ulrich Beck indica o surgimento de uma faixa de acção própria das Sociedades mundializadas. Isso pode ser percebido na relação dos Estados nacionais para com as empresas multinacionais, o que acaba vinculando um possível futuro Direito Transnacional, por conta da persecução da criminalidade Transnacional, as possibilidades de realização de uma política cultural Transnacional, as possibilidades de acção dos movimentos sociais transnacionais, entre outros” (Cruz, Bodnar & Xavier,2011:824-825).

Ou seja, com a expansão do capitalismo, as sociedades tornaram-se diferentes do que eram antes de 1989. Os níveis nacional, regional e local passam a interagir com a escala global, e vice-versa.

1.1.1- Os desafios da globalização

Os avanços e progressos tecnológicos, ocorridos nas sociedades industriais, levam-nos a outra questão: os desafios decorrentes da globalização e a luta por aquilo que é uma das palavras-chave, o desenvolvimento sustentável.

São vários os desafios que advém deste processo e que têm um impacto negativo.

Um desafio importante passa pelo manejo das pluralidades culturais que existem em muitas sociedades. Deixam de existir sociedades monoculturais, homogéneas onde prevalece uma cultura apenas ou uma cultura dominante, nas quais as tradições, valores e crenças são partilhados pela maioria da população.

Portanto, é imprescindível gerir as diferenças culturais, de forma a transformar os obstáculos criados em factores de desenvolvimento e de vantagem, que é o que a multiculturalidade é na realidade. “Nas nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública” (Artigo 2º - Declaração Universal da Diversidade Cultural).

Em suma, ao incluir todos os cidadãos, independentemente dos aspectos culturais, na vida social e pública, apelando à sua participação e contributo, apela-se ao incremento da interacção entre todas as culturas de forma a desenvolver-se a sociedade. O pluralismo cultural é benéfico para a sociedade, dota-a de mais conhecimento e capacidades. A questão da globalização e do desenvolvimento é, então, um tema bastante actual e com grande impacto no modo de vida das sociedades. Enquanto, indubitavelmente, fornece vantagens de que todos podem usufruir, provoca também os desequilíbrios anteriormente analisados.

1.2– A Cultura

A cultura é um conceito central na área das ciências humanas e, desde o século XIX, os antropólogos e filósofos procuram encontrar aquela que é a verdadeira descrição do termo. As formulações são várias, mas todas se regem pelo mesmo princípio básico: um conjunto de aspectos e conhecimentos (tradições, leis, valores, línguas, histórias, costumes, etc.) que unem e que são característicos de um determinado povo (Silva & Silva, 2006:1).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Apesar de não existir um consenso relativamente àquilo que é a cultura, no seio da Antropologia aparecem pontos de concordância. Um desses pontos relaciona-se com o facto de as diferenças genéticas ou o meio geográfico não determinarem comportamentos culturais, quer isto dizer que todas as discriminações e exclusões de indivíduos considerados “inferiores” por parte da sociedade são culturais e não têm base biológica, apenas procuram manter a posição dominante de determinados grupos (Silva & Silva,2006:2).

Edward Tylor (século XIX) definiu cultura como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor cit. *in* Boaventura:2). Esta sua ideia, além de ser, possivelmente, a definição mais simples do termo e a mais generalista é bastante indicada noutros estudos e trabalhos acerca desta questão.

No início do século XX, Franz Boas, antropólogo alemão, defendeu que cada cultura possui a sua história individual, não depende de outras para evoluir e desenvolver-se. Deve ser considerada e avaliada individualmente. Para ele, um determinado acontecimento cultural não se manifestava e desenvolvia noutros locais da mesma forma. Defendia a questão da igualdade racial, contrariando, também, a existência de uma hierarquia de culturas (Boas, 1928 cit. *in* Silva & Silva,2006:1).

O brasileiro Alfredo Bosi, por sua vez, interpreta o termo cultura através da formação etimológica da palavra, ou seja, tendo origem no verbo latino “colo”, que designa ocupar a terra. Então, a palavra cultura significa o trabalhar a terra, em todos os sentidos. Tanto no âmbito agrícola e de trabalho como em relação à criação, manutenção e transmissão de valores e costumes para outras gerações.

Para este estudioso brasileiro, cultura caracteriza-se, então, pelo conjunto de valores e práticas a serem difundidos pelas gerações futuras, de forma a assegurar uma vivência colectiva em sociedade que se prolongue a longo prazo. É tudo aquilo que é ensinado por um povo aos seus descendentes para assegurar a sobrevivência do mesmo (Bosi, 1996 cit. *in* Silva & Silva,2006:2).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Para o antropólogo americano Ralph Linton, o conceito de cultura resume-se da seguinte forma: “Como termo geral, cultura significa a herança social e total da Humanidade; como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social. Assim, cultura, como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos” (Linton cit. *in* Boaventura).

Mais uma vez, a cultura é descrita como uma herança deixada por um grupo de indivíduos de uma determinada sociedade para outro grupo de geração mais recente, repetindo-se este ciclo sucessivamente. A esse grupo cultural juntam-se outros diferentes, contribuindo para uma cultura mais complexa e heterogénea.

Roger M. Keesing, no seu estudo “Theories of culture” (1974) indica que, tendo em conta a evolução e o desenvolvimento universal, deixa de fazer sentido afirmar que a cultura é a herança dos comportamentos e valores aprendidos que faz dos indivíduos os seres humanos. “The challenge in recent years has been to narrow the concept of "culture" so that it includes less and reveals more” (Keesing, 1974:73).

Analisa ainda a Cultura como Sistema Cognitivo, Cultura como sistemas simbólicos e Cultura como sistema ideacional - “Conceiving culture as an ideational subsystem within a vastly complex system, biological, social and symbolic, and grounding our abstract models in the concrete particularities of human social life, should make possible a continuing dialectic that yields deepening understanding. Whether in this quest the concept of culture is progressively refined, radically reinterpreted, or progressively extinguished will in the long run scarcely matter if along the way it has led us to ask strategic questions and to see connections that would otherwise have been hidden” (Keesing, 1974:94). Esta sua conclusão indica que a cultura é parte do sistema biológico, social e simbólico dos indivíduos. O conceito está sempre em mudança e desenvolvimento.

Um dos riscos que a herança cultural corre diz respeito ao aumento da indiferença entre os mais jovens. Portanto, “uma das obrigações mais prementes da cidadania, consiste em procurar colmatar sem interrupção o fosso muito acentuado que existe entre as gerações mais jovens e as componentes principais dessa herança” (Moura,2013:38). Junta-se a isso o incremento do processo da globalização e da

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

expansão das tecnologias que pode provocar um certo distanciamento entre as novas gerações e o enfraquecimento do sentido de comunidade. Outro risco diz respeito à discriminação a que alguns grupos culturais (em função da raça, etnia, religião, género) são sujeitos.

Num sentido mais restrito, a cultura está também relacionada com a produção artística e criativa e correlativo consumo de bens culturais. É um factor de extrema importância social e com vantagens económicas.

“Para além do seu valor intrínseco, a cultura tem cada vez maior valor económico na Europa. Contamos hoje com 3,5% a 4% do produto interno europeu como directamente ligado às indústrias criativas e culturais” (Durão Barroso, cerimónia de abertura da Capital Europeia da Cultura 2012).

Quer isto dizer que, além da óbvia importância que a cultura apresenta por si só, como factor de desenvolvimento social e de contributo para o valorização dos países no contexto internacional, com a expansão das correntes artísticas nacionais e com a aquisição das valências artísticas estrangeiras, é um factor de importância económica no que diz respeito à aposta, valorização e desenvolvimento das indústrias ligadas às correntes artísticas.

Esta questão está, também, aliada à construção das identidades. Uma vez que se promove a valorização da cultura nacional e/ou europeia, é mais um factor que cimeta a existência de uma identidade comum. Isto porque a cultura é algo que une os indivíduos, é um factor que impulsiona a cooperação e o diálogo.

“The political and economic integration of the member states of the European Union is facing stagnation. For that reason cultural exchange seems increasingly important, for the enhancement of mutual understanding and the creation of a feeling of European fellowship. Reading each other’s great works of literature contributes to that feeling and paves the way for a less national and more European historical awareness” (Broeder, cit. in Hamersveld & Sonnen, 2009:6).

A cultura, o diálogo intercultural e a mobilidade artística são aspectos que fornecem aos europeus motivos para construir uma união mais estreita. Tendo em conta a crise actual (económica, política e até de valores), é importante ter na cultura uma base de

sustento para a identidade europeia. A cultura deve ser vista como uma força unificadora.

1.2.1–Multiculturalidade

A ideia de multiculturalismo estabelece uma série de desafios comunitários às sociedades contemporâneas. Um deles diz respeito à construção e reconhecimento da identidade de cada nação e à necessidade de responder às suas exigências, nomeadamente o respeito e a salvaguarda das particularidades de cada cultura. Sem parágrafo Um outro desafio passa pela luta pelo respeito das culturas minoritárias, incluindo as de comunidades migrantes, e pela tentativa de promover uma vivência saudável entre as variadas culturas numa mesma sociedade.

A era da globalização, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, contribuiu para o encontro de diferentes culturas na sociedade, na medida em que nos dá a conhecer os modos de vida das mais variadas culturas, mesmo sem sairmos de nossas casas.

Além disso, o aumento dos fluxos de emigração contribui para uma existência cada vez mais acentuada da diversidade cultural.

Sendo a cultura descrita por um conjunto de características comuns de um determinado grupo, é necessário salvaguardá-las, ao mesmo tempo que as mesmas se expandem globalmente.

“Compreendemos então que a questão fundamental é de carácter epistemológico; o multiculturalismo, a interculturalidade, exigem um caminho paciente de compreensão profunda do outro e da sua visão-do-mundo que inevitavelmente determina uma nova compreensão de si próprio e da própria visão-do-mundo. Um percurso que pode comparar-se a uma saída da própria terra, das próprias seguranças, à procura de ultrapassar a dialéctica com o diálogo, o atomismo com um sentido sadio de pertença, a homogeneização com a aceitação da complexidade. Tudo isto requer um

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

esforço de reflexão mais aprofundado, que vai para além da simples redefinição de regras e de processos meta-culturais para a solução dos conflitos; a convivência multicultural desafia a filosofia, e as ciências humanas em geral, a procurar linguagens e categorias novas, capazes de enfrentar as questões incomparavelmente novas que se apresentam na actualidade” (Raguso, 2006: I)

É necessário adoptar medidas que actuem em dois sentidos: o primeiro para salvaguardar as minorias e as suas características, integrando-as na sociedade, evitando a banalização e a homogeneidade; o segundo para proteger as culturas minoritárias de uma determinada sociedade, sem esquecer o seu legado.

Tal como referido no preâmbulo da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (DUSDC), as mais diversas identidades culturais são uma “fonte de intercâmbio” e um “património comum da humanidade”. Isto porque o aumento da interacção entre pessoas com hábitos e crenças diferentes torna cada indivíduo culturalmente mais rico e com um sentido de pertença a uma comunidade ainda maior.

Contudo, é fundamental, acima de tudo, proteger, respeitar e dignificar as diferenças. É necessário preservar as liberdades e os direitos individuais, mantendo uma vivência harmoniosa e dialogante em sociedades cada vez mais multiculturais.

Esta necessidade de protecção das múltiplas identidades culturais apoia-se em variadas ideias. Uma delas admite que “a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” e “o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais” (Preâmbulo da DUSDC).

Foi a partir destes princípios que a UNESCO, em 2001, influenciada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), e sendo uma instituição defensora da máxima segundo a qual a “difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

espírito de responsabilidade e de ajuda mútua” (Preâmbulo da constituição da UNESCO) desenvolveu a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural.

Os principais desígnios referem-se ao respeito pela identidade, diversidade cultural, direitos humanos e pela solidariedade internacional.

Aqui é, também, associada a defesa pelos direitos humanos. Isto porque, a cultura individual/de origem faz parte dos direitos de cada um, “a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais” (Artigo 4º, DUSDC).

Em suma, os principais objectivos da criação da DUSDC passam pela protecção e difusão do pluralismo cultural, contribuindo para uma interacção harmoniosa entre as culturas, promovendo assim a paz, o intercambio, o respeito pelas variadas culturas, a cultura e o desenvolvimento, a cooperação e a solidariedade, a nível internacional,.

Segundo Vasco Graça Moura, “a herança cultural é portanto o conjunto de elementos que permitem a um determinado grupo reconhecer-se como portador de uma identidade própria e comunicar ao longo do tempo, quer no interior desse grupo quer, pela marcação de uma diferença, para fora dele. Essa herança cultural passa por muitos e variados elementos, desde logo pela língua materna e pela família a que esta pertence, e depois pelo património material e imaterial, pelos costumes e tradições, pelos condicionamentos, adaptações e morfologias impostos pela História, pela geografia, pelo clima... A herança cultural resulta de um longo processo de existência das sociedades implantadas no espaço e no tempo, em interacção com factores da mais variada ordem. Tem uma dimensão espiritual e antropológica, ligada a escalas de valores humanos e identitários, éticos, estéticos, afectivos e outros” (Moura, 2013: 38)

Quer tudo isto dizer que a cultura e todos os elementos que permitem o desenvolvimento da herança cultural de uma determinada sociedade provocam um forte impacto aos níveis económico, social e político.

“Falar de multiculturalismo é falar do manejo da diferença nas nossas sociedades. No entanto, isto é ainda pouco para definir as implicações do termo. Pois, ela remete não apenas a um discurso em defesa da diversidade de formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, mas a um conjunto de aspectos fortemente

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

ligados entre si que carregam a marca de um contencioso: a) o reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural dessas sociedades; b) o reconhecimento da não-integração dos grupos que carregam e defendem as diferenças étnicas e culturais à matriz dominante do nation-building nessas sociedades –após o fracasso seja de políticas assimilacionistas, seja de políticas diferencialistas (baseadas na restrição de acesso ou mesmo na ideia de “desenvolvimentos separados”); c) a mobilização dos próprios recursos políticos e ideológicos da tradição dominante nos países ocidentais – o liberalismo – contra os efeitos desta não-integração; d) a demanda por inclusão e por pluralidade de esferas de valor e práticas institucionais no sentido da reparação de exclusões históricas; e) a demanda por reorientação das políticas públicas no sentido de assegurar a diversidade/pluralidade de grupos e tradições” (Burity,1999:1)

Ou seja, de facto, a existência de sociedades cada vez mais multiculturais implica uma preparação para a sua integração e a criação de pontes entre cada uma das culturas e o local onde se estabelecem. “In Europe many very different cultures meet, which will profoundly affect Western European culture and consciousness. It is doubtful if a cultural canon can play any useful and productive role in creating a European consciousness, since it excludes the phenomena that do not suits its explicit or implicit political and cultural agenda. An open-minded attitude to the contributions of members of different cultural communities and backgrounds can work for the benefit of all, creatively, economically and culturally, and could be far more effective”(Simons cit. *in* Hamersveld &Sonnen,2009:6).

O multiculturalismo é mais um mecanismo de apoio à integração europeia e à consciência de uma identidade comum. Se considerarmos cada cultura como uma mais-valia para o desenvolvimento económico, político e social (que o é, na realidade), a cultura poderá ter, então, um papel bastante importante para o cimentar destas questões.

Por outras palavras, as diversidades culturais são um factor que fomenta o desenvolvimento do processo da integração europeia. Estas devem, portanto, ser vistas como um ponto favorável, de forma a alcançar a unidade e a união.

1.2.2.- Políticas culturais europeias

Inserida na Política de “Cultura, educação e juventude” da União Europeia, a Cultura foi considerada como um marco de referência e de extrema importância quando foi reconhecida no Tratado da União Europeia (TUE), onde se especifica que “a União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu” (Artigo 3º do TUE).

“A actividade da União Europeia no domínio da cultura complementa a política cultural dos Estados-Membros em diversos sectores: por exemplo, a protecção do património cultural europeu, a cooperação entre as instituições culturais de diferentes países ou a promoção da mobilidade dos agentes culturais. O sector cultural é também abrangido por disposições dos Tratados que não cobrem explicitamente a cultura” (http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.13.1.html).

Ou seja, através de políticas implementadas pela UE no domínio da cultura, o objectivo primordial passa por alcançar a cooperação neste campo ao nível europeu, contribuindo para a preservação do património europeu comum e de cada Estado-Membro, impulsionando o diálogo intercultural.

Tudo isto estimula a ideia de uma identidade europeia comum.

Uma das disposições do TUE estipula que a União tem como função (entre outras) contribuir para o desenvolvimento cultural dos Estados, respeitando as suas peculiaridades e as diversidades, apelando à cooperação em prol da protecção do património comum. Para isso, são criadas as políticas e os mecanismos necessários para a sua prossecução.

A cultura desempenha, ainda, um importante papel no desenvolvimento das questões económicas, sociais e políticas, sendo fundamental para a integração europeia.

Para todos estes programas que refere a seguir é necessário indicar as fontes da informação.

- Agenda Europeia para a Cultura

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Proposta pela Comissão Europeia em 2007, a Agenda tem como um dos principais objectivos fazer frente aos desafios que a globalização apresenta, criando, para isso, mecanismos que possam reforçar a cooperação na UE em relação à cultura.

Tendo em conta o papel essencial da cultura para o desenvolvimento europeu, de forma a apelar à cooperação, foram estabelecidos três principais áreas de actuação: fomento do respeito das diversidades culturais e do diálogo intercultural (facilitando a mobilidade de artistas e de obras artísticas entre a UE, e, reforçando e desenvolvendo as competências e capacidades no meio criativo); promover a cultura como um factor determinante para a Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego e a Europa 2020 (com o desenvolvimento do sector cultural e das suas capacidades, promover a cultura e criatividade na educação); intensificar a noção de cultura como elemento fulcral nas relações internacionais, uma vez que a Convenção da Unesco sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais, ratificada pela UE, esta Agenda reforça o papel da cultura nas relações externas da Europa.

Esta Agenda teve um forte impacto no desenvolvimento do diálogo intercultural e da promoção da cooperação europeia, envolvendo acções como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural em 2008, Comunicação da Comissão sobre o multilinguismo (2008) tornando a diversidade uma mais-valia, o Ano Europeu da Criatividade e Inovação em 2009, o Livro Verde para o desbloqueio das indústrias criativas, nova estratégia Euromed para a cultura, programa MEDIA Mundus (2011-2013), Programa Cultura da Parceria Oriental, entre outros.

Em suma, foram levados a cabo importantes esforços e desenvolvimentos para a cooperação europeia no sentido de preservar o património europeu comum.

- Capitais Europeias da Cultura (CEC)

As Capitais Europeias da Cultura são, actualmente, um dos maiores meios de reconhecimento e impulso para a difusão e defesa das questões culturais. São consideradas como um novo paradigma para o desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às indústrias criativas. Assim, baseado no conhecimento, inovação e no potencial da cultura para o desenvolvimento e progresso a nível global, a aposta na diversidade cultural e em políticas que promovam o seu reconhecimento terão grande

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

impacto no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável de uma determinada cidade.

A CEC é um acontecimento que tem como finalidade essa aposta e desenvolvimento.

Criada em 1985 na Grécia, apenas como uma actividade intergovernamental, evoluiu, em 2005, para uma iniciativa de carácter comunitário e, era designada, inicialmente, por Cidade Europeia da Cultura.

Sendo o programa financiado pela UE, é necessário que cada cidade proceda à sua candidatura, que “deverá ter como base um projecto cultural de dimensão europeia, assente, principalmente, na cooperação cultural” (http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7600#historia).

Cada cidade tem de apresentar um programa que exponha e promova o seu património cultural, estabelecendo pontes com outras culturas europeias para fomentar a cooperação.

Nesse programa deve constar o caminho que a cidade vai tomar de forma a “valorizar as correntes artísticas e os estilos comuns aos europeus que tenha inspirado ou para as quais tenha contribuído significativamente; promover manifestações que associem agentes culturais de outras cidades dos Estados-Membros, conduzam a acções de cooperação cultural duradouras e favoreçam a respectiva circulação na União Europeia; apoiar e desenvolver a criação, elemento essencial de qualquer política cultural; assegurar a mobilização e participação de grandes camadas da população e, por conseguinte, garantir o impacto social da acção e sua continuidade além do ano em causa; promover o acolhimento de cidadãos da União e favorecer a maior difusão possível das manifestações previstas, recorrendo a todos os meios multimédia; promover o diálogo entre as culturas da Europa e as outras culturas do mundo e, nesse espírito, valorizar a abertura e a compreensão dos outros, que são valores culturais fundamentais; explorar o património histórico e arquitectónico urbano, bem como a qualidade de vida na cidade.”

É, então, um importante acontecimento internacional para a cultura europeia, tendo impacto sobre diversas cidades. Esse impacto traduz-se no apoio ao desenvolvimento e progresso, tendo um forte impacto na economia da cidade eleita para receber o evento.

O seu principal objectivo passa por “valorizar a riqueza e diversidade das culturas europeias, assim como as características comuns, e contribuir para um maior

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

conhecimento mútuo dos cidadãos europeus” (Decisão 1419/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 1999: Art.º 1).

Quer isto dizer que, então, ao financiar estes eventos que procuram promover a cultura das cidades europeias, está-se a difundir cada uma delas por toda a Europa. É um evento de e para os cidadãos europeus (e não só). Assim, respeita-se e promove-se a cultura, procurando desenvolvimentos a outros níveis.

Um desses níveis passa pela criação de infraestruturas para dar apoio ao evento, de forma a dotar a cidade de ferramentas inovadoras para oferecer aos visitantes e àqueles que participam no evento, procurando promover uma estratégia de desenvolvimento cultural a longo prazo.

Ou seja, outro objectivo passa por manter as estruturas criadas e os apoios às indústrias criativas mesmo após o término do ano CEC em cada uma das cidades.

Em Portugal, já três cidades foram CEC. Lisboa em 1994, Porto em 2001 e Guimarães em 2012.

- Programa Cultura

Outro mecanismo de valorização e desenvolvimento do património cultural europeu foi o Programa Cultura, integrando os programas comunitários para 2007-2013 (que substituiu o Programa Cultura 2000). Este Programa foi criado pelo Parlamento e Conselho Europeu com o objectivo de reforçar o património cultural comum europeu através do impulso à cooperação cultural na Europa, desde as mais diversas instituições aos agentes ou criadores.

Além disso, tem também como objectivo promover a mobilidade e a circulação transnacional de obras, produções e agentes artísticos, estimulando, assim, o diálogo entre culturas.

“O Programa Cultura pretende apoiar acções de cooperação cultural e organismos europeus activos no domínio cultural, bem como iniciativas de recolha e difusão de informação no mesmo domínio” (Programa Cultura, *online*, http://europa.eu/legislation_summaries/culture/129016_pt.htm).

Assim, outros dos seus objectivos dizem respeito a: apelar à cooperação das organizações culturais ao nível transfronteiriço, permitindo a divulgação de projectos

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

culturais; apoiar monetariamente as mesmas no seu funcionamento; financiar as actividades que auxiliem na divulgação e difusão acerca do Programa, quer aos agentes artísticos quer aos cidadãos; apoios necessários à gestão do Programa e dos seus projectos, de forma a alcançar os objectivos propostos.

Estas políticas estão directamente ligadas com a cidadania e a identidade europeia. Isto porque procuram incentivar a cooperação europeia no domínio cultural, o que, por conseguinte, tem impacto nestas duas dimensões.

Ao promover-se um espaço cultural comum europeu, em que se apoia a difusão e a circulação daquilo que se relaciona com a cultura, promove-se um espaço onde os cidadãos europeus podem ter acesso a toda a cultura europeia. É a diversidade cultural e o fomento da cooperação cultural que permite a divulgação do espaço cultural comum.

- Europa para os Cidadãos

Por decisão do Conselho e do Parlamento Europeus foi instituído o programa “Europa para os Cidadãos” em 2006, que deveria vigorar entre 2007-2013.

Este programa procura assegurar que os cidadãos europeus participem activamente no processo de integração europeia, contribuindo para o incremento da ideia da identidade europeia comum.

Promove a cooperação entre cidadãos e Estados-Membros, de forma a incutir a participação activa de cada um, criando uma identidade europeia respeitadora das diversidades. Fomenta, ainda, o respeito pelas diversidades culturais, procurando incrementar nos cidadãos a ideia de uma identidade comum baseada nos valores e história comuns.

- Programa 2020

Em relação à Estratégia Europa 2020 e Portugal 2020, os principais objectivos resumem-se ao crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo. Além disso, apela a um reforço da governança económica e política.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

No que diz respeito à cultura, foi implementada a Europa Criativa. Este é o programa cultural para 2014-2020.

Como referido anteriormente, a cultura é um instrumento valioso para promover os valores europeus, sendo que foi um importante motor no auxílio à integração europeia. Estando aliada às questões económicas e políticas, é uma fonte de riqueza que colabora no cimentar da inclusão e pertença a uma comunidade unida. O programa “constituirá uma referência simples, reconhecível e facilmente acessível para os profissionais europeus da cultura e da criatividade” (Europa Criativa — o programa cultural da UE para 2014-2020, Parlamento Europeu *online*, 4 b.).

.

1.3. - Identidade Europeia

A identidade europeia é um dos principais alicerces da cooperação e união no velho continente. As guerras mundiais e outros conflitos que se sucederam ao longo dos séculos, juntamente com a herança das primeiras civilizações, fazem parte da história comum que é partilhada pelos povos europeus. A história, os valores e os princípios comuns, aliados à cooperação fazem com que a união e a unidade sejam cada vez mais estreitas e compreende um factor importante na vida de cada cidadão europeu, que usufrui das vantagens retiradas da Comunidade Europeia.

A identidade europeia ganhou mais força e consistência com o desenvolvimento das Comunidades Europeias e no pós guerras mundiais, no entanto, de forma a perceber o seu surgimento é necessário recuar à civilização Grega e à Romana. Foi com estes impérios e com a sua herança que nasceu a ideia da Europa e da identidade europeia.

Foi na Grécia Antiga que emergiu o conceito de cidadania. Apesar de ser bastante limitado, era um sinal de desenvolvimento na atribuição de direitos a alguns cidadãos. Esta questão (enunciada a seguir) contribui para o cimentar de uma identidade na Europa. Foi também palco das evoluções políticas, com o surgimento, a título de exemplo, das Cidades-Estado (cidades independentes com um governo autónomo). Também o império romano deixou no seio europeu uma vasta herança que perdura nos

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

dias de hoje, desde questões políticas, a sociais, culturais, religiosas e de cidadania. Foi com estas duas grandes civilizações europeias que se projetou, até à actualidade, o sentido europeu e de identidade comum.

Foram as fronteiras e o seu desenvolvimento ao longo das décadas que promoveram a divisão dos países. Foi um factor que contribuiu para a criação das diversas culturas e nações, que tornou o velho continente num palco de diversidades culturais. A identidade europeia, que diz respeito à unidade e às questões comuns, tem como desafio as diversidades existentes no seio da Europa e o respeito pelas mesmas.

Ou seja, existe a dualidade unidade-diversidade na formação da identidade europeia, que deve ser entendida como factor de união. Isto porque, apesar das diferenças, é necessário fomentar a cooperação entre países para alcançar a paz e o diálogo internacionais.

Recuando à época pós I Guerra Mundial em 1919 criou-se a Sociedade (ou Liga) das Nações, através do Tratado de Versalhes. O seu principal objectivo era o de evitar novas guerras, promovendo o desarmamento de forma a prevenir novos conflitos militares.

Apesar do falhanço da Liga, já aqui se notava a intenção de promover uma Europa coesa e coerente, segundo defendia o primeiro-ministro francês da altura, Aristide Briand, que pretendia levar a cabo a criação de uma federação europeia, promovendo a reconciliação das partes e tornando a Europa igualitária e cooperativa. Apelava, ainda, a uma construção europeia baseada numa identidade comum entre as nações.

Nas palavras de Vasco Graça Moura (2013:9), “foi o antecedente mais próximo daquilo que veio a ser a actual União Europeia. É natural que arrancasse da existência de afinidades entre os povos da Europa que não podiam deixar de supor uma identidade cultural.”

Então, já nesta altura, a unidade e identidade da Europa era algo defendido e que os líderes políticos procuravam assegurar e promover, uma vez que era essa identidade que unia todos os povos europeus e que poderia prevenir novos conflitos armados.

No pós Segunda Guerra Mundial, que não se evitou apesar da criação da Liga das Nações, esta discussão do futuro das nações europeias, e do resto do Mundo, continuou a desenvolver-se e a intensificar-se.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

A criação da Organização das Nações Unidas, gerada no rescaldo do falhanço da Sociedade das Nações, foi a o culminar dos esforços mundiais para travar a proliferação do armamento nuclear e para evitar novos conflitos, lutando pela manutenção da paz.

Na sua obra acerca de “A Identidade Cultural Europeia”, Vasco Graça Moura corrobora o reforço na discussão desta questão nesta altura: “a seguir à Segunda Guerra Mundial desencadeou-se um intenso movimento de reflexão do espírito europeu, a construção europeia, o humanismo, a violência, a guerra, a cultura, o progresso técnico e o progresso moral, e tópicos relacionados. A identidade cultural europeia não é nem pode ser um facto imobilizado no tempo. É antes um processo em marcha, em que ecoam prolongamentos dessa dinâmica nascida da segunda metade da década de 1940, embora já não suscite o entusiasmo a que deu naquela altura” (2013:9-10).

A questão das guerras intensificou, de facto, o reconhecimento da importância de uma unidade e identidade europeia que fosse promovida por todos os cidadãos europeus de forma a alcançar a paz: “a última guerra mundial, e a guerra fria que se lhe seguiu por meio século, foram suficientes para determinar um sentimento de identidade europeia por oposição aos totalitarismos de vários sinais que se recortavam como ameaças, mas o futuro demonstraria, como está evidente no curso das coisas, que não foi suficiente para determinar um processo que alicerçasse a unidade duradoura” (Moura,2013:26).

Não só estava em causa a questão da identidade europeia e do respeito das pluralidades culturais, mas também o almejo do fim dos sistemas totalitários, que impediam o desenvolvimento europeu.

De facto, foi então neste período que o debate da questão da identidade europeia proliferou e o diálogo entre as diferentes culturas e nações obtiveram um importante destaque nas agendas políticas e públicas. A cultura e o multiculturalismo já eram considerados como factor essencial para a construção da identidade e para o fomento da cooperação.

“Foi a época dos Encontros Internacionais de Genebra (iniciados em 1946) e do Congresso para a Liberdade da Cultura (1950). Dos primeiros, inicialmente sob a égide de Denis de Rougemont, saiu uma discussão multipolar e revigorada sobre a unidade europeia, o federalismo, o diálogo das culturas, e as perspectivas de acção numa Europa do pós-guerra, enquanto o segundo era criado já no dealbar da Guerra Fria, com

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

financiamento da CIA, para se opor à propaganda e penetração soviéticas junto do mundo intelectual do Ocidente” (Moura,2013:10).

Foram estas reuniões internacionais que contribuíram para sedimentar a questão da identidade europeia que tem evoluindo desde então, tentando criar uma Europa baseada na unidade e no respeito pelas diferenças culturais.

Seguiram-se outros movimentos políticos de intuito europeísta como o “Movimento Europeu”, tendo como inicial presidente Winston Churchill. “O Movimento Europeu abrangia tanto partidários da cooperação como da integração e tornou-se um importante grupo de pressão na defesa da ideia de uma Europa unida em parceria com os Estados Unidos (...) e o seu braço cultural era o Centre Européen de la Culture, de Genebra” (Moura,2013:10).

Sente-se aqui, novamente, a importância dessa consciência europeia e da defesa dos valores civilizacionais, da cultura e da luta pela manutenção da condição de paz entre as nações da Europa entre os intelectuais da altura e no aumento do interesse público nessas questões. “Havia também a consciência de que a Europa reunia um conjunto de características de ordem espiritual, racional, científica e humanística, cuja combinação a distinguiu dos outros continentes. (...) O arranque das transformações europeias “a partir da cultura” não se punha por isso a homens como Jean Monnet ou Robert Schumann, ao contrário do que é costume dizer-se. Não é de crer que alguma vez a identidade cultural europeia se lhes pusesse como questão. Era decerto um dado adquirido sem necessidade de elaboração” (Moura,2013:11-12).

A cultura passou a ser considerada como uma importante peça neste complexo jogo da construção da identidade europeia. As diversidades culturais e a sua manutenção eram, então, consideradas como um importante passo no desenvolvimento do processo da integração europeia. “The capacity to manage different national, regional, religious and cultural identities determines the unity of Europe. A pluralistic concept of European identity that encompasses other, non-European, heritages is needed” (Todorov cit. *in* Hamersveld & Sonnen, 2009:2).

Tendo em conta esta perspectiva da importância da cultura para a unidade e identidade europeia, é fundamental respeitar e desenvolver o património cultural comum e as diversidades culturais. É essa herança que explica a Europa, os cidadãos e a história comum. Com isto, as relações serão mais estreitas e haverá mais cooperação.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

No entanto, esta temática da integração cultural é complexa e acaba por ser delicada, no sentido em que “supõe[m] aproximações e distâncias, possibilidades de coordenação e parentescos, similitudes de estruturação política e também uma certa visão do mundo que acaba por ser comum a partir de ópticas que não coincidem necessariamente em todos os pontos. E tem de se respeitar e preservar essas diferenças, prevendo antes modalidades e mecanismos de cooperação” (Moura,2013:13).

Mais uma vez, é necessário ter em consideração a problemática da unidade e da diversidade para a construção da identidade. Obviamente que tudo aquilo que é similar permite a união, porém, todas as diversidades devem ser respeitadas e não devem ser consideradas como factor de divisão, de forma a alcançar a cooperação.

Foi a partir da década de 1950, com o desenvolvimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), através da “Declaração Schuman” que se iniciou o projecto da União Europeia. O que se pretendia era criar uma aliança entre os interesses no desenvolvimento económico, nomeadamente nas trocas comerciais do carvão e do aço, de forma a alcançar um melhor nível de vida, e a vontade de salvaguardar a paz, a cooperação e a união no velho continente.

A evolução e transformação da Europa, nomeadamente a partir da década de 1950, contribuíram para que, na altura, a CEE (concebida com o Tratado de Roma em 1957) tivesse obtido grandes e bons resultados, verificando-se isso nos sucessivos alargamentos de países. Foi também criada a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom). O principal objectivo era aprofundar a integração europeia, desenvolvendo as questões económicas.

“This question has been a live issue since the signing of the Treaty of Rome in 1957. It appears to have become increasingly urgent since successive European Union (EU) enlargements, during the ongoing disarray over the EU Constitution, and, not least, because Turkey’s candidature is firmly on the EU enlargement agenda. The question matters because people can appear to be talking to each other in the same terms about Europe and the EU but, actually, be talking about different things” (Jenkins,2008:154).

A questão da União Europeia e da identidade europeia são questões que, então, estão em debate desde a criação do Tratado de Roma até à actualidade. A 14 de Dezembro de 1973, em Copenhaga, foi aprovada a Declaração da Identidade Europeia. Criada pelos chefes de Governo dos nove Estados-Membros da Comunidade na Cimeira de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Copenhaga, pretendia introduzir a questão da identidade europeia nas suas relações externas. “The nine Member countries of the European communities have decided that the time has come to draw up a document on the European Identity. This will enable them to achieve a better definition of their relations with other countries and of their responsibilities and the place which they occupy in world affairs. They have decided to define the European Identity with the dynamic nature of the Community in mind. They have the intention of carrying the work further in the future in the light of the progress made in the construction of a United Europe” (Declaration on European Identity, 2013:2).

Ou seja, o facto de se criar um documento relativo à questão da identidade europeia demonstra a importância dada à mesma nesta altura, tendo em conta a sua utilidade para o aprimorar das relações entre os Estados. Era, também, tida em conta como um motor para o desenvolvimento da uma verdadeira Europa unida.

Tendo em conta o passado e a herança comum, neste documento, os signatários declaram que: “The Nine European States might have been pushed towards disunity by their history and by selfishly defending misjudged interests. But they have overcome their past enmities and have decided that unity is a basic European necessity to ensure the survival of the civilization which they have in common. The Nine wish to ensure that the cherished values of their legal, political and moral order are respected, and to preserve the rich variety of their national cultures. Sharing as they do the same attitudes to life, based on a determination to build a society which measures up to the needs of the individual, they are determined to defend the principles of representative democracy, of the rule of law, of social justice — which is the ultimate goal of economic progress — and of respect for human rights” (Declaration on European Identity, 2013:2).

Além de declararem que seriam preservadas e respeitadas as diversidades culturais, de forma a edificarem uma comunidade justa que respeitasse os direitos humanos, deixando para trás os conflitos atroz e as diferenças, estabeleceram, com o Tratado de Paris e de Roma, um mercado comum e estabeleceram instituições e políticas comuns que eram uma das bases para uma Europa unida e parte fundamental da identidade europeia.

Por fim, e tendo em conta o principal objectivo, declaram que a identidade europeia “will evolve as a function of the dynamic construction of a United Europe. In

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

their external relations, the Nine propose progressively to undertake the definition of their identity in relation to other countries or groups of countries. They believe that in so doing they will strengthen their own cohesion and contribute to the framing of a genuinely European foreign policy. They are convinced that building up this policy will help them to tackle with confidence and realism further stages in the construction of a United Europe thus making easier the proposed transformation of the whole complex of their relations into a European Union.” (Declaration on European Identity, 2013:4).

A criação da União Europeia efectivou-se com o Tratado de Maastricht (ou Tratado da UE), em 1992. Foi aqui que além da integração económica, se alcançou a integração política e cultural. Foi, também, com este Tratado que se instituiu a cidadania europeia. Os valores e objectivos deixaram de se relacionar apenas com questões económicas; procurou-se uma verdadeira integração europeia com a inclusão política, social e cultural.

Este tema do alargamento da integração a assuntos além dos económicos foi também sustentado num artigo de Ineke van Hamersveld e Arthur, Contudo, para estes autores a situação era ligeiramente diferente antes do Tratado de Maastricht e após a criação do mesmo. “Until 1992, when the Maastricht Treaty was signed, the centre of attention was the development of a supranational European unity, built on a shared culture, the legacy of a common past. Art and culture were considered primarily in an economic way. After 1992 the attention shifted to Europe as a cultural commonality, with buzz words like cultural diversity and intercultural dialogue. The emphasis increasingly lies on the strengthening of artistic and cultural cooperation, the discussion focuses on what holds Europe together in a cultural sense” (Hamersveld & Sonnen, 2009:2). Ou seja, até 1992 a integração europeia baseava-se apenas nas questões económicas. A cultura e o património cultural comum eram considerados apenas como factores para o desenvolvimento económico. Situação que se alterou com o Tratado de Maastricht, que incluiu a cidadania europeia e o fomento da cooperação cultural e do respeito pela diversidade cultural como factor essencial para o desenvolvimento e integração. Consideram, ainda, que se encararmos as diversidades culturais com um espírito e mente aberta pode acarretar grandes benefícios para toda a sociedade.

A discussão acerca da Europa e do seu futuro é realmente importante. “The question of what Europe means matters because, if the public words of politicians are to

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

be taken at face value, a ‘legitimation crisis’ _ even an ‘identity crisis’ _ has developed within, and with respect to, the European Union” (Jenkins,2008 :154).

O aumento dos fluxos migratórios contribuíram para o incremento das pluralidades culturais nas sociedades. Esta é outra questão que pode ser vista de forma negativa para a identidade cultural se não forem tomadas e impostas as medidas necessárias. Daí a criação de documentos específicos para conduzirem uma boa gestão desta questão. Existe hoje uma clara ligação entre as migrações e a identidade europeia, que são os temas centrais da investigação deste trabalho.

No seu trabalho “Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade”, Ribeiro (2011) indica uma outra ideia acerca das identidades. Tendo em conta estas divisões e fronteiras, que apesar do processo de globalização se ter expandido continuam a existir, a identidade europeia comum pode estar condicionada. Isto porque foram desenvolvidas várias formas identitárias.

Dá, ainda, a ideia que com a abolição das fronteiras também as identidades podem acabar por serem confundidas e dissolvidas. “Pensar a identidade na contemporaneidade exige sublinhar certos traços que tornam o conceito mais transparente à análise sociológica. Desde logo, é do maior relevo ter em consideração que a identidade não se esgota na auto-definição e continuidade de um indivíduo, grupo ou comunidade, mas que é atravessada pela edificação de fronteiras que, tanto quanto sinalizam o sentido de identificação e pertença, marcam a exclusão de todos quantos nunca ou dificilmente terão a oportunidade de cruzar os limites. É, pois, fundamental sinalizar que as definições identitárias são tanto um processo de unificação e inclusão, como são um processo de rejeição e exclusão da alteridade. Neste sentido, as identidades tendem a ser tanto mais sólidas e de efeitos socialmente poderosos quanto maior o nível de fechamento induzido” (Ribeiro, 2011:2).A identidade, entendida como uma ideia de união, é também um conceito de exclusão. Além disso, pode resultar de processos de imposição.

A Europa já sofreu várias mutações ao longo dos anos. Já existiram diversas fronteiras e espaços identitários. Daí que falar de identidade europeia seja um tema delicado e que possa suscitar algumas dúvidas. Ora, outra questão que pode ser considerada como um obstáculo diz respeito à ideia de criarem uma identidade europeia com base nos ideais da identidade nacional. Isto porque, nem todos os cidadãos têm o

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

mesmo sentido de pertença ao espaço europeu. Outro obstáculo diz respeito à panóplia de identidades culturais que residem na Europa actual. A existência de um pluralismo étnico pode causar entraves à instauração de uma identidade comum.

“De modo muito esclarecedor, Bo Strath (2002:388) diz que a história de uma identidade europeia é a história de um conceito e de um discurso. A identidade europeia é uma abstracção e ficção sem dimensões essenciais. (...) A intensificação da integração europeia tem sido acompanhada de crescente pesquisa académica e política acerca das raízes da europeidade na história, religião, ciência e cultura. (...) Os sentidos da Europa são um discurso de poder sobre como definir e classificar a Europa, sobre as suas fronteiras, similaridades e diferenças. A ideia da Europa tornou-se histórica e sociologicamente, uma ideia política e uma metáfora mobilizadora” (Ribeiro,2011: 6-7).

Todas as políticas pró europeias, as convenções para as questões culturais, os programas que fomentam a cooperação europeia e o diálogo intercultural e a cidadania europeia são factores que potencialmente provocam um sentimento de pertença à UE de maior intensidade.

Para Guibernau (2007), a comunidade europeia é algo que ainda se encontra em construção, além de compreender um projecto de integração política e económica, existem outras características que devem ser consideradas no sentido de se construir uma identidade comum. “In several respects the EU represents both a novel system of quasi-supranational governance and a novel form of political community or polity. But it is also a fragile construction, for it remains a community still in the making, with an ambiguous sense of identity and within which powerful forces are at work” (Guibernau, 2007: 89).

No seu estudo acerca da questão da identidade europeia, Guibernau aponta três aspectos fundamentais na sua construção. A questão das fronteiras geográficas, tendo em conta a sua estabilidade ao longo do tempo, que originaram as divisões dos países contribuindo para a diversidade; as fontes da diversidade cultural, tendo em conta o avanço da integração europeia, de forma a perceber quais as características que unem ou dividem os europeus relativamente à cultura e identidade; novas formas emergentes de identidade colectiva na EU. Os mesmos são três pilares importantes na constituição da identidade europeia. “Europe is a cultural reality that spreads well beyond the boundaries of the European Union. In recent times, it has become common practice to

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

identify Europe solely with the EU” (Guibernau, 2007: 89-90). No entanto, questões como a identidade, integração ou instituições europeias continuam a ser mencionadas quando os cidadãos se querem referir ao modelo europeu e à integração.

Como mencionado anteriormente, as fronteiras e a divisão dos países é um dos factores que contribuiu para a problemática da identidade europeia. A divisão na Europa não foi sempre a mesma, todos os eventos ocorridos no continente contribuíram para as mudanças a este nível e elucidaram acerca do carácter transversal das fronteiras. A unificação da Alemanha e a separação da Checoslováquia são exemplos das mudanças das fronteiras e da divisão dos países que ocorreram nas últimas décadas. A questão da divisão entre a Europa e a Ásia é algo que até aos dias de hoje gera debates.

No caso da UE, os sucessivos alargamentos sugerem que as suas fronteiras não estão fixas. “It follows from this that the definition of Europe, and indeed who is included and who is excluded, tends to change over time” (Guibernau, 2007: 90).

Contudo, alguns académicos admitem que a geografia e a história comuns não são critérios suficientes para a definição da Europa. Alguns defendem que foi o impacto e os valores do cristianismo que consolidaram a identidade europeia, enquanto outros afirmam que aquilo que une a Europa e os europeus é a partilha de valores e culturas que permite a existência de uma identidade comum (Guibernau, 2007: 91).

A revolução industrial, iniciada em Inglaterra expandida a outros países europeus foi outro evento que alterou a Europa. Desde a criação de fábricas até aos movimentos migratórios para países mais industrializados, houve um impacto profundo ao nível social.

As duas guerras mundiais e a guerra fria foram, então, acontecimentos que, paradoxalmente, fortaleceram a identidade comum. Segundo Guibernau, são dos aspectos que unem a Europa no que diz respeito à cultura e à identidade. “It has also conferred renewed strenght on the idea of greater EU political integration” (Guibernau, 2007:106).

Questões como a religião, que actualmente se encontra em declínio mas que outrora teve um importante impacto ao nível político europeu e que gerou a divisão ainda mais profunda, devido à proliferação das diferentes religiões e ao estabelecimento de uma dominante na Europa que foi o Cristianismo, e as diversidades étnicas existentes no continente, aprofundadas com os movimentos migratórios, são factores que

provocam a existência das diversidades de identidades. É isto que causa ainda maior impacto na problemática unidade *versus* diversidade.

Existem, então, vários desafios para a construção de uma identidade comum. O facto de cada Estado possuir a sua identidade e os seus valores, torna-se um entrave para a edificação da identidade comum. Ou seja, existe a questão da unidade *versus* diversidade, que é a problemática central na questão da identidade europeia. É necessário reunir esforços e criar condições para que haja uma harmonia entre estes dois factores: a diversidade das identidades e culturas que existem na Europa e a união e cooperação entre os países que fortaleça a identidade europeia comum.

1.4 - Cidadania Europeia

A figura jurídica da cidadania europeia é, entre outros conceitos, algo que faculta aos europeus o sentimento de pertença à comunidade. É uma ferramenta que contribui para o cimentar da identidade europeia.

Esta ideia de cidadania sofreu várias mudanças desde o seu aparecimento, evoluindo ao longo dos últimos séculos. A sua construção plena não foi fácil, uma vez que aquando do seu surgimento, era um conceito bastante limitado. Foi uma luta pela conquista de direitos, liberdades e garantias individuais e colectivas, opondo-se sempre à dominação do Estado ou de outras instituições.

Entre os direitos evidenciam-se os direitos civis, sociais e políticos e, em relação aos deveres, a lealdade ao Estado e à Nação, contribuição fiscal, entre outros.

Segundo Dalmo Dallari, “a Cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar activamente da vida e do governo do seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (Dallari, 1998). Neste sentido, a cidadania atribui as ferramentas necessárias que permitem a cada indivíduo fazer parte de uma sociedade organizada. Atribui direitos e deveres, que, ao serem cumpridos, possibilitam que se possa participar na vida política, social e cultural de um país. A cidadania insere-se em três dimensões. A civil, com os direitos

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

relacionados com a liberdade individual, de expressão e pensamento, direito de propriedade e de justiça; dimensão política com a participação nesta área, com o direito de eleger e ser eleito; dimensão social com direitos relativos ao bem – estar económico e social.

Actualmente, a Cidadania Europeia é atribuída a todos os cidadãos dos Estados-membros da União Europeia. É complementar da cidadania nacional, permitindo aos cidadãos da União Europeia circularem livremente e participarem na vida política da EU.

Segundo o portal da UE, a cidadania europeia “é a relação vinculativa entre os cidadãos e a União Europeia, definida com base em direitos, deveres e a participação política dos cidadãos. Complementa a cidadania nacional e comporta um conjunto de direitos e deveres que vêm associar-se aos que decorrem da qualidade de cidadão de um Estado-membro.” (Eurocid, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2797).

A figura da cidadania europeia foi estabelecida através do Tratado de Maastricht (ou Tratado da União Europeia) em 1992.

O seu principal objectivo era reforçar a ideia de uma identidade europeia entre todos os cidadãos. Isto porque, a existência de uma verdadeira União implica a efectiva participação dos cidadãos na sua construção bem como a garantia dos seus direitos, deveres e liberdades. Daí que, a cidadania europeia possa fortalecer os laços entre os cidadãos, a UE e uma identidade comum.

Neste Tratado foram instituídos os direitos da livre circulação e residência na Comunidade, direito de elegerem e serem eleitos nas eleições europeias e municipais no Estado de residência, direito de protecção diplomática e consular num Estado-Membro em que o Estado de origem do indivíduo não esteja representado, direito de petição ao Parlamento Europeu, apresentação de queixa ao Provedor de Justiça Europeu e proibição de actos de discriminação devido à nacionalidade. Resumidamente, diz respeito à “pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações” (Eurocid, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1917).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Foi com este Tratado, em que participaram 12 países (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Portugal e Espanha), que os mesmos abdicaram de parte da sua soberania nacional para a soberania comunitária, tendo como objectivo promover uma verdadeira União. Além de uma integração económica, procurou alcançar-se, também, uma integração política. Foi, portanto, em 1992 que se instaurou oficialmente a União Europeia.

Este Tratado e a instauração da cidadania europeia tiveram como resultado a implementação de uma relação mais estreita entre os cidadãos e as instituições europeias. Daí ter sido oficializada a “União Europeia”, pois procurava criar uma plena integração. Tal como expresso no artigo 2º deste Tratado, “o presente tratado constitui uma nova etapa no processo criador numa União cada vez mais estreita entre os povos da Europa...”.

Portanto, com a atribuição dos direitos e deveres sociais e políticos conferidos com a cidadania europeia, os cidadãos sentem de outra forma a sua pertença à União, pois a construção europeia deixa de passar apenas pela parte económica, levando a uma identidade europeia mais vinculada.

Apesar de reconhecidos com a cidadania, os direitos atribuídos têm limitações. Isto porque, no que diz respeito à livre circulação e residência, qualquer país pode estabelecer novos controlos ao nível das fronteiras ou limitar a residência de estrangeiros. Uma questão importante que se coloca e à qual é necessário responder, é o grande número de indivíduos nacionais de países terceiros que habitam no território da UE e que permanecem fora do laço protector da cidadania seja nacional (do país em que residem), seja europeia.

Capítulo II - As migrações na Europa

“Globalization, demographic change and societal transformation are affecting the European Union, its Member States and countries around the world. According to United Nations assessments, there are 214 million international migrants worldwide and another 740 million internal migrants. There are 44 million forcibly displaced people. An estimated 50 million people are living and working abroad with irregular status. Dialogue at global level can address some of the shared challenges and concerns. However, it is at regional, national and local levels that each individual and each stakeholder will seize the opportunities brought by migration and by mobility”.

(Commission Communication Global Approach to Migration & Mobility)

2.1 – Políticas Europeias para a Imigração

Todos os cidadãos europeus possuem o direito da livre circulação, conseqüentemente, adquirem o direito a estabelecer residência e a ter emprego num país membro da UE.

Contudo, além dos próprios europeus, também cidadãos de outros continentes procuram entrar e estabelecer-se em países da União Europeia. Para isso, torna-se fundamental criar medidas que promovam a sua integração. Foram criadas políticas tendo em vista a regularização das migrações, que evoluíram ao mesmo tempo que os fluxos aumentavam.

“Integrada nas questões de Justiça e Assuntos Internos, a política de imigração europeia desenvolveu-se primeiramente numa estrutura intergovernamental e é actualmente uma política comum da União. Inicialmente, a actividade europeia ao nível da imigração era ditada pelos interesses económicos dos Estados-membros, daí o facto de ser muito limitada. A livre circulação de pessoas, inscrita nos Tratados de Roma, era resultado de ambições económicas e apenas aos *trabalhadores* (nacionais de Estados-membros da União) era concedido este direito” (Comissão Europeia, 2008 b, p.1).

Tendo em conta a importância crescente destes movimentos na cena internacional, que contribuía com oportunidades ou desafios económicos e sociais tanto no país de origem como no de acolhimento, tornou-se necessário responder aos desafios através da criação de uma política comum que harmonizasse e regulasse as políticas dos Estados-membros da UE.

Houve, portanto, uma evolução nas migrações e nas políticas migratórias. O aumento no volume das imigrações, a expansão da globalização e a abertura dos mercados são factores que contribuíram para isso. As migrações passaram a ser discutidas na agenda política com uma maior importância.

“Migration is now firmly at the top of the European Union’s political agenda. The Commission has already presented a range of policy proposals and operational measures on migration, mobility, integration and international protection in its Communications of 4 and 24 May 2011. The dialogues allow the EU and the partner countries to discuss in a comprehensive manner all aspects of their possible cooperation in managing

migration flows and circulation of persons with a view to establishing Mobility Partnerships” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:2).

A criação de políticas que permitissem a integração dos imigrantes e que lutasse contra a imigração ilegal é algo que começou a ganhar impacto nas agendas políticas da UE. Dada a actual crise económica e financeira a nível europeu, e não só, que provocou um aumento dos fluxos migratórios, torna-se necessário adoptar medidas de controlo, para que cada os imigrante possam ser integrados e não tenham de regressar ao seu país de forma forçada.

2.1.1 – A evolução da política de imigração na UE (do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa)

Em 1957, o Tratado que estabelecia a Comunidade Económica Europeia (Tratado de Roma), no que diz respeito aos movimentos migratórios, determinava a livre circulação de pessoas, bens e serviços entre os Estados-membros (Parte I, art.º. 3º c). No entanto, este princípio era limitado, pois tinha apenas como objectivo desenvolver as interacções económicas da Europa, uma vez que só trabalhadores que emigravam para se estabelecerem e desenvolverem a sua actividade profissional noutro Estado-membro poderiam usufruir livremente desta condição. A evolução da política de imigração foi lenta e bastante limitada, pois o interesse passava apenas pela integração económica, passando as questões sociais para segundo plano.

Ao longo dos anos o número de imigrantes ilegais e de pedidos de asilo foram aumentando, sendo notória a necessidade de se criar uma política de imigração que fosse eficaz. Em 1981, foi criado o Passaporte da União, que permitiu que se alargasse o direito à livre circulação na União Europeia. Este Passaporte “reaffirmed a vision of a ‘people’s Europe’ with Europeans moving around freely and ultimately developing a European identity, but this remained an abstraction for some time” (Lahav, 2004, p.40). No entanto, continuava a ser de carácter limitado, pois apenas incluía os cidadãos nacionais de um Estado-membro da UE e os respectivos familiares, excluindo aqueles que fossem nacionais de um Estado terceiro.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Em 1986 assiste-se a mais um desenvolvimento nesta matéria. Com a introdução do Acto Único Europeu o princípio da livre circulação é reforçado. Foram introduzidas algumas alterações ao Tratado da Comunidade Económica Europeia, admitindo que “o mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas, no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do presente Tratado”. (artigo 13º secção II, subsecção I)

A livre circulação, considerada como um direito fundamental dos cidadãos e atribuída pela cidadania europeia instituída no Tratado da União Europeia em 1992, contribuiu para o fomento dos movimentos migratórios, uma vez que os cidadãos poderiam circular livremente na UE e estabelecer-se em qualquer Estado-Membro.

Foi em 1985 que a livre circulação foi introduzida sem limitações através do Acordo de Schengen.

“O Acordo de Schengen assinado entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos, em 14 de Junho de 1985, visa suprimir gradualmente os controlos nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos Estados signatários, dos outros Estados da Comunidade ou de países terceiros. A convenção de Schengen completa o acordo e define as condições de aplicação e as garantias de realização desta livre circulação. Foi assinada em 19 de Junho de 1990 pelos referidos cinco Estados-Membros, mas só entrou em vigor em 1995” (http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/schengen_agreement_pt.htm).

À medida que os alargamentos na UE foram sucedendo, também o espaço Schengen se ampliou. Alguns países participavam apenas parcialmente, como o caso da Irlanda, Reino Unido, Bulgária, Chipre e Roménia, mantendo, assim, em parte o controlo das suas fronteiras. A Islândia, a Noruega, a Suíça e o Liechtenstein, apesar de não fazerem parte da UE, participam neste espaço. Aqui notou-se a vontade em esbater as fronteiras físicas de forma a tornar a migração menos limitada geograficamente, permitindo a livre circulação de qualquer indivíduo. Não era limitada aos nacionais dos Estados-membros (EM) da União.

“A supressão das fronteiras internas exige uma gestão reforçada das fronteiras externas da União, assim como a regulamentação da entrada e da residência de cidadãos de países terceiros, através de uma política comum de asilo e

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

imigração” (http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/index_pt.htm).

O facto de a Europa ter abolido as suas fronteiras de forma a promover e facilitar a livre circulação (direito fundamental dos cidadãos) pode ter consequências negativas, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da imigração ilegal.

“A fim de permitir uma verdadeira liberdade de circulação das pessoas no território da União Europeia e um nível mais elevado de segurança através de acções mais eficazes contra a criminalidade, o racismo e a xenofobia, foi decidido criar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça” (http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/freedom_security_justice_pt.htm).

Este espaço de liberdade, de segurança e justiça, descrito no TUE, estabeleceu políticas para o controlo nas fronteiras, para a imigração e asilo. Promove ainda a cooperação judiciária e policial. No Tratado da Comunidade Europeia estavam definidas políticas para as matérias relativas aos vistos, asilo, imigração e questões relacionadas com a livre circulação dos indivíduos, no entanto, ainda existiam algumas lacunas no que diz respeito às políticas da imigração.

Foi com o Tratado de Maastricht, em 1992, que foi conferida à UE uma arquitectura institucional com base em três pilares. O primeiro referente às comunidades europeias (CEE, CECA, EURATOM), o segundo à política externa e de segurança comum (PESC) e o terceiro à justiça e assuntos internos (JAI). Era no último pilar que se encontravam as políticas de imigração, que, até à criação deste Tratado, não estavam inseridas no processo da integração europeia. A partir deste momento, o pilar da JAI é reconhecido com o cariz intergovernamental, tal como o segundo pilar. O primeiro assenta num cariz supranacional. Ou seja, as políticas para as migrações passam a ser integradas na agenda de trabalho da União Europeia,

O Tratado de Roma (que em 1957 constitui a CEE e a EURATOM) não previa a integração das matérias da JAI. Contudo, com o crescimento dos movimentos migratórios e transfronteiriços tornou-se fundamental discutir estas questões, uma vez que a criminalidade transnacional se foi acentuando ao longo das décadas. Foi, então, com o Tratado de Maastricht que estas questões passaram a ser integradas no carácter intergovernamental da UE.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Na JAI estão incluídas as matérias relacionadas com as políticas de asilo, políticas de imigração, cooperação judicial em matéria civil e criminal, cooperação policial no combate ao terrorismo e ao crime internacional organizado, combate ao tráfico de drogas e à fraude internacional.

Com o Tratado de Amesterdão, em 1997, algumas das matérias do terceiro pilar foram deslocadas para o primeiro. Nomeadamente as questões relacionadas com o asilo e imigração. O espaço de liberdade, de segurança e de justiça passou a fazer parte do pilar das comunidades europeias. As matérias da livre circulação de pessoas, asilo, imigração, controlo de fronteiras e cooperação judiciária em matéria civil foram “comunitarizadas” pelo Tratado de Amesterdão, integrando-as no primeiro pilar.

Em 1999 houve mais um avanço nesta matéria. Tendo como base as políticas implementadas com o Tratado de Amesterdão, o Conselho Europeu tinha como fim desenvolver e potenciar a UE como um espaço de justiça, liberdade e segurança. Para isso, promoveu uma Europa integrada com base na defesa e promoção dos direitos humanos, desenvolvimento do espaço europeu comum já existente, promover a transparência democrática em prol dos cidadãos, criação de políticas para o asilo e migração, melhorar o acesso dos cidadãos à justiça e lutar contra a criminalidade e imigração ilegal.

Um dos principais objectivos do Tratado de Lisboa, assinado em 2007, passa por definir uma estratégia equilibrada para as matérias da imigração e para gerir os fluxos migratórios. Isto de forma a tentar combater a imigração ilegal, criar as políticas necessárias para garantir que os nacionais de países terceiros que passem a residir na UE obtenham um tratamento justo e não sejam alvos de represálias e racismo, procurando respeitar os direitos humanos de todos os migrantes e impulsionar uma cooperação mais estreita com outros países em todos os domínios. O ideal é desenvolver políticas de direitos e deveres para os imigrantes de cariz semelhante aos cidadãos europeus, a fim de promover a sua integração.

Este Tratado “introduziu a codecisão e a votação por maioria qualificada para a migração legal e uma nova base jurídica para promover medidas de integração. Presentemente, o processo legislativo ordinário aplica-se às políticas de imigração ilegal e legal, tornando o Parlamento um colegislador em pé de igualdade com o Conselho. O

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Tratado de Lisboa clarificou igualmente que as competências da UE neste domínio são partilhadas com os Estados-Membros, nomeadamente no que respeita aos volumes de admissão de migrantes autorizados a entrar legalmente num Estado-Membro, para aí procurarem emprego (artigo 79.º, n.º 5 do TFUE). Além disso, em caso de súbito afluxo de nacionais de países terceiros a um Estado-Membro, o Tratado de Lisboa contém disposições sobre a adoção de medidas para auxiliar esse Estado-Membro (artigo 78.º, n.º 3 do TFUE). Por último, o Tribunal de Justiça possui, agora, plena competência em matéria de imigração e asilo” (Política de Imigração,2014:2).

De forma a criar uma política que garanta, então, uma integração coesa dos imigrantes tentando eliminar a imigração ilegal, foi elaborada pela Comissão, em 2011, a Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade (AGMM).

Tendo, em 2005, sido desenvolvida a Abordagem Global para a Migração, esta necessitou de uma nova roupagem. Criada para abordar os aspectos relevantes para as migrações, criando parcerias com os países terceiros à UE, foi submetida a uma avaliação que demonstrou a necessidade de políticas mais fortes e coerentes e que se estendessem a outros parceiros estratégicos. Os desafios do aumento dos fluxos migratórios e a necessidade de realizar a sua boa gestão para obter benefícios levou à criação, então, da Abordagem Global para a Migração e Mobilidade. Os problemas relativos à empregabilidade, que provoca o aumento das migrações, é um aspecto importante e constitui um desafio fulcral para a boa gestão das mesmas. Isto porque as elevadas taxas de desemprego provocam uma maior mobilidade o que implica o desenvolvimento da integração dos migrantes.

“Moreover, despite the current economic crisis and unemployment rates, European countries are facing labour market shortages and vacancies that cannot be filled by the domestic workforce in specific sectors, e.g. in health, science and technology. Long-term population ageing in Europe is expected to halve the ratio between persons of working age (20-64) and persons aged 65 and above in the next fifty years. Migration is already of key importance in the EU, with net migration contributing 0.9 million people or 62 % of total population growth in 2010. All indicators show that some of the additional and specific skills needed in the future could be found only outside the EU” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:2).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Esta Abordagem assenta em quatro pilares de acção: prevenir e lutar contra a migração ilegal e o tráfico de pessoas; desenvolver e potenciar a migração legal e mobilidade; promover a política de asilo e protecção internacional; maximizar o impacto dos movimentos migratórios e da mobilidade para o desenvolvimento. “A Abordagem Global incide no diálogo regional e bilateral entre países de origem, de trânsito e de destino. Um dos principais instrumentos da Abordagem Global consiste na possibilidade de celebrar «parcerias para a mobilidade» com países terceiros. Essas parcerias abrangem não só os acordos de readmissão, mas também todo um conjunto de medidas, da ajuda ao desenvolvimento à concessão de vistos temporários, passando pela migração circular e a luta contra a migração ilegal” (Política de Imigração, 2014:2).

É uma nova abordagem aos assuntos relacionados com os movimentos migratórios, pois apesar de já existir uma ligação e cooperação entre a UE e países terceiros para beneficiar os cidadãos de ambos, devido ao aumento exponencial de imigrantes foi exposta a necessidade de reforçar as políticas de cooperação, de imigração e do controlo das fronteiras. Tem em vista beneficiar os países mais pobres através de fundos enviados pelos emigrantes e pela transferência de conhecimentos e inovação.

Além disso, será possível cooperar com países terceiros no que diz respeito ao fornecimento de abrigo e protecção aos refugiados, ao mesmo tempo que se procura combater e eliminar a imigração ilegal. Portanto, visa produzir vantagens em questões de migração e mobilidade para a UE, para os migrantes e os seus países de origem, procurando, também, fomentar o desenvolvimento, emprego, educação e crescimento da UE. “A UE pretende colocar mais ênfase na migração legal e nas políticas de vistos para visitantes de curta duração, turistas, estudantes, investigadores, empresários e famílias. Nesse sentido, pretende facilitar a concessão de vistos ou levantar as restrições à obtenção de vistos, caso os países parceiros atinjam padrões de referência acordados, designadamente em áreas como a migração, o asilo e a gestão das fronteiras. Para garantir a prosperidade, a Europa precisa de trabalhadores de outros países. Prevê-se, por exemplo, que em 2020, só no sector da saúde, se assistirá a uma carência de cerca de um milhão de profissionais. Os imigrantes podem ajudar a suprir a ausência de profissionais neste e noutros domínios” (http://ec.europa.eu/news/external_relations/111121_pt.htm).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

De forma a atingir os objectivos pretendidos, “the Global Approach must become more strategic and more efficient, with stronger links and alignment between relevant EU policy areas and between the external and internal dimensions of those policies” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:3). As políticas de relações externas da UE devem ser aperfeiçoadas para se tornarem mais eficazes e deve existir uma cooperação mais estreita entre as mesmas e a AGMM.

“The Global Approach to Migration and Mobility (GAMM) should be considered and promoted as the overarching framework of the EU External Migration Policy, based on genuine partnership with non-EU countries and addressing migration and mobility issues in a comprehensive and balanced manner. The GAMM should respond to the opportunities and challenges that the EU migration policy faces, while at the same time supporting partners to address their own migration and mobility priorities, within their appropriate regional context and framework” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:5).

Os objectivos baseiam-se no apoio à mobilidade dos nacionais de países terceiros nas fronteiras da UE, uma vez que é estrategicamente importante para a mesma; cooperar e integrar as políticas externas da UE; promover os direitos humanos dos migrantes, considerada uma prioridade relevante para os quatros pilares de acção; promover a protecção internacional, questão fundamental para a boa gestão e integração dos imigrantes; criação e aplicação de boas práticas de gestão das migrações de forma a obter benefícios para o desenvolvimento da UE; impulsionar diálogos internacionais para a migração e mobilidade; criação de políticas estratégicas e competitivas para a integração.

“The GAMM should also be migrant-centred. In essence, migration governance is not about ‘flows’, ‘stocks’ and ‘routes’, it is about people. In order to be relevant, effective and sustainable, policies must be designed to respond to the aspirations and problems of the people concerned. Migrants should, therefore, be empowered by gaining access to all the information they need about their opportunities, rights and obligations. The Commission has set up the EU Immigration Portal to provide such information together with other measures” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:6).

Outro passo importante refere-se à estratégia 2020. “Migration and mobility in the context of the Europe 2020 Strategy aim to contribute to the vitality and competitiveness of the EU” (The Global Approach to Migration and Mobility, 2011:4).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Garantir as condições necessárias para a mobilidade e integração dos imigrantes é uma prioridade estratégica que contribui para a competitividade da UE. A estratégia para a integração no mercado de trabalho é algo que deve ser revisto e deve-se impulsionar o diálogo entre a UE e os países terceiros onde haja interesses mútuos. É objectivo fomentar a abertura ao diálogo com o sector privado de forma a abrir as vagas laborais aos imigrantes legais e o acesso dos imigrantes aos direitos sociais (como as pensões, por exemplo).

De forma a promover e atribuir as políticas necessárias para a integração dos imigrantes, a Comissão criou, em 2012, um Livro Verde para as mesmas. Assim, pretende-se desenvolver a dimensão económica, através dos contributos da migração, procurando desenvolver o crescimento do emprego. Em matéria de migrações, há, ainda, o Programa Estocolmo. Criado pelo Conselho Europeu, em 2009, é um programa plurianual de medidas para as matérias da liberdade, segurança, justiça e migração no período de 2010-2014.

Foram, entretanto, desenvolvidas algumas directivas que procuram criar uma política comum para a migração legal e que abranja todo o tipo de migrações e de migrantes.

A Directiva 2009/50/CE, aplicada até Junho de 2011, direccionada para as condições de entrada e estabelecimento de residência de indivíduos qualificados nacionais de Estados terceiros à UE para efeitos de emprego. Criou e dinamizou o Cartão Azul Europeu, que atribuía uma autorização de residência e trabalho especiais, desenvolvendo condições para atrair trabalhadores qualificados, incentivando-os a permanecer num Estado-membro da UE.

A Directiva 2011/98/UE, ou “Autorização Única”, aplicada até Dezembro de 2013, que apresentava um conjunto de direitos a proporcionar aos imigrantes legais e criou um sistema mais simplificado para que os nacionais de países terceiros apresentassem o pedido para circulação, residência e trabalho em qualquer Estado da UE.

A Directiva 2014/36/UE, adoptada em Fevereiro de 2014, que estabelece as condições para a permanência dos imigrantes de países terceiros para os trabalhos sazonais. Delibera que os imigrantes para trabalhos sazonais podem permanecer na UE

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

de forma legal por um prazo de cinco a nove meses, sendo que, consoante o Estado-membro para onde tenha imigrado, este período pode ser alterado. Ou seja, os imigrantes sazonais mantêm como local de residência o seu país de origem, permanecendo na UE apenas durante o decurso da actividade sazonal.

Em Abril do mesmo ano, o Parlamento Europeu desenvolveu uma Directiva relacionada com a circulação e residência de indivíduos de países terceiros que tenham sido transferidos no nível empresarial. Isto permitirá às empresas que a transferência temporária dos seus funcionários seja mais fácil, podendo estes estabelecer-se livremente nos países da UE.

As Directivas 2004/114/CE e 2005/71/CE, aplicadas para facilitarem a entrada na UE de nacionais de países terceiros para fins académicos ou de investigação foram melhoradas com uma proposta de Directiva apresentada pela Comissão em Março de 2013, a COM (2013) 0151.

No entanto, é a Directiva 2003/109/CE, que regulamenta o estatuto e os direitos dos imigrantes de países terceiros residentes na UE. Esta foi alterada em 2011 com o objectivo de alargar o estatuto de imigrantes aos refugiados e aqueles que beneficiam de protecção internacional.

Já no que diz respeito à imigração ilegal, foram, também, adoptadas Directivas com o objectivo de a combater e eliminar.

A Directiva “de Retorno”, 2008/115/CE, estipulou os procedimentos europeus para o regresso dos imigrantes em situação irregular ao seu país de origem. Foi aplicada até Dezembro de 2010, e, o relatório de 2014 indicou um desenvolvimento positivo, incentivando a cooperação entre os Estados-membros e os países terceiros.

A Directiva 2009/52/CE determinou as sanções que devem ser aplicadas nos Estados-membros aos empregadores de imigrantes nacionais de países terceiros que se encontrem em situação ilegal.

Entretanto, a UE negociou, e continua a negociar, acordos com os países nacionais dos imigrantes ilegais para o seu regresso e readmissão, criando bases para a

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

cooperação entre a UE e esses países. Procuram assim, criar condições para promover a cooperação na luta contra o tráfico humano.

Dado o aumento exponencial do volume das imigrações, tornou-se essencial criar políticas para o acolhimento de cada imigrante, proporcionando-lhes as condições para se integrarem. Além disso, criaram-se as medidas para a resolução dos casos de imigrantes ilegais bem como dos imigrantes legais, pois é necessário conferir-lhes os direitos e deveres fundamentais, contribuindo para uma cooperação mais estreita entre o país receptor e o nacional do imigrante.

No entanto, e apesar dos documentos, directivas e políticas da UE relativamente às migrações, à integração dos migrantes e à luta contra a imigração ilegal, os imigrantes de países terceiros continuam a viver uma situação precária. A sua integração social é difícil, sendo alvos de racismo e xenofobia.

O facto dos fluxos migratórios na UE terem aumentado, com maior impacto a partir de 2000, havendo uma maior mobilidade entre nacionais de países terceiros, provocou o crescimento de tensões entre os nacionais e os imigrantes. Muitos são vistos como estrangeiros que acabam por preencher vagas laborais que deveriam ser dos nacionais.

No caso português verifica-se a dificuldade dos jovens imigrantes ou dos descendentes de imigrantes na entrada no mercado de trabalho. Esta é uma das principais problemáticas.

Um dos pontos alvo das políticas de imigração diz respeito aos jovens que descendem dos imigrantes. A sua integração nem sempre é acessível, são vários os obstáculos que estes presenciam. Desde racismo, xenofobia e dificuldades no acesso e integração no ensino ou no mercado de trabalho. “Os jovens descendentes de imigrantes continuam a enfrentar alguns desafios acrescidos quando comparados aos jovens portugueses, sendo as áreas mais sensíveis o progresso escolar e a consequente situação perante o emprego. Na verdade, a almejada igualdade face aos jovens portugueses nestas áreas não deverá ser vista como uma utopia mas como o eterno referencial para o qual toda a política pública se deve orientar” (Cerdeira et al,2013:11).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

É necessário combater a tendência para integrar os imigrantes nos “trabalhos secundários”, onde são confrontados com condições laborais mais desfavoráveis. “Essa é a razão pela qual os imigrantes, desde há muito tempo, estão sobre-representados nos trabalhos habitualmente designados por 3 D’s (dirty, demanding and dangerous)” (Atkinson, 1987, p.44 cit. *in* Cerdeira et al,2013:13).

A estratégia adoptada pelo país de forma a regular e estimular a imigração baseia-se em: integração, regulação e fiscalização. Apostar nestas camadas é algo estratégico, de forma a procurar fixá-las no país, estimulando a educação, integração, habitação e protecção social das mesmas. Tem como base as políticas para a migração e asilo desenvolvidas pela UE. De forma a desenvolver esta questão, foram criados um conjunto de orientações para atingir o objectivo: fomento da mobilidade dos jovens (quer em Portugal quer na Europa); apoio ao empreendedorismo; estímulo ao associativismo jovem de forma a promover a educação informal; promover e facilitar o acesso dos jovens à habitação; combater o emprego precário nas camadas jovens (Cerdeira et al,2013). “Apesar da sociedade portuguesa ser por muitos considerada culturalmente “aberta”, alguns jovens assinalaram problemas de rejeição étnica por parte de alguns segmentos. A promoção de campanhas de sensibilização da população para a melhor aceitação das diferenças, nomeadamente étnicas, pode ser uma das dimensões a desenvolver no combate à discriminação dos jovens imigrantes e filhos de imigrantes” (Cerdeira et al,2013: 229).

Mais uma vez, as diferenças culturais continuam a criar situações de discriminação. A população deve ser informada no sentido de promover a integração dos imigrantes ou dos descendentes de imigrantes de forma a aceitar o multiculturalismo e a considerá-lo como uma fonte positiva para o desenvolvimento. Em suma, é necessário criar as condições para uma adaptação saudável dos imigrantes e para a integração no mercado de trabalho.

2.2 – Os movimentos migratórios portugueses

Portugal sempre foi um país de emigrantes. A época dos Descobrimentos permitiu ao povo português conhecer um mundo que não sabia existir, criando laços com territórios que até aos dias de hoje permanecem com sentidos culturais de origem portuguesa, desde a língua até outros valores e costumes.

Falta frase de introdução à questão desenvolvida na citação. “O potencial migrante escolhe imigrar sempre que a comparação lhe revela que a permanência representa um custo e a migração um ganho” (Pires, 2003, p.66).

Para Trindade, “o estabelecimento e manutenção de um fluxo migratório é o resultado conjunto da coexistência de uma pressão endógena no sentido de *sair* (emigrar) com uma força atractiva gerada no exterior e que estimula a *recepção* (imigrar)”. (1998, p.313)

A Guerra Colonial e um país ditatorial foram alguns motivos que contribuíram para que muitos portugueses emigrassem, nos anos de 1960-70, como forma de conseguirem evitar a incorporação militar ou para fugirem às políticas repressivas que os impediam de viver em plena liberdade. A situação alterou-se com a chegada da democracia e consequente melhoria das condições de vida, a nível económico, político e social. “Since the mid-1980s, Portugal has altered its position in the international migration context. It is no longer exclusively an emigration country but has also become a receiving nation, hosting people from its former African colonies, and more recently from Brazil and Eastern Europe. This has caused significant changes in Portuguese society, which is nowadays socially more diverse and ethnically richer” (Fonseca; Caldeira, e Esteves, 2002:10).

Até ao início dos anos 90, Portugal mantinha-se como um país maioritariamente de emigrantes. Contudo, a partir desta altura, passa a ser um destino atractivo para receber imigrantes. Segundo Malheiros (1996), torna-se um país emissor de emigrantes e receptor de imigrantes. Houve, então, algumas mudanças nos movimentos migratórios portugueses, as saídas aumentaram, mas, as entradas também.

Os principais países receptores de emigrantes portugueses eram, na primeira metade do século XX, o Brasil, EUA, Canadá e Venezuela. A partir da década de 60 a

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Europa passou a ser o destino mais atractivo. Países como a França, Suíça e Alemanha foram os que mais emigrantes portugueses receberam nesta altura.

Pelas questões económicas menos favoráveis dos países de origem dos imigrantes e pelo contrastante crescimento económico que Portugal conheceu após os turbulentos anos 70, resultante da instalação da democracia e adesão à União Europeia (CEE na altura) em 1986, o país conheceu um aumento significativo dos fluxos de imigrantes.

“Até meados da década de 60, o número de estrangeiros residentes era reduzido e constituído, fundamentalmente, por pequenos grupos de nacionalidade europeia. O aumento das migrações em larga escala com destino a Portugal ocorreu primeiro no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974 (correspondente ao processo de descolonização), abrangendo deste modo essencialmente nacionais dos PALOP, que acompanharam o movimento de retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias. Os anos 80 caracterizaram-se por um crescimento moderado do número de estrangeiros e uma diversificação das suas origens; consolida-se a imigração proveniente de Cabo Verde que se alarga aos restantes PALOP. É também nesta fase que a imigração brasileira ganha impulso. Na década de 90 assiste-se a um elevado aumento da população estrangeira, nomeadamente ao reforço do peso dos africanos e dos magrebinos. Verifica-se igualmente o aparecimento de um novo grupo de imigrantes nacionais de países da Europa de Leste, que constitui uma das novas realidades da actual corrente migratória. Na origem do rápido crescimento da imigração estiveram três factores: o mercado de trabalho no sector das obras públicas, a ausência durante a década de 80 de mecanismos de controlo da imigração e a formação de redes que não só apoiam como estimulam novas correntes migratórias” (Machado, 1997 cit. *in* Estatísticas dos Movimentos Migratórios, 2006:14).

Portanto, Portugal além de ser um país com um vasto fluxo de emigrantes tornou-se um destino atractivo para os imigrantes. Contudo, actualmente, com a crise económica que se instalou desde 2008, os números foram-se alterando, e, ao invés de mantermos uma taxa migratória positiva, tem vindo a verificar-se o oposto. O número de saídas tem vindo a aumentar, ao passo que os residentes imigrantes têm vindo a diminuir, com o retorno dos mesmos ao seu país de origem.

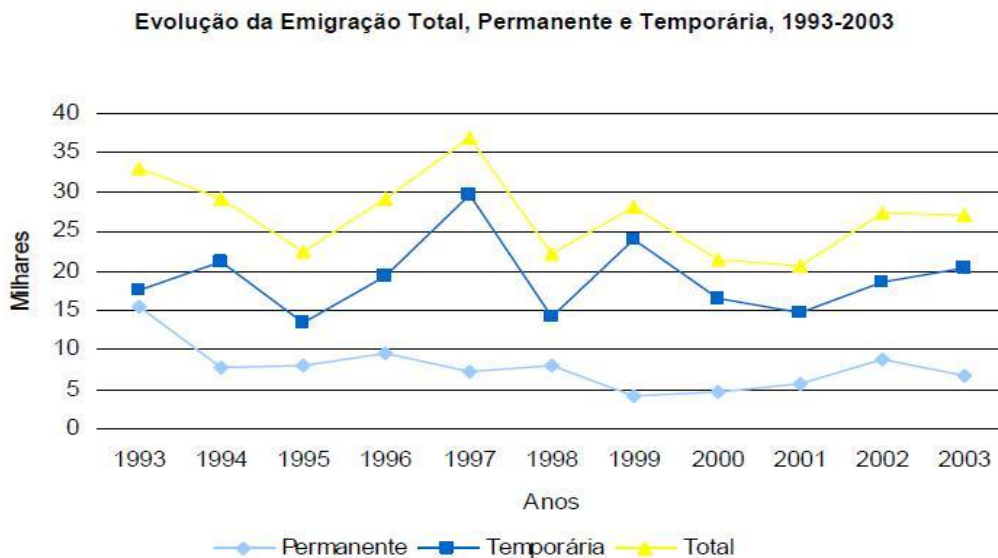
2.2.1- As migrações portuguesas a partir da década de 2000

A emigração pode ser classificada em dois tipos: permanente ou temporária. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a emigração permanente refere-se à situação em que “a pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano”. O emigrante temporário refere-se à “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.”

Em 2003, de acordo com dados do INE, a emigração era maioritariamente temporária e, “não tendo as características e o volume de outros tempos, a emigração portuguesa apresenta ainda valores consideráveis. Hoje, a emigração é fundamentalmente de carácter temporário, com destino à Europa, de indivíduos na idade activa jovem e com o ensino básico” (INE Estatísticas Migratórias – Emigração, 2003: 1).

Já nesta altura a emigração jovem era uma realidade. Contudo, ao contrário do que acontece actualmente, os jovens tinham como formação académica, na sua maioria, o ensino básico. Uma das razões para a sua saída do país era a vontade de singrarem no mundo do trabalho. Por não terem outro tipo de formação e especialização, encontraram na emigração a solução para adquirirem uma ocupação profissional que lhes garantisse melhores condições (melhores salários e melhores condições laborais).

Gráfico 1 - Evolução da emigração total, permanente e temporária entre 1993 e 2003



Fonte: INE Emigração em Portugal – 2003

“A evolução da emigração, desde 1993, mostra algumas oscilações, sendo fundamentalmente o reflexo da evolução da emigração temporária (indivíduos que se ausentam com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano) que é sempre superior à permanente (indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano) e com alterações mais significativas” (INE Estatísticas Migratórias – Emigração, 2003: 1). De acordo com a informação contida no gráfico, o ano de 1997 foi o que conheceu o maior volume de emigrações, sendo a temporária superior.

Em relação ao sexo dos emigrantes, a maioria é do masculino. “No ano 2003, emigraram mais homens do que mulheres 76,3% e 23,7%, respectivamente. A diferença entre sexos é bastante superior na emigração temporária, uma vez que na emigração permanente os valores são relativamente próximos, 51,1% masculino e 48,9% feminino” (INE Estatísticas Migratórias – Emigração, 2003:2).

Como se pode confirmar no gráfico apresentado a seguir, em relação à faixa etária dos emigrantes, comprova-se que a maioria dos indivíduos que emigrou insere-se na faixa etária compreendida entre os 15 e os 29 anos. Foram os activos mais jovens que deixaram o país.

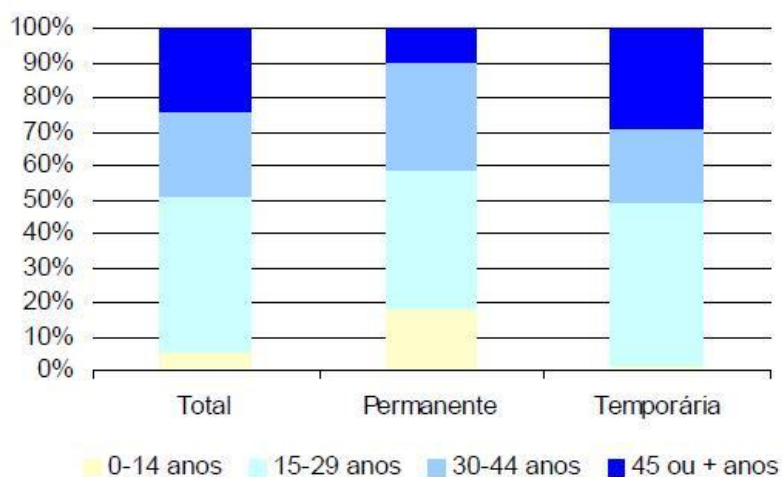
A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

No que diz respeito ao tipo de emigração, os jovens desta faixa etária emigraram, na maioria, de forma temporária. Já indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos, optaram, na sua maioria, por emigrarem de forma permanente.

Gráfico 2 - Emigração segundo grupo etário em 2003

Emigração Total, Permanente e Temporária segundo o Grupo Etário, 2003



Fonte: INE Emigração em Portugal – 2003

Tal como referido anteriormente, a maioria daqueles que emigraram possui como formação académica o ensino básico, seja na emigração temporária ou permanente.

Tabela 1 - Emigração segundo nível de escolaridade

Emigração Total segundo o Grau de Instrução (%), 2003

Grau de Instrução	Total	Permanente	Temporária
Não sabe ler nem escrever	5,1	11,7	2,9
Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau de ensino	8,5	16,8	5,8
Ensino Básico (1º ciclo)	34,9	18,2	40,4
Ensino Básico (2º e 3º ciclo)	42,5	49,5	40,1
Ensino Secundário/Superior	9,0	3,8	10,7

Fonte: INE Emigração em Portugal – 2003

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

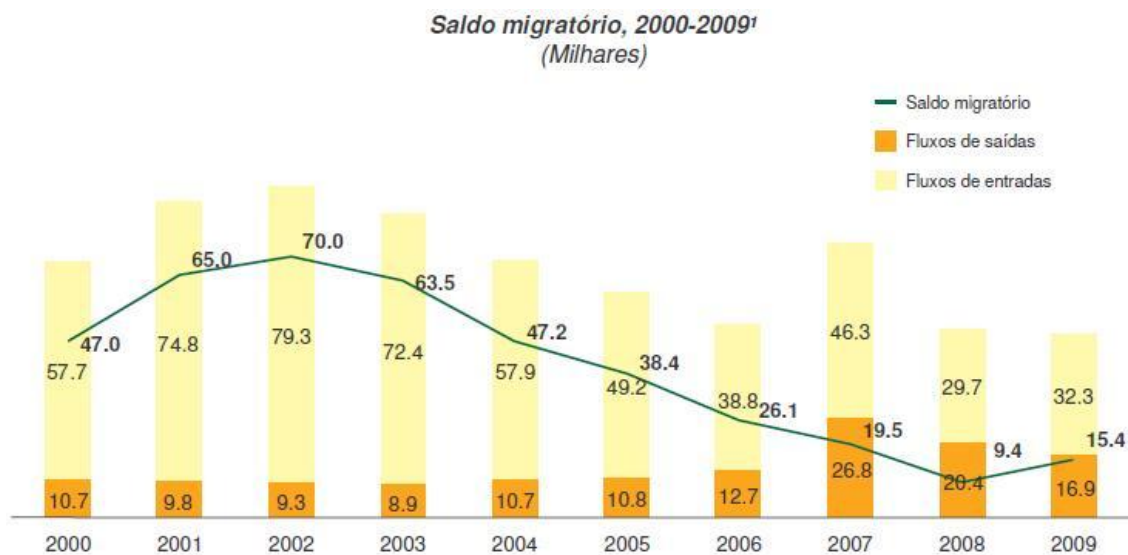
O ensino secundário e o superior representavam apenas 9%, ao passo que 5,1% dos que emigraram não sabia ler e escrever e, 8,5% não possuía qualquer grau de ensino mas sabia ler e escrever.

Esta situação é muito distinta daquilo que sucede actualmente. Como será analisado no próximo capítulo, no que diz respeito à formação dos emigrantes, aquilo que ocorreu em 2003 é bastante diferente da situação verificada nos últimos anos, uma vez que a emigração de indivíduos com qualificações ao nível do ensino secundário ou superior aumentou significativamente.

Entre os anos 2000 e 2009, a taxa de crescimento natural efectiva portuguesa conheceu uma certa desaceleração, muito devido ao crescimento natural que mostrou valores negativos. Além disso, também o crescimento migratório obteve uma baixa no seu volume. Os números baixaram sucessivamente, o que quer dizer que Portugal recebeu menos imigrantes, com a excepção do ano 2009, em que houve um ligeiro aumento.

Em relação ao saldo migratório neste mesmo período de tempo, e de acordo como o gráfico apresentado a seguir, é possível constatar que o volume de entradas de imigrantes manteve um valor relativamente constante, obtendo uma quebra a partir de 2007. Em relação à saída de portugueses para o estrangeiro, esta conheceu um aumento também a partir do ano 2007. Talvez tenha sido nesta altura, em que a “crise” se instalou efectivamente, que os jovens recém-licenciados tenham considerado a emigração como uma das soluções. Mas, foi a partir de 2010 que este número aumentou de forma exponencial.

Gráfico 3 - Saldo migratório em Portugal entre 2000 e 2009



Fonte: INE, ES Research – Research Sectorial.

Dados do INE do ano 2010 apontam para um aumento de 41% da saída de indivíduos em relação a 2009. O saldo natural foi negativo, uma vez que a emigração aumentou e a imigração diminuiu. O número de residentes em Portugal conheceu um decréscimo (Estudo da População Residente em Portugal em 2012, INE, 2010).

Gradualmente, o saldo migratório tem vindo a tornar-se negativo. Quando, durante as últimas décadas, a população residente em Portugal conhecia um ligeiro crescimento, essa situação devia-se não aos nascimentos mas sim aos fluxos de imigrantes, que, de modo geral, conseguiam suportar a diminuição da taxa da natalidade e minimizar as suas consequências demográficas negativas.

No entanto, devido à situação económica desfavorável de que o país tem sido alvo, esse fluxo de imigrantes diminuiu, sendo que muitos deles regressaram ao seu país de origem ou prosseguiram os percursos migratórios noutros países. Segundo dados do INE, as entradas de estrangeiros diminuíram para cerca de metade em quase uma década (entre 2001 e 2010): de 75 mil imigrantes passaram a chegar apenas 28 mil. Sendo que a saída de portugueses, pelo contrário, em apenas quatro anos (de 2008 a 2012): passou de 20,357 mil emigrantes permanentes para 51,958 mil emigrantes respectivamente.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Segundo o Observatório da Emigração, “a bomba de crescimento secou em 2008, quando a população subiu apenas 0,09%. Em 2009, progrediu 0,10% e no ano passado entrou em terreno negativo com a uma contracção de 0,01%”.

No quadro apresentado a seguir, é possível constatar todas estas mudanças no que diz respeito à população e às suas variações.

Tabela 2- Indicadores demográficos entre 2001 e 2010

Estimativas Provisórias de População Residente e Indicadores Demográficos, Portugal, 2001-2010										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População em 31.XII (N^o)	10 329 340	10 407 465	10 474 685	10 529 255	10 569 592	10 599 095	10 617 575	10 627 250	10 637 713	10 636 979
População média (N ^o)	10 292 999	10 368 403	10 441 075	10 501 970	10 549 424	10 584 344	10 608 335	10 622 413	10 632 482	10 637 346
Saldo Natural (N^o)⁽¹⁾	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 403	- 1 020	314	- 4 945	- 4 549
Nados-vivos de mães residentes em Portugal (N ^o)	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594	99 491	101 320
Óbitos de residentes em Portugal (N^o)	105 092	106 258	108 795	102 010	107 462	101 990	103 512	104 280	104 436	105 869
Saldo Migratório (N ^o)	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500	9 361	15 408	3 815
Fluxo de entradas (N^o)	74 800	79 300	72 400	57 920	49 200	38 800	46 300	29 718	32 307	27 575
Fluxo de saídas (N ^o)	9 800	9 300	8 900	10 680	10 800	12 700	26 800	20 357	16 899	23 760
Varição Populacional (N^o)	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 503	18 480	9 675	10 463	- 734
Taxa de Crescimento Natural (%)	0.07	0.08	0.04	0.07	0.02	0.03	-0.01	0.00	-0.05	-0.04
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0.63	0.68	0.61	0.45	0.36	0.25	0.18	0.09	0.14	0.04
Taxa de Crescimento Efectivo (%) ⁽²⁾	0.71	0.75	0.64	0.52	0.38	0.28	0.17	0.09	0.10	-0.01
Índice de envelhecimento da população residente	104.2	105.5	106.8	108.7	110.1	111.7	113.6	115.5	117.6	120.1

Notas:

(1) O saldo natural referente a 2010 incorpora os valores relativos a nados vivos e óbitos apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Fevereiro de 2011, referentes a factos de 2010.

(2) Por questões de arredondamento, a soma das taxas de crescimento natural e migratório pode não coincidir com a taxa de crescimento efectivo.

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011

Além do impacto ao nível social e demográfico, há um aspecto importante do impacto da emigração para a economia nacional que se prende com as remessas dos emigrantes. Estas, em 2009, representaram cerca de 1,4% do PIB (cerca de 2,3 mil milhões de euros), ao passo que, em 1996, representaram 2,9% do PIB.

Houve, então, um decréscimo bastante notório. As remessas enviadas pelos emigrantes começaram a ser de valores mais baixos e deixaram de produzir tanto impacto na economia portuguesa, em comparação com os anos 70, em que, em 1979, as remessas enviadas pelos emigrantes representavam cerca de 10,6% do PIB. É possível concluir que, nessa mesma época, aqueles que emigravam tinham como um dos principais objectivos enviar poupanças monetárias para Portugal, para as respectivas famílias.

Tabela 3 - Remessas dos emigrantes portugueses

Anos	Remessas de emigrantes
+ 1975	104.623
+ 1980	731.183
+ 1990	3.011.412
2000	3.458.121
2001	3.736.820
2002	2.817.885
2003	2.433.777
2004	2.442.164
2005	2.277.248
2006	2.420.267
2007	2.588.417
2008	2.484.680
2009	2.281.866
2010	2.425.899
2011	2.430.491
2012	2.749.461
2013	3.015.777

Fontes/Entidades: BP, PORDATA

Última actualização: 2014-02-21

Fonte: PORDATA
(<http://www.pordata.pt/Portugal/Remessas+de+emigrantes+total-135>)

Nesta tabela com dados do PORDATA é possível verificar o valor das remessas, em milhares de euros, enviadas pelos emigrantes portugueses. A partir dos anos 2000, as remessas conheceram uma fase inconstante, ora eram em menor volume, ora aumentavam ligeiramente. Contudo, apesar da crise económica e financeira na Europa, pode contactar-se o aumento positivo no ano 2013, em que, em relação a 2012, houve um aumento de mais de 200 mil euros. É um sinal positivo, principalmente para Portugal, mas também ao nível pessoal do emigrante e da respectiva família.

Segundo dados do PORDATA, em 2013 as maiores remessas ao nível europeu tiveram como origem a França, com 874.787 mil euros. Segue-se a Suíça, com 734.282 mil euros e a Alemanha, com 193.084 mil.

Apesar da tendência para a emigração jovem não ter como ponto de partida os mesmos motivos daqueles que emigraram nas décadas de 70 ou 80, ainda se verificam algumas características em comum. Uma dessas diz respeito, então, às remessas enviadas.

2.2.2 – Emigração qualificada

Os emigrantes da actualidade são bastante diferentes: tem outro tipo de abertura e outros objectivos. Os jovens com qualificações superiores que optam por esta via fazem-no por motivos diferentes daqueles que o faziam décadas atrás. Muitos admitem ser algo que desde sempre fazia parte dos seus planos (como é possível constatar no próximo capítulo, de acordo com os dados obtidos com os inquéritos), outros fazem-no pela vontade de alcançar a independência e estabilidade financeira, pela procura de empregos com melhores condições e pela oportunidade de progredir na carreira. Daí que, como supramencionado, o volume das remessas enviadas pelos emigrantes tenha sofrido uma diminuição visível. Este fenómeno é descrito de forma muito vívida na comunicação social, conforme se pode verificar no excerto a seguir:

“Os jovens que na década de 60 deixaram o país, para fugir à guerra colonial e à pobreza, faziam-no ilegalmente, submetiam-se a condições de vida sub-humanas no estrangeiro e à medida que iam conseguindo adaptar-se e ganhando dinheiro tinham um único objectivo: regressar ao seu país e à terra, para onde tinham enviado as poupanças feitas. Pelo meio tinham vindo todos os anos passar férias e tinham dado trabalho aos construtores locais para lhes construir a casa sonhada no terreno em que já tinham investido. E voltavam com um negócio montado para deixar aos filhos depois da reforma. Actualmente a situação é distinta. Dos cerca de cem mil portugueses que estão a emigrar anualmente, a maioria deles são jovens qualificados, entre os 25 e os 34 anos, as grandes vítimas do desemprego nacional. Querem mais do que um primeiro emprego, vão por uma carreira. No mundo cada vez mais global, ficarão e farão a sua vida de acordo com o país onde a sua formação e qualidade for reconhecida. Adaptando-se à vida local. Quando muito, virão de férias. Para eles, só a nível emocional fará diferença terem o valor premiado no nosso país ou noutra parte do mundo. Mas para Portugal significa muito: estamos perante a perda da tão necessária mão-de-obra qualificada. É urgente pois criar programas que invertam este processo” (Editorial jornal Diário de Notícias Portugal *online*, 2012, http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2840984&page=-1).

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Apenas em 2012, mais de 120 mil portugueses emigraram. Este número foi superior ao total de nascimentos no país e diz respeito a emigrantes temporários e permanentes. Dados do PORDATA descrevem a evolução dos movimentos migratórios, estimando que, apesar de uma parte significativa das migrações terem sido de carácter clandestino, o número total de emigrantes portugueses (de ambos os tipos) nos anos 60 era cerca de 32.318 mil indivíduos sendo que em 2012 este número aumentou para 121.418 mil. Então, este aumento de 89,100 mil emigrantes entre 52 anos demonstra que, talvez, exista algum descontentamento em relação ao funcionamento do país e às condições de vida oferecidas, ou, por outro lado, é sinónimo da vontade que os jovens possuem em conhecer e viver outras culturas.

Ao comparar-se o total de emigrações no ano 2001 e no ano 2012, percebe-se que houve um aumento de mais de 100 mil emigrantes. São números bastante díspares e que causam uma certa preocupação quer para a economia portuguesa quer para a demografia. Portugal está a perder jovens, jovens competentes e a tornar-se cada vez mais um país idoso.

Quando existe o incentivo dos próprios chefes de Estado de um país europeu (Portugal, neste caso) para os jovens qualificados emigrarem de forma a alcançarem sucesso profissional, aliado à carência de ofertas profissionais atractivas e aliciantes que possam valorizar os candidatos e que possibilitem a progressão na carreira, é natural que muitos indivíduos com formação académica optem por seguir esta via.

O Observatório da Emigração, relacionado com esta temática, numa notícia de 12 de Maio de 2014 (Observatório da Emigração, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3864.html>) indica que um grupo de enfermeiros portugueses criou uma associação em Londres de apoio aos profissionais de saúde portugueses. Traçada há cerca de quatro anos, a “Diáspora dos Enfermeiros- Associação de Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro”, procura ajudar indivíduos que lutam por encontrar emprego na sua área de formação, fora do país. Com a criação deste *site* online, os utilizadores poderão obter as informações necessárias para o processo de emigração para vários países, para a integração nos mesmos e terão acesso a alguns testemunhos e conselhos.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Estimativas indicam que existem cerca de 10.000 enfermeiros provenientes de Portugal emigrados em países como Reino Unido (5.000), Suíça (2.000), França (1.000) e Irlanda (500). "Há que fazer com que os que emigrem se sintam unidos e com sentimento de pertença a algo" (Sabrina Ferreira, *Diáspora dos Enfermeiros*). Procura aproximar e acompanhar os portugueses que emigraram e que necessitem de auxílio em qualquer obstáculo, como a língua, por exemplo.

Esta Diáspora começou a sua actividade no Reino Unido, onde conta com os onze membros fundadores lá estabelecidos, mostrando a tendência da emigração dos jovens para o Reino Unido nos últimos anos. Os emigrantes portugueses constituíram, em 2013, a segunda nacionalidade com maior representatividade no que diz respeito aos enfermeiros estrangeiros a trabalhar e residir no país.

Um estudo referente à “Mobilidade Profissional e Internacionalização do Emprego Jovem” levado a cabo pelas associações de estudantes universitárias, em 2012, divulgou que cerca de 69% dos estudantes pretendia emigrar assim que terminassem a sua vida académica. Procuram melhores condições laborais, que permitam a progressão na carreira e que lhes permita a estabilidade económica (*Jornal de Notícias online*, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Educacao/Interior.aspx?content_id=2718249).

A realidade aponta para a chamada *fuga de cérebros*. O aumento das migrações entre pessoas qualificadas passou a ser alvo de preocupações para as políticas migratórias. Isto acontece quando os jovens qualificados não conseguem entrar no mercado de trabalho do seu país para aplicar os seus conhecimentos. Portanto, sentem a necessidade de fazê-lo num país terceiro (Ferreira, 2004: 2). O investimento feito acaba por obter retorno noutra local e os jovens acabam por contribuir para o desenvolvimento do país que os acolheu e não no que os formou. As oportunidades são encontradas noutra país e é lá que desenvolvem as suas capacidades.

São oferecidos contratos de trabalho específicos para indivíduos estrangeiros altamente qualificados. Um desses exemplos diz respeito aos estágios profissionais ou curriculares oferecidos por empresas multinacionais ou até pelas instituições europeias. São trabalhos temporários mas que apresentam ofertas aliciantes e que fomentam a mobilidade.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

De acordo com Peixoto (2004), o fluxo de emigrantes portugueses entre os anos 60 e 70 do século passado não diziam respeito à emigração qualificada, e o volume de indivíduos com qualificações superiores era em pequena escala em comparação com a actualidade. Foi a partir de meados da década de 70 e 80 que a emigração qualificada se fez sentir em maior dimensão (Peixoto, 2004). Em primeiro lugar devido à instabilidade política, que gerou a saída de mão-de-obra qualificada sendo esta maioritariamente temporária, tendo alguns retornado após a estabilização do sector político e da economia. Em segundo lugar, o desenvolvimento das empresas do Médio Oriente atraiu vários emigrantes europeus, sendo que Portugal não foi a excepção (Peixoto, 2004: 10-11). Com o crescimento e desenvolvimento das empresas portuguesas, que se aventuraram na internacionalização, o volume de saídas continuou a aumentar.

Os programas de intercâmbio para estudantes são outra forma que estimula a mobilidade dos jovens. O programa *Erasmus* é aquele que mais fomenta a circulação, isto porque um período de estudos realizado num outro país europeu é bastante valorizado.

A comunidade de cientistas apresenta um fluxo migratório de grande dimensão. Com ofertas atractivas de boas condições laborais e de remuneração, os cientistas têm apostado na emigração. Os principais países que os recebem são a Alemanha, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América. Os destinos preferidos dos emigrantes qualificados em geral são a Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, EUA e alguns países africanos (como Angola ou Moçambique) (Faria, 2012: 9).

A emigração pode ser baseada numa escolha individual ou condicionada por forças sociais. Peixoto introduz a explicação “micro” para as escolhas individuais e a “macro” quando existem factores exteriores que forçam a saída (Peixoto 2004).

Esta fuga de cérebros, ao nível económico, acarreta vários desafios. Algumas teorias defendem que provoca a estagnação do crescimento e desenvolvimento económico e acentua as desigualdades, principalmente em comparação com a mão-de-obra pouco qualificada que permanece no país (Faria, 2012).

No entanto, surgem teorias contrárias à ideia que a emigração prejudica economicamente os países. Esta fuga de cérebros é considerada positiva na medida em que os migrantes contribuem para o seu país de origem através das remessas, da migração de retorno, da divulgação e difusão de conhecimentos e competências adquiridas no estrangeiro aplicadas no país nacional (Faria, 2012). A difusão de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

conhecimentos é bastante importante, isto porque os migrantes podem não regressar ao país, mas as transferências dos seus conhecimentos contribuem para o seu desenvolvimento. Promove, ainda, o desenvolvimento no pensamento dos nacionais (Lowell, 2001: 21). Surge um novo conceito: “brain gain”. A mobilidade de indivíduos qualificados potencia o desenvolvimento do país de origem, através dos conhecimentos que adquirem. Contrasta com o “brain drain” (fuga de cérebros), atribuindo aspectos positivos na emigração qualificada. Além das remessas que contribuem para o crescimento económico, contribuem com os conhecimentos técnicos que podem auxiliar no desenvolvimento (Figueiredo, 2005 cit. *in* Faria, 2012:18).

Existe uma dualidade neste tipo de emigração: a conotação negativa (devido à perda das pessoas mais qualificadas) e a conotação positiva e benéfica (através da transferência de conhecimentos e das remessas).

A mobilidade permite aquisição de conhecimentos obtidos no país de acolhimento que podem ser utilizados no país de origem. Assim, ao incrementarem todas as valências adquiridas contribuem para o desenvolvimento e crescimento económico e social do país de onde são nacionais. Além dos contributos económicos e de conhecimentos, contribuem para as mudanças no pensamento e modos de vida dos nacionais, através das experiências vividas e partilhadas.

Efectivamente, a emigração qualificada é uma realidade. No capítulo seguinte procuramos compreender o sentimento de ligação dos jovens emigrantes com qualificações superiores em relação à UE e à identidade europeia.

2.3 – As migrações e a identidade europeia

Com criação do espaço de liberdade, segurança e justiça, de políticas para as migrações, com a promoção da livre circulação dentro da UE e a abolição das fronteiras tornou-se favorável o aumento dos movimentos migratórios.

Os Tratados e Directivas europeus (anteriormente referidos) reformularam e revolucionaram a Europa no que diz respeito às migrações e ao desenvolvimento da integração europeia. Isto porque, com a criação de políticas para os migrantes, a UE

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

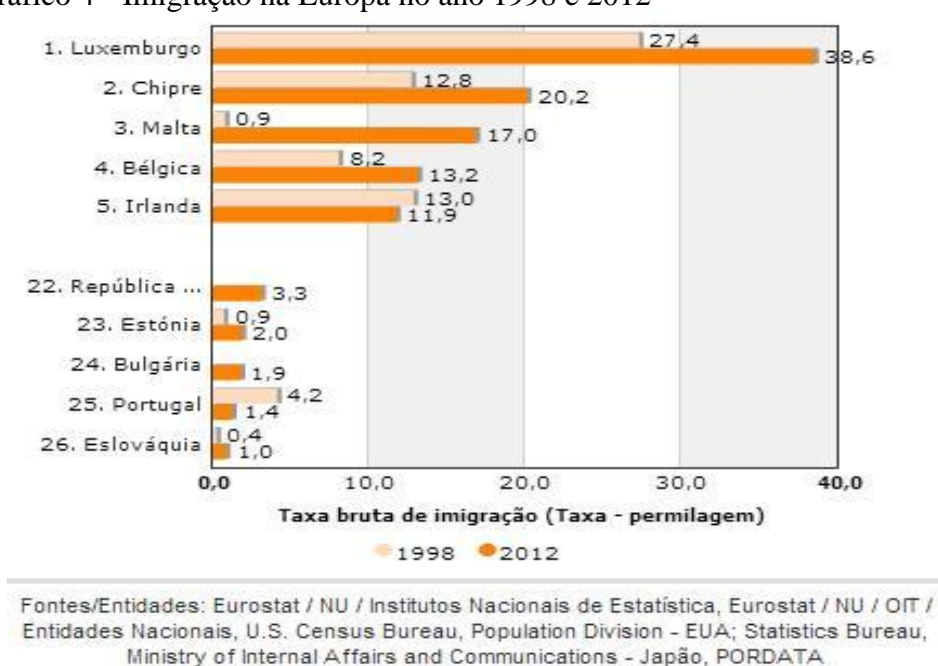
Carla Gomes

tornar-se-á cada vez mais desenvolvida e integrada, não só ao nível económico, mas ao nível político e social.

O gráfico nº 4 com dados do EUROSTAT indica que as imigrações na Europa obtiveram, então, um aumento substancial. Vários países europeus, com a abertura transfronteiriça, viram o seu número de residentes imigrantes aumentar.

Em primeiro lugar surge o Luxemburgo, seguido do Chipre e Malta. Desde 1998 até 2012 nota-se o aumento do número de imigrantes nestes países, principalmente em Malta, que em 1998 apresentava, apenas, 0,9 por mil de imigrantes enquanto que em 2012 apresentou 17 por mil. Foi o país com maior aumento do fluxo imigratório.

Gráfico 4 - Imigração na Europa no ano 1998 e 2012

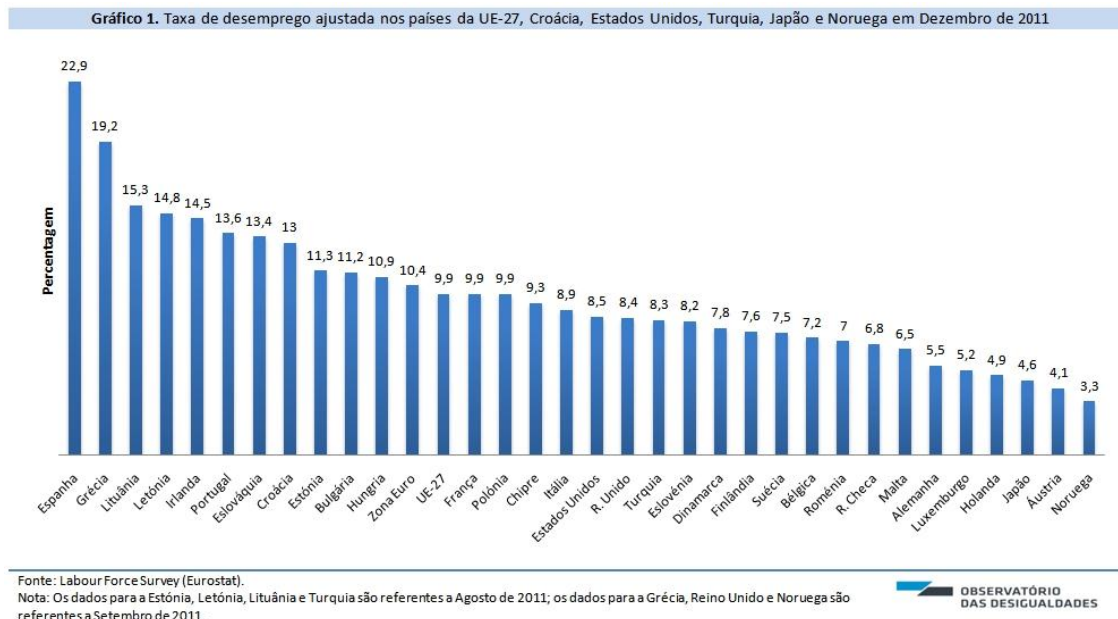


Fonte: Eurostat

Por seu lado, Irlanda e Portugal foram países que conheceram uma diminuição do número de imigrantes neste espaço 14 anos. No entanto, a Irlanda continua no top cinco dos países europeus com mais imigrantes. De acordo com o gráfico, 11,9 por mil dos residentes são estrangeiros.

Em 2011, a média da taxa de desemprego na UE era de 9,9%. A Hungria, Bulgária, Estónia, Croácia, Eslováquia, Portugal, Irlanda, Letónia, Lituânia, Grécia e Espanha apresentavam valores acima dessa média.

Gráfico 5 – Taxa de desemprego em 2011



Fonte: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=news&id=192>

Por esse mesmo motivo, entre outras questões, estes países são dos que possuem taxas de emigração mais elevadas. “Desde 2007, o número de gregos e espanhóis que emigram a outros países da União Europeia se multiplicou por dois e alcançou respectivamente 39 mil e 72 mil pessoas, explicou a OCDE, uma organização que reúne 34 países desenvolvidos. Na Alemanha, a chegada de imigrantes gregos aumentou 73% entre 2011 e 2012, enquanto o número de imigrantes espanhóis e portugueses no país cresceu cerca de 50%. Já o número de italianos que chegaram à Alemanha no mesmo período aumentou 35%. Embora a imigração em direção aos países membros da OCDE vindo da Índia e da China continue grande, Polónia e Roménia já estão entre os três primeiros países, atrás da China, que mais fornecem imigrantes”. (RFI português, <http://www.portugues.rfi.fr/europa/20130613-ocde-constata-forte-aumento-da-emigracao-em-paises-europeus-em-crise>)

“Já a situação dos imigrantes no mercado de trabalho se deteriorou nos últimos anos. A média de taxa de desemprego entre essa população aumentou em 5 pontos entre 2008 e 2012 (de 8,1% a 12,9%), contra os três pontos de aumento dos trabalhadores do país (de 5,4% a 8,7%). O fenómeno do desemprego afeta, em particular, os imigrantes do norte da África, com uma taxa recorde de falta de trabalho na Europa que chegou a

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

27% em 2012” (RFI português, <http://www.portugues.rfi.fr/europa/20130613-ocde-constata-forte-aumento-da-emigracao-em-paises-europeus-em-crise>).

Então, sendo os países da Europa do sul (nomeadamente a Grécia, Itália, Espanha e Portugal) alguns dos mais afectados pela crise económica e financeira, é natural que estes sejam os que possuem uma taxa de emigração superior aos outros.

Os movimentos migratórios, como anteriormente referidos, não são um fenómeno recente. Contudo, com as facilidades de deslocação, ao nível de transportes e na circulação livre, este facto multiplicou-se, sendo que os fluxos migratórios conheceram um aumento exponencial a partir da abertura das fronteiras.

A diversidade de migrantes é maior que nunca e, conseqüentemente, surgem os desafios inerentes a essas variedades. “Wherever they settle, migrants act as carriers of distinct cultures and languages which in some cases are similar to those of the host society, while in others they are completely alien to them. Not all immigrants are regarded as ‘the same’ by the host society; thus perceptions and attitudes towards them frequently depend on physical appearance, culture, traditions, religion, language and behaviour”. (Gibernau, 2008: 58)

As diferenças encontradas pelos imigrantes na sociedade em que se inserem podem ser inúmeras. Enquanto, a título de exemplo, nos países latinos (Portugal, Espanha ou Itália) as diferenças podem não ser tão díspares (no que diz respeito à língua, religião, alguns hábitos alimentares), noutros países a situação muda. Um imigrante português num país nórdico encontrará grandes diferenças (em relação ao clima, aos hábitos, à gastronomia e às condições de vida e laborais). As diferenças nem sempre são negativas, existem aspectos que tornam a vida do imigrante mais favorável, principalmente ao nível económico.

No entanto, do ponto de vista social e de integração, as reacções dos nacionais do país receptor podem causar algum impacto negativo em relação ao imigrante. Nem todos são recebidos de forma positiva nem conseguem a plena integração. A sua chegada é vista como uma ameaça à identidade, à prosperidade económica e à cultura do país.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Toda a trajetória do migrante acarreta desafios. Existem diversos factores que podem condicionar o sucesso ou não da migração. O principal factor prende-se com a condição de recepção e integração na sociedade de recepção. Existe um processo de adaptação que vai desafiar a sua identidade, isto porque vai interagir com um contexto cultural diferente. “A cultura é acção, interacção, comunicação. O indivíduo não é somente produto da sua cultura, mas também a constrói, a reconstrói, a recia, em função das problemáticas e das estratégias diversificadas e num contexto marcado pela diversidade e pela pluralidade” (Ramos,2001,p.165). Os indivíduos, independentemente da sua cultura, procuram adaptar-se a outras realidades. A diversidade de culturas numa determinada sociedade está cada vez mais vincada, e cada sujeito deve saber lidar com as situações apresentadas.

Os migrantes, dependendo da situação económica do país onde esteja estabelecido, isto é, se estiverem integrados num país economicamente próspero, tendem a serem vistos como úteis ou necessários. Existem casos onde os imigrantes são convidados a estabelecer-se e permanecer no país. Isto possibilita a tolerância dos mesmos por parte dos nativos do país em questão.

Por outro lado, quando o país onde estão inseridos se encontra economicamente fragilizado e com taxas de desemprego elevadas, surge a intolerância face aos imigrantes, ressaltando atitudes racistas, sendo estes considerados por alguns como os ‘culpados’ pela situação. “Todos os estudos disponíveis confirmam que a crise tem afetado, mais do que proporcionalmente, os trabalhadores estrangeiros nos países de acolhimento” (Koehler et al., 2010; Papademetriou et al., 2011; Peixoto e Iorio, 2011, cit. in Cerdeira *et al.*, 2013:46). A mesma opinião é expressa por Guibernau: “The number of migrants concentrating in any single area is also a significant issue since only a ‘noticeable’ presence of migrants tends to raise fears about a potential threat to the country’s national identity and culture, and also about the labour-market impact of their presence” (Guibernau, 2008:58)

Com os fluxos migratórios surgem outros conceitos. Comunidade étnica, grupo étnico ou minorias culturais são os principais. Estes referem-se às comunidades de imigrantes que se instalam num determinado país diferente do seu de origem, por exemplo, imigrantes de países fora da Europa que se instalam no continente, ou imigrantes de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

origem europeia que se dirigem para o continente americano. São grupos ou comunidades de culturas distintas do país para onde emigram.

No que diz respeito às minorias étnicas, Guibernau (2008) explica que este conceito não se refere ao tamanho do grupo étnico em questão. Refere-se à fragilidade e à falta de poder do mesmo perante a sociedade onde está inserido, estando, portanto, em desvantagem e podendo ser alvo de racismo. Os grupos étnicos possuem a sua identidade e é isso que os distingue. Cada etnia tem a capacidade de criar fronteiras que separam o grupo do mundo exterior e de outros grupos, o que o torna diferente e único.

Weber (cit *in* Guibernau,2008:59) afirma que factores como a língua, hábitos, rituais, religião e comportamento comuns encorajam à criação de um grupo distinto. Guibernau defende que a combinação de todas essas características cria uma identidade colectiva específica, partilhada por todos os membros do grupo. Faz, ainda, uma distinção entre nação e grupos étnicos. A nação é formada por um grupo de pessoas conscientes na formação de uma comunidade, em que partilham uma cultura e história comum, e encontram-se estabelecidos num território demarcado. Esta definição atribui cinco dimensões para a Nação: cultural, psicológica, política, histórica e territorial.

Os grupos étnicos, por sua vez, não se encontram enraizados a um território. Contudo, com o tempo, podem acabar por formar uma nação, pelo desenvolvimento da vontade de constituir um governo próprio e adquirir território (Guibernau,2008).

Existem diferentes tipos de imigrantes: aqueles que têm características culturais e socioeconómicas semelhantes às do país onde se estabelecem; aqueles que inicialmente foram discriminados e que criaram comunidades étnicas, mantendo as suas tradições e heranças culturais, tendo conseguido, posteriormente, a plena integração; e aqueles que se distinguem do resto da população e que vivem em grupos étnicos bastante fechados, e são alvos de discriminação racial e económica.

Além disso, como referido anteriormente, os percursos dos imigrantes variam. Uns são temporários, para trabalhos sazonais, por exemplo. Outros são permanentes, estabelecendo-se definitivamente no novo país, deixando a sua terra natal. São, então, vários os aspectos da imigração que causam impacto na identidade. Entre eles estão: o volume das imigrações recebidas por um país; a escala-tempo em que os movimentos

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

ocorrem; a identidade étnica dos imigrantes e a sua situação ao nível social e económico no país acolhedor; as políticas do país receptor em relação à imigração e a dificuldade na obtenção da cidadania; e a vontade dos próprios imigrantes em integrar na cultura, nas políticas e nos valores do país receptor (Guibernau, 2008: 63)

No entanto, “it is also crucial to bear in mind the value different groups of immigrants attribute to the components of the host society’s national identity” (Guibernau, 2008:63). Não só deve ser o país receptor a defender e a promover o respeito pela identidade dos imigrantes, mas também estes devem respeitar a identidade do país para onde decidem estabelecer-se. Tudo isto deve ser tido em conta para o aprofundar da integração e para o respeito das diversidades culturais e criação de uma identidade comum. O multiculturalismo deve ser considerado de diferentes formas, consoante os imigrantes e o país em questão.

Todos os factores mencionados devem ser considerados de acordo com as políticas de integração específicas de cada país. É necessário considerar as atitudes do país receptor e as dos imigrantes. Entre as características que devem ser consideradas encontram-se: “the open or fixed nature of national identity; the degree of cultural and religious toleration of the host society; the economic, civil and political rights granted to immigrants in each particular country” (Guibernau, 2008: 63).

No seu estudo, Guibernau (2008) apresenta a problemática da imigração para a identidade: será tida como um enriquecimento cultural ou, pelo contrário, uma ameaça? Esta é, de facto, um dos principais problemas acarretados com o aumento dos fluxos migratórios.

A identidade de um indivíduo ou de um grupo fundamenta-se pelo conjunto de características que facultam a sua pertença uma determinada sociedade e cultura.

“Qualquer grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social” (Cuche, 1999).

Portanto, é natural que a circulação de indivíduos das mais diversas culturas no continente europeu tenha impacto na identidade individual de cada país. Contudo, contribui para o acentuar do multiculturalismo que, com o desenvolvimento das políticas de integração dos migrantes, causa impactos positivos no desenvolvimento e pode contribuir para o cimentar da identidade europeia.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Capítulo III – Os jovens portugueses emigrados e a identidade europeia: estudo de caso

“Comparamos muitas vezes esta emigração com a do passado. É incomparável. O que estamos a perder agora são as primeiras gerações de gente qualificada. Qualificada graças a um investimento que, no discurso dominante, é tida como um luxo inoportável.

(Fonte: Daniel Oliveira, 2012, Jornal Expresso *online*,

<http://expresso.sapo.pt/a-melhor-geracao-esta-de-partida=f770082#ixzz327LYYeBq>)

Com o propósito de conhecer qual o sentimento de pertença a uma comunidade e a ligação à questão da identidade europeia por parte dos jovens portugueses com qualificações superiores que emigraram nos últimos anos, foi realizado este inquérito de resposta mista (questões de resposta aberta e resposta fechada)

As questões foram colocadas apenas *online*, e realizou-se desta forma por ser de fácil e rápida divulgação. Sendo um meio que a maioria dos jovens utiliza (grupo que é a amostra do inquérito), revelou-se a melhor opção para obter as respostas pretendidas. O inquérito foi aplicado no dia 7 de Abril de 2014.

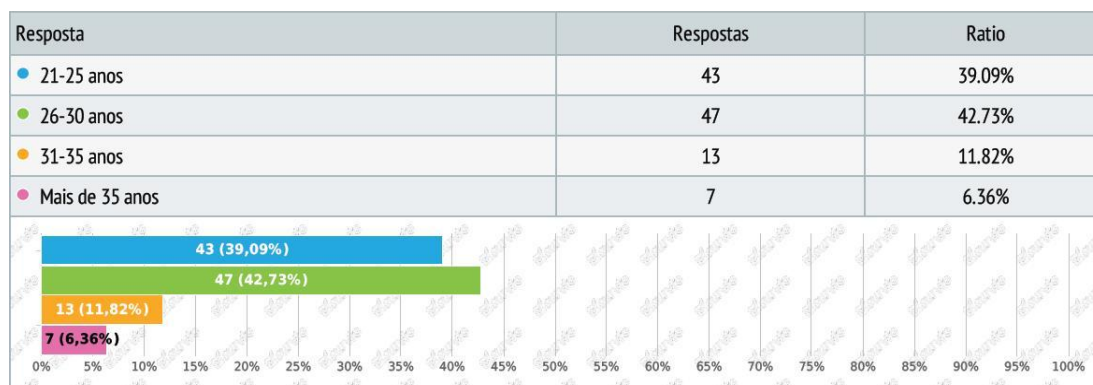
A amostra final é de 110 indivíduos.

3.1 – Caracterização da amostra

A primeira questão, relacionada com a faixa etária, revela que a maioria dos inquiridos tem entre os 26 e os 30 anos (47 respostas, que dá um total de 42,73%). A percentagem de idades mais baixa revela-se entre os maiores de 35 anos, com 6,36%.

O facto de a maioria dos indivíduos se situar em faixas etárias baixas, sendo a faixa compreendida entre os 21 e os 25 anos a segunda do ranking de respostas, comprova que actualmente os jovens encontram na emigração uma das soluções para enfrentar a actual situação económica e para conseguirem alcançar um melhor nível de vida.

Tabela 4- Idade dos inquiridos



Fonte: Dados recolhidos através do inquérito

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Em comparação com os dados do INE, no que refere à idade dos emigrantes, quer permanentes quer temporários, é possível confirmar que a faixa etária compreendida entre os 20 e os 29 anos é a mais representada.

Tabela 5 - Idades dos emigrantes permanentes em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Idade	Emigrantes permanentes (N.º) por Idade; Anual (1)	
		Local de residência	
		Portugal	
		N.º	
2012	Total	51 958	
	0 - 4 anos	801	
	5 - 9 anos	990	
	10 - 14 anos	1 052	
	15 - 19 anos	4 378	
	20 - 24 anos	10 563	
	25 - 29 anos	11 022	
	30 - 34 anos	7 184	
	35 - 39 anos	5 383	
	40 - 44 anos	3 753	
	45 - 49 anos	3 505	
	50 - 54 anos	1 579	
	55 - 59 anos	990	
	60 - 64 anos	248	
	65 - 69 anos	453	
	70 - 74 anos	56	
	75 - 79 anos	1	
80 - 84 anos	0		
85 e mais anos	0		
2011	Total	43 998	
	0 - 4 anos	5 055	
	5 - 9 anos	3 455	
	10 - 14 anos	1 972	
	15 - 19 anos	3 277	
	20 - 24 anos	6 237	
	25 - 29 anos	6 097	
	30 - 34 anos	5 075	
	35 - 39 anos	3 952	
	40 - 44 anos	3 044	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006051&contexto=bd&selTab=tab2

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Tabela 6 - Idade dos emigrantes temporários em 2011 e 2012

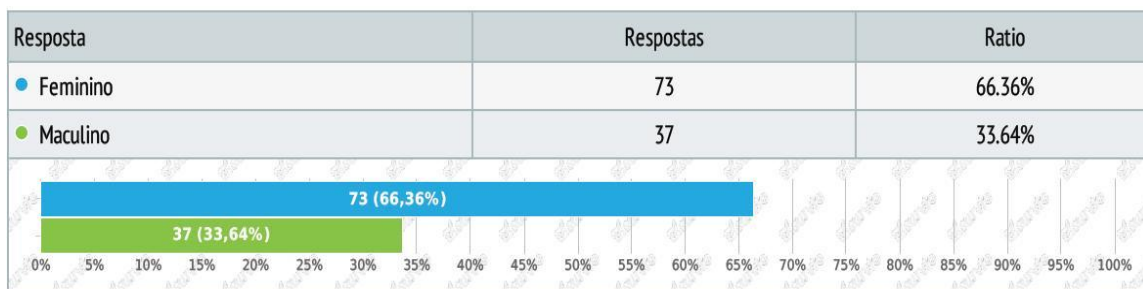
Período de referência dos dados	Grupo etário	Emigrantes temporários (N.º) por Grupo etário; Anual	
		Local de residência	
		Portugal	
		N.º	
2012	Total	69 460	
	0 - 4 anos	379	
	5 - 9 anos	243	
	10 - 14 anos	578	
	15 - 19 anos	6 370	
	20 - 24 anos	11 667	
	25 - 29 anos	8 919	
	30 - 34 anos	7 225	
	35 - 39 anos	7 193	
	40 - 44 anos	7 746	
	45 - 49 anos	6 217	
	50 - 54 anos	5 953	
	55 - 59 anos	2 642	
	60 - 64 anos	1 406	
	65 - 69 anos	1 089	
	70 - 74 anos	553	
	75 - 79 anos	727	
80 - 84 anos	514		
85 e mais anos	39		
2011	Total	56 980	
	0 - 4 anos	647	
	5 - 9 anos	681	
	10 - 14 anos	711	
	15 - 19 anos	2 264	
	20 - 24 anos	8 848	
	25 - 29 anos	7 414	
	30 - 34 anos	4 591	
	35 - 39 anos	6 301	
	40 - 44 anos	6 889	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007303&contexto=bd&selTab=tab2)

Em relação ao sexo dos respondentes, a esmagadora maioria é do sexo feminino, com 66,36% de respostas.

Tabela 7 - Sexo dos inquiridos



Fonte: Dados recolhidos através do inquérito

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Contudo, apesar desta notória diferença, de acordo com os dados do INE, a situação é a reversa. Aqui, os emigrantes do sexo masculino têm uma maior percentagem.

Tabela 8 - Sexo dos emigrantes permanentes entre os anos 2008 e 2012

Período de referência dos dados	Sexo	Emigrantes permanentes (N.º) por Sexo; Anual (1)	
		Local de residência	
		Portugal	
		N.º	
2012	HM		51 958
	H		34 540
	M		17 418
2011	HM		43 998
	H		31 329
	M		12 669
2010	HM		23 760
	H		19 008
	M		4 752
2009	HM		16 899
	H		13 519
	M		3 380
2008	HM		20 357
	H		16 286
	M		4 071

Emigrantes permanentes (N.º) por Sexo: Anual - INE, Estimativas Anuais de Emigração
 Nota(s):
 (1) Os valores de 2008 a 2010 foram revistos em função da série Estimativas Definitivas de População Residente 1991-2000.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&contexto=bd&selTab=tab2)

Tabela 9 – Sexo dos emigrantes temporários em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Sexo	Emigrantes temporários (N.º) por Sexo; Anual	
		Local de residência	
		Portugal	
		N.º	
2012	HM		69 460
	H		53 453
	M		16 007
2011	HM		56 980
	H		39 958
	M		17 022

Emigrantes temporários (N.º) por Sexo: Anual - INE, Estimativas Anuais de Emigração

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007302&contexto=bd&selTab=tab2)

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

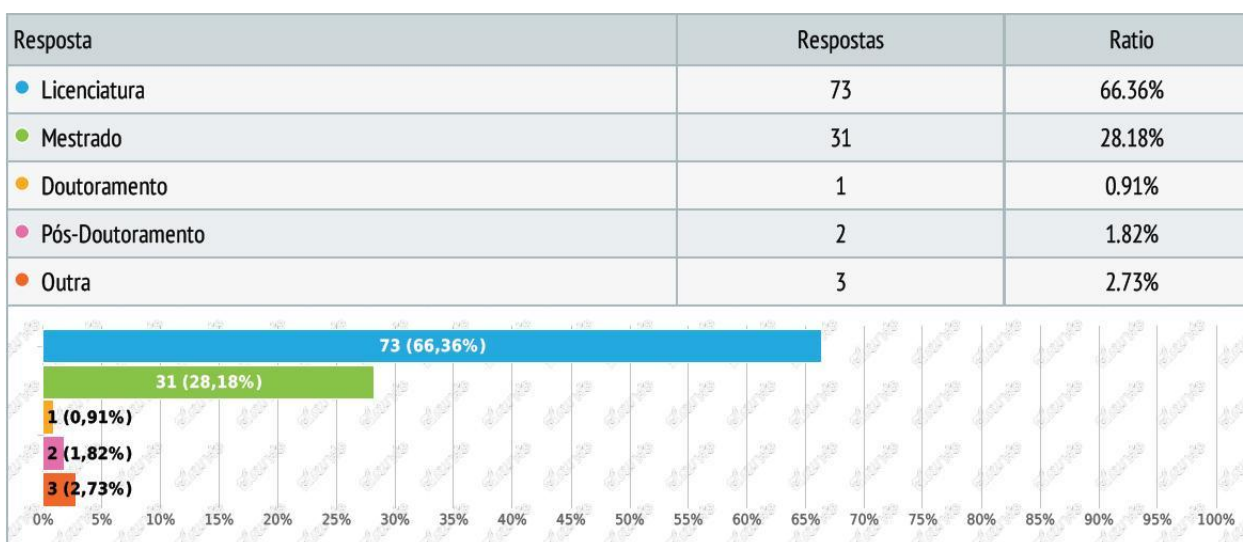
Talvez estas diferenças se devam apenas a questões relacionadas com a predisposição para responder ao presente questionário e pela divulgação do mesmo ter atingido, em maior parte, indivíduos do sexo feminino.

Portanto, as disparidades encontradas devem-se apenas a circunstâncias e limitações determinadas pela realização dos inquéritos.

A terceira questão do questionário diz respeito às habilitações literárias.

Verifica-se a grande maioria da amostra possui uma Licenciatura, seguindo-se de indivíduos com Mestrado, tal como se pode ver no quadro.

Tabela 10 - Habilitações literárias dos inquiridos

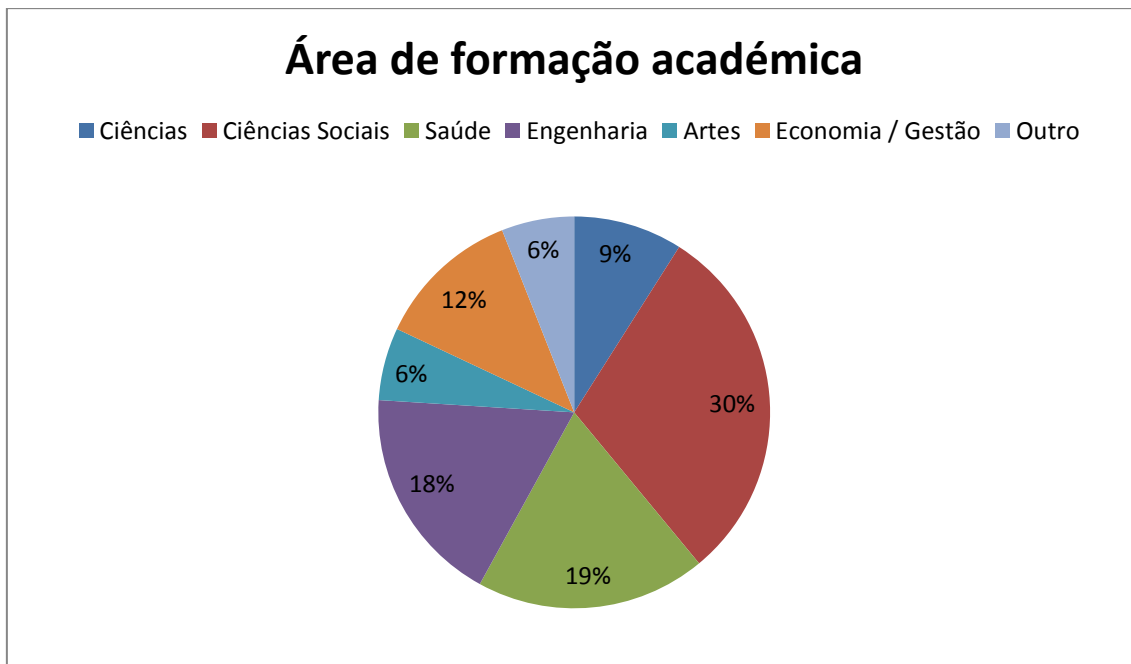


Fonte: Dados obtidos com os inquéritos

Aqueles que responderam a esta questão com a opção “Outra” identificaram-se com pós-graduação, ensino técnico e ensino secundário.

Em relação à área de formação académica e profissional, apenas 87 inquiridos responderam. Destas 87 respostas, passaram a contar 88, uma vez que um dos inquiridos indicou duas respostas, ou seja, duas áreas em que é formado.

Gráfico 6- Área de formação académica dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos

Em cada uma destas principais áreas, as respostas baseiam-se nas seguintes áreas disciplinares:

- Ciências: Biologia do desenvolvimento, neurobiologia; Microbiologia; Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica; Genética, biotecnologia/, biologia; Biologia; Ciências biomédicas; Bioquímica; Genética e biotecnologia.
- Engenharia: Eletrónica; Engenharia civil; Engenharia alimentar ;Engenharia de segurança no trabalho; Engenharia biomédica e saúde pública; Engenharia biomédica; Engenharia mecânica; Engenharia informática; Telecomunicações.
- Artes: dança; estudos artísticos; Imagem e som; Design; Design gráfico.
- Saúde: Medicina; Medicina dentária; Medicina regenerativa; Saúde; Radiologia; Enfermagem.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

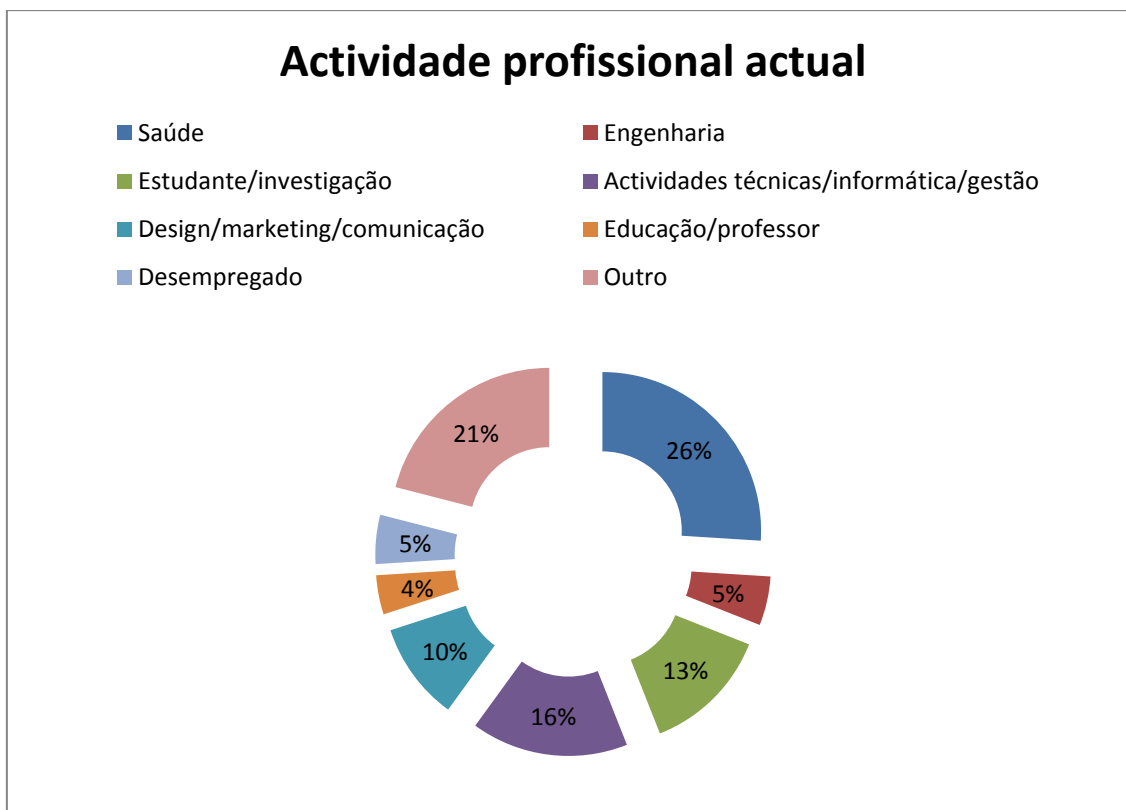
Carla Gomes

- Ciências sociais e humanidades: Comunicação; Jornalismo; Ciências da comunicação; Ciências da informação; Comunicação multimédia; Relações públicas e comunicação; Humanidades (jornalismo, ciência política, Relações Internacionais); Recursos humanos; Psicologia; Psicologia organizacional; Filosofia; Relações Internacionais; Turismo; Geografia; Educação; Educação-professora; Inglês/alemão; Línguas e literaturas; Línguas orientais; Línguas/tradução; Ensino português e línguas clássicas; Mestrado em PLNM/L2 (português língua não materna); Mestrado criminalidade de menores
- Economia e gestão: Economia; Gestão; Administração de empresas; Finanças; Marketing.
- Outro: Educação física e desporto; Robótica; Computação musical; Multimédia; Arquitectura.

Em relação à área de trabalho actual, foi possível constatar que a grande maioria estava a exercer funções na área académica na qual se formaram.

No entanto, ainda há uma percentagem significativa de indivíduos que emigraram e trabalham num ofício completamente diferente daquele para o qual estão qualificados.

Gráfico 7 - Profissão actual dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

Embora afirmem que emigraram pela procura de melhores ofertas de emprego e pela tentativa de exercerem aquilo para o qual estão qualificados, e considerarem que noutros países essa possibilidade é maior, ainda há jovens que estão a trabalhar em áreas completamente distintas. Mas, tendo em conta as melhores remunerações e melhores condições laborais, acabam por permanecer de forma a tentar garantir um melhor nível de vida.

Na sexta questão, acerca da cidade e país de residência actual, respostas indicam que o Reino Unido foi o que mais recebeu os jovens emigrantes (com 33 respostas em 110). Segue-se a Bélgica, com 18 respostas. Talvez estas escolhas se devam ao facto de estes serem países que atraem os jovens com qualificações, pelo estilo de vida e pela possibilidade de progressão na carreira.

A maioria dos inquiridos que respondeu com estas opções insere-se na área da saúde, o que vai ao encontro daquilo que tem vindo a ser divulgado nos meios de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

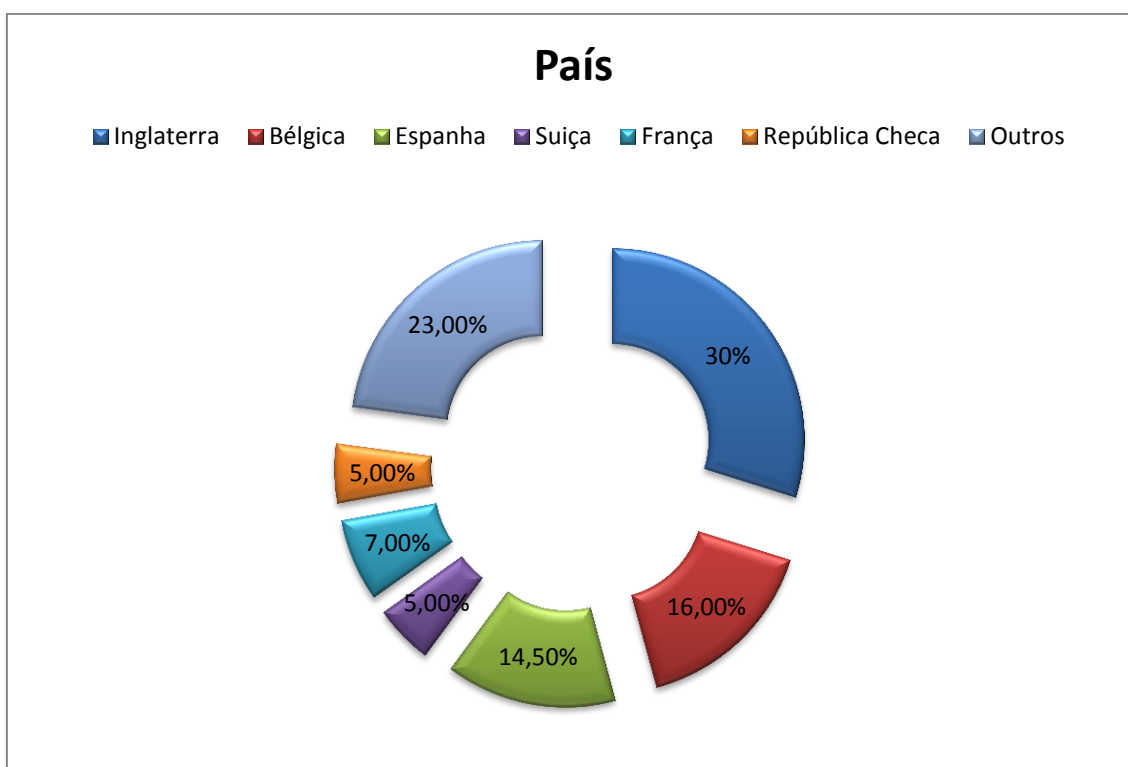
Carla Gomes

comunicação social. Por exemplo, uma peça jornalística do “SIC Notícias” de 6 de Fevereiro de 2014 afirmava que “cerca de 50 enfermeiros partiram esta manhã do Porto para Inglaterra, onde vão trabalhar num hospital perto de Londres. Foram recrutados por uma empresa britânica, que lhes oferece as condições de trabalho que não encontram no mercado português.”

Isto retrata o descontentamento em relação às condições laborais portuguesas que, actualmente, não permitem aos jovens subirem na carreira, permanecendo estagnados durante anos (<http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2014-02-06-mais-de-50-enfermeiros-desempregados-obrigados-a-emigrar;jsessionid=24F8745A57EC3B00DCCCE1D3C5CBB9B6>).

No gráfico seguinte pode verificar-se os países que acolhem os emigrantes inquiridos:

Gráfico 8 - País de acolhimento dos inquiridos



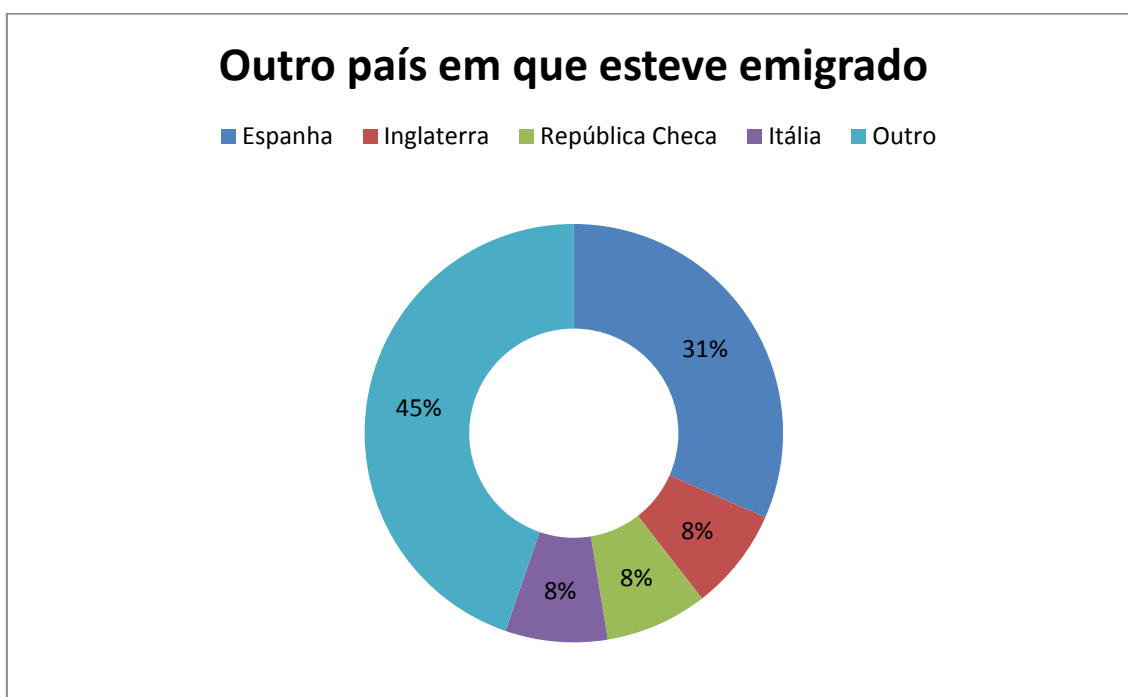
Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Quando questionados se já estiveram emigrados noutra país (sétima questão), 35 responderam afirmativamente. Isto mostra que para 32% dos inquiridos, esta “aventura” da emigração já não é novidade, pois tiveram de se integrar numa sociedade diferente pelo menos duas vezes. Por um lado talvez seja pela insatisfação em relação à situação do país, por outro, muitos vêm a emigração como um objectivo de vida, algo que sempre desejaram e tinham vontade de concretizar.

Gráfico 9 - Outro país onde estiveram emigrados.



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

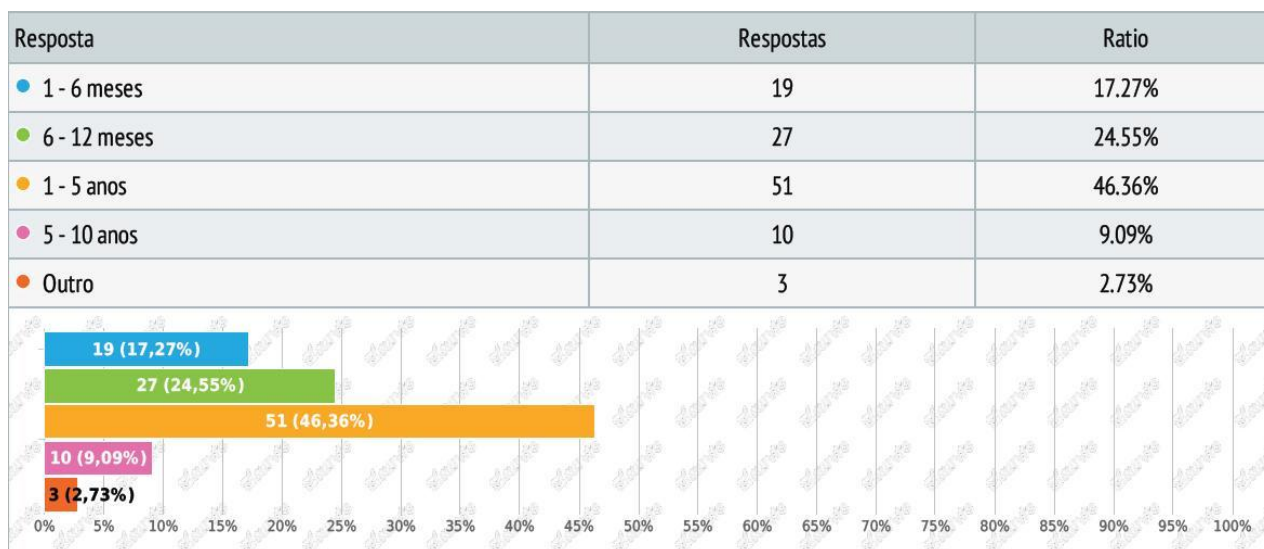
Em relação à categoria “Outro”, as respostas foram as seguintes: Austrália; Malta; Holanda; Estados Unidos da América; Irlanda; Gana; Alemanha; Hungria; República Dominicana; Angola; França; Cabo Verde; Noruega; Polónia; Croácia.

No que diz respeito ao tempo em que se encontram emigrados, a maioria dos inquiridos (46,36%) deixou o país entre 1 e 5 anos atrás. Os dados confirmam, também, o aumento da emigração recentemente, já que mais de 41% da amostra emigrou há menos de um ano.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Tabela 11 - Tempo de emigração dos inquiridos



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

3.2 – Motivações da emigração

Quando se trata de responder à questão, “Quais as principais razões que o levaram a emigrar?”, as 110 respostas desdobram-se em muitas mais.

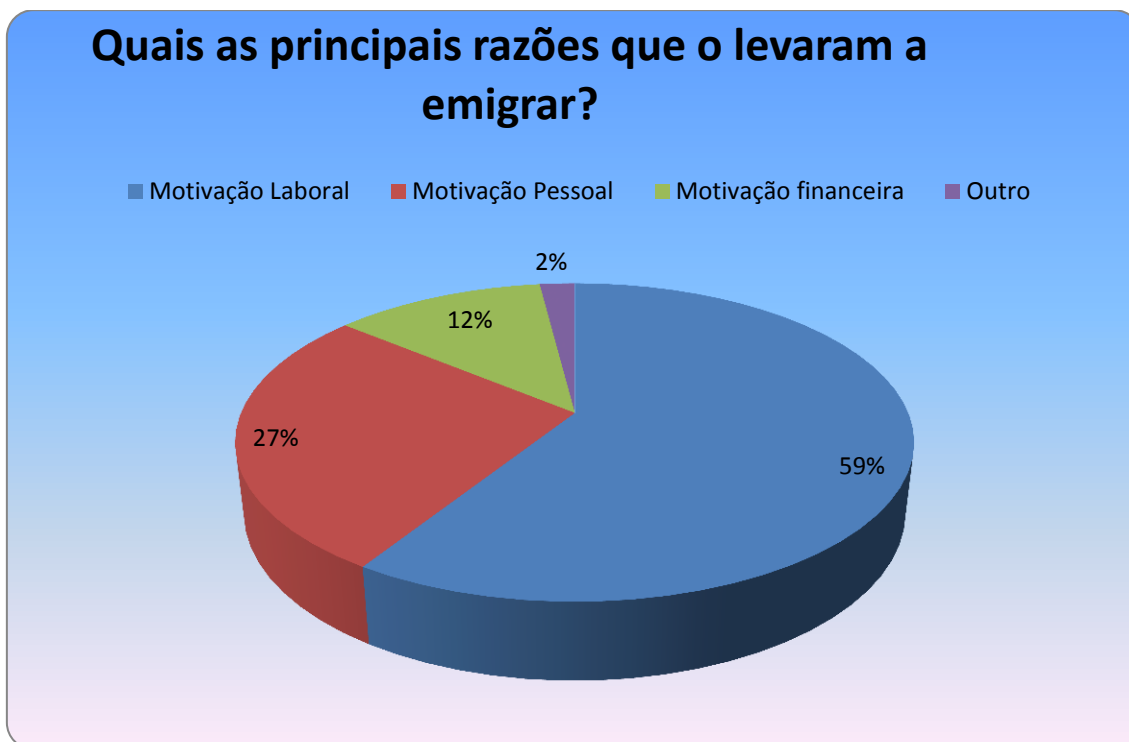
Isto porque uma grande parte dos inquiridos expressa ter emigrado por mais do que um motivo, sendo alguns apenas relacionados com questões laborais e outros com questões de outra natureza.

Tal como se poderá ver nos resultados obtidos com a questão seguinte, alguns indivíduos emigraram não só por não encontrarem no país as melhores condições financeiras e laborais, mas também por ser para os inquiridos um objectivo de vida.

De forma a conseguir analisar ao pormenor as respostas obtidas, procedeu-se à categorização das respostas: motivação laboral; motivação financeira; motivação pessoal; outro.

Estas motivações encontram-se no gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 10 - Motivações dos inquiridos para a saída do país.

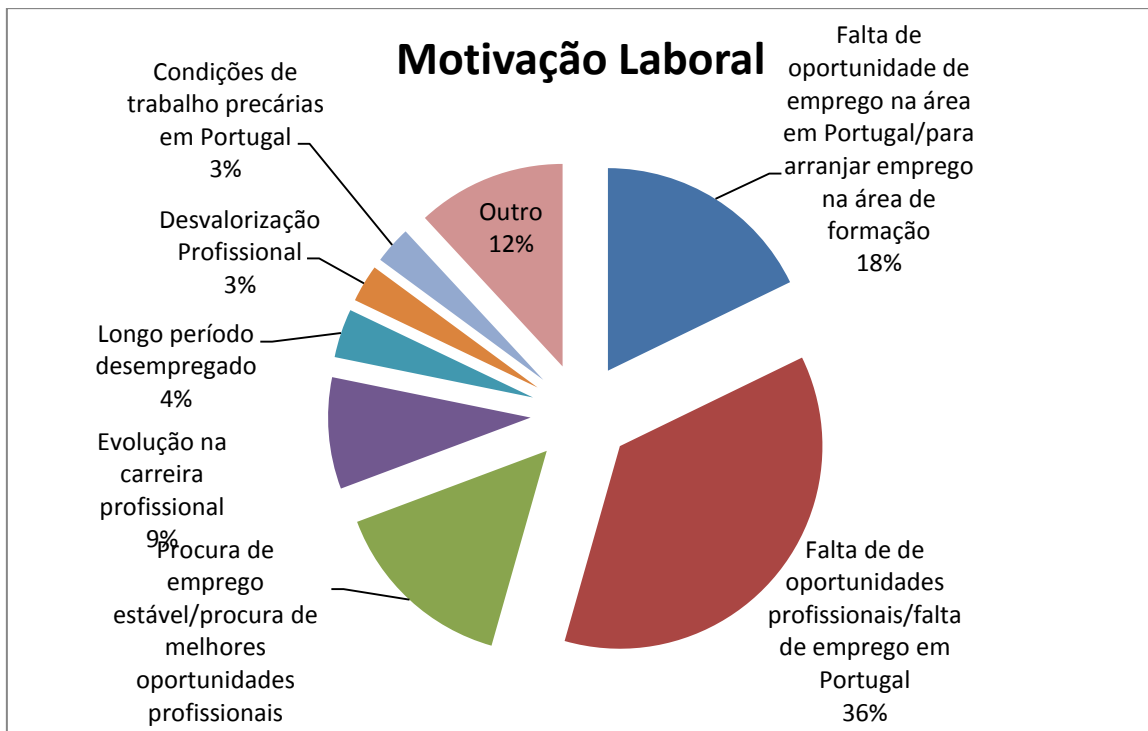


Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

Portanto, apesar de a maioria das motivações se dever a questões financeiras e laborais, nomeadamente a procura de emprego na área de formação da cada um, melhores condições laborais e procura pela evolução na carreira profissional, há também aqueles que têm como motivação a vontade de viver num outro país, alcançar novas oportunidades e conhecer e conviver com outras culturas e diferentes estilos de vida.

Para cada uma das categorias, de forma a compreender os reais motivos que levaram cada inquirido a emigrar, procedeu-se à análise das respostas em cada uma das três categorias acima mencionadas.

Gráfico 11 - Motivações laborais

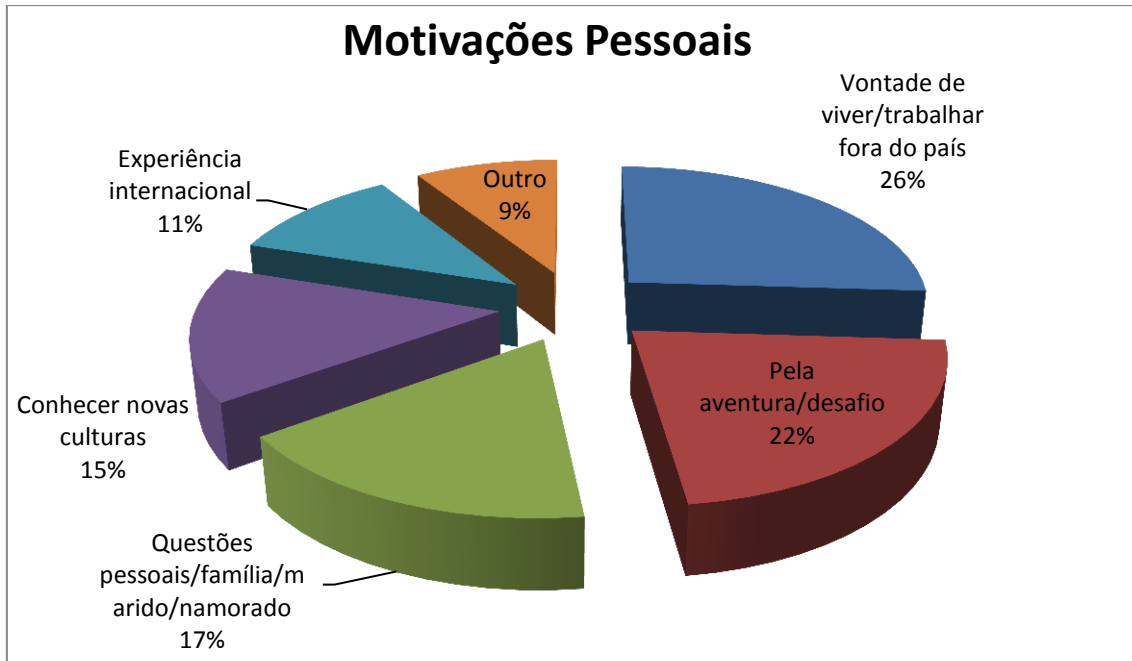


Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

Claramente, a falta de oportunidades profissionais, quer seja na área ou não, foi a maior motivação para os jovens terem saído do país.

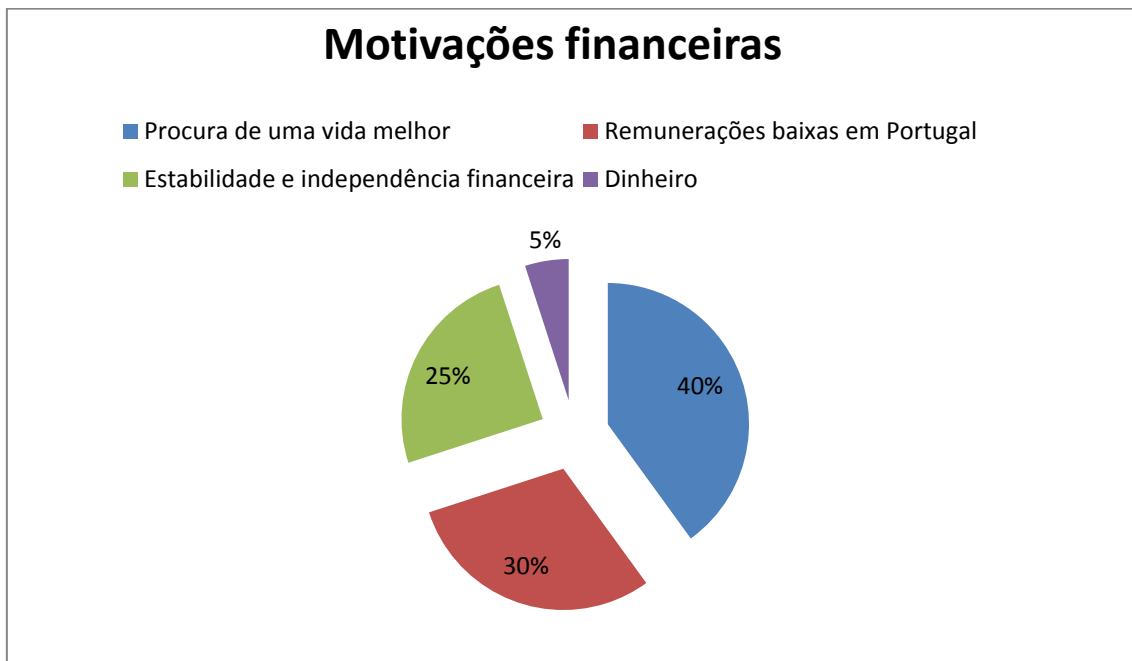
Tal com um dos inquiridos referiu, existe “falta de trabalho não só na minha área como em qualquer outra. Antes de emigrar procurei trabalho em hipermercados, lojas de comércio mas nunca fui chamada.”

Gráfico 12 - Motivações pessoais



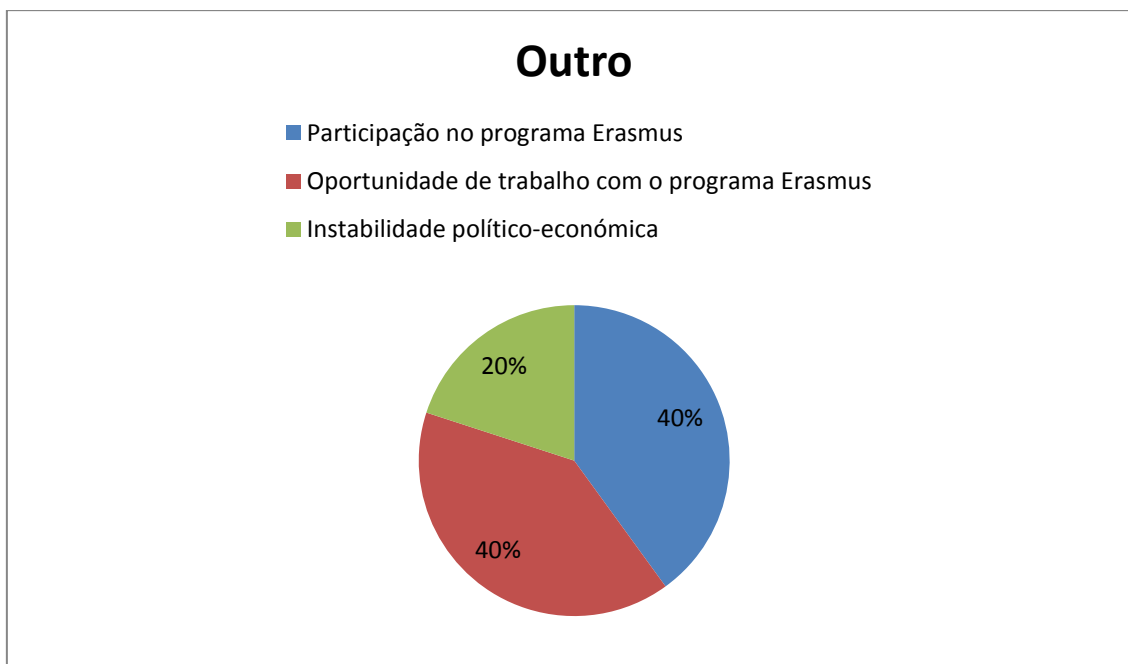
Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

Gráfico 13 – Motivações financeiras



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

Gráfico 14 - Outras motivações



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

O facto de os cidadãos emigrarem não significa, necessariamente, que tenha sido de forma forçada. A crise económica e financeira afectou drasticamente o país, tendo tido como consequência imediata o aumento exponencial do nível de desemprego

Naturalmente, havendo uma quebra nas ofertas de emprego com boas condições, deixando de existir vagas de colocação ou sendo estas mais limitadas, milhares de jovens recém-licenciados ou até mesmo aqueles que se encontravam já no mundo do trabalho, e sendo as condições laborais não favoráveis à evolução na carreira e à construção de um melhor nível de vida, encontram na emigração a melhor solução. Por não existirem em Portugal as condições laborais que procuravam e, também, pelo baixo nível de remunerações, vêm-se forçados a optar pela via da emigração.

Contudo, apesar de ser vista como uma fuga para encontrar melhores condições de vida e de empregabilidade, há aqueles que emigram por ser um desejo desde sempre - a busca pela aventura, pelo conhecimento de culturas e de sociedades diferentes do nosso país, basicamente, o sonho de viver e trabalhar num país diferente do nosso.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

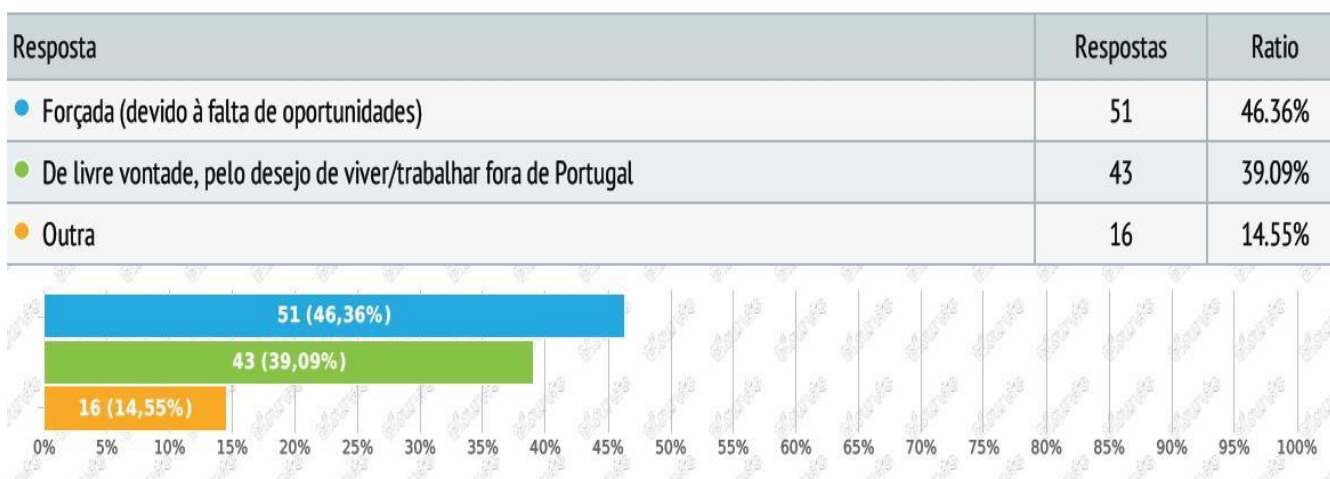
Carla Gomes

O contacto com outras culturas, a sede de novos desafios, a vontade de adquirir uma experiência mais alargada e internacional contribui para que algumas pessoas tenham como principal ambição emigrar (seja de forma definitiva ou temporária) para realizar esses desejos.

As questões familiares, por exemplo, quando o marido ou a esposa é obrigado a deslocar-se devido a questões profissionais, o que implicam que toda a família se transfira, são outro grande motivo para as migrações.

Com a questão “Vê a sua saída como?”, 46,36% afirmam ter sido forçada devido à falta de oportunidades. No entanto, 39,09 dizem ter sido de livre vontade, pelo desejo de viver fora de Portugal.

Tabela 12 – Tipo de saída do país



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

Tal como apurado na questão antecedente, a emigração por motivos pessoais que não estejam relacionados com questões económicas ou laborais também possui um importante peso no debate desta questão das razões para a emigração jovem.

Em relação aos que responderam com “Outra”, as respostas baseiam-se na premissa de terem emigrado pela vontade de viver e trabalhar fora do país, por um misto de ambas as opções oferecidas (livre vontade ou forçada), pela oportunidade de evolução na carreira, por “querer mais”. Outro caso prende-se com questões familiares, já que

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

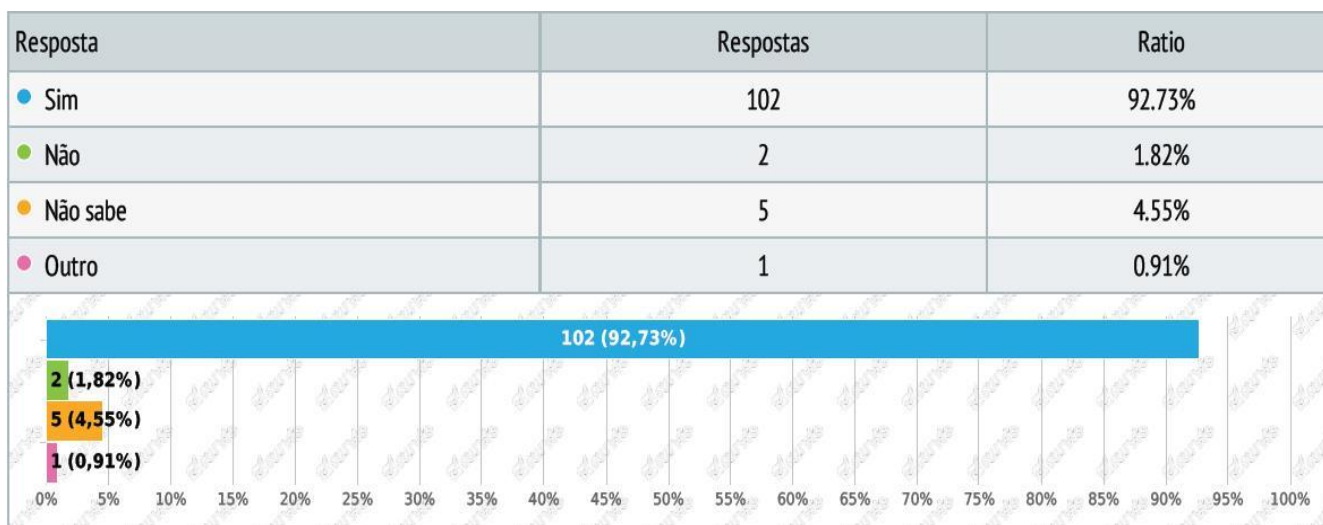
Carla Gomes

afirmam ter sido pela família ou pelo cônjuge viverem noutra país que decidiram emigrar.

3.3 – Percepção dos indivíduos face à emigração

No que diz respeito à questão “Sente que, devido à conjuntura actual, existe falta de condições para a integração no mercado de trabalho dos jovens recém-licenciados portugueses?”, não há margem para dúvidas de que é geral a opinião de que as possibilidades para ingressar no mercado de trabalho português são escassas.

Tabela 13 - Percepção dos inquiridos face às condições de entrada no mercado de trabalho



Fonte: Dados obtidos com os inquiridos.

É possível constatar no quadro acima que 92,73% dos respondentes consideram que realmente o mercado português se encontra em estagnação, não oferecendo as melhores condições para os jovens licenciados.

Quando surge a questão “Considera a saída dos portugueses positiva ou negativa? E porque razões?” é possível comparar os resultados obtidos com as duas questões anteriores.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

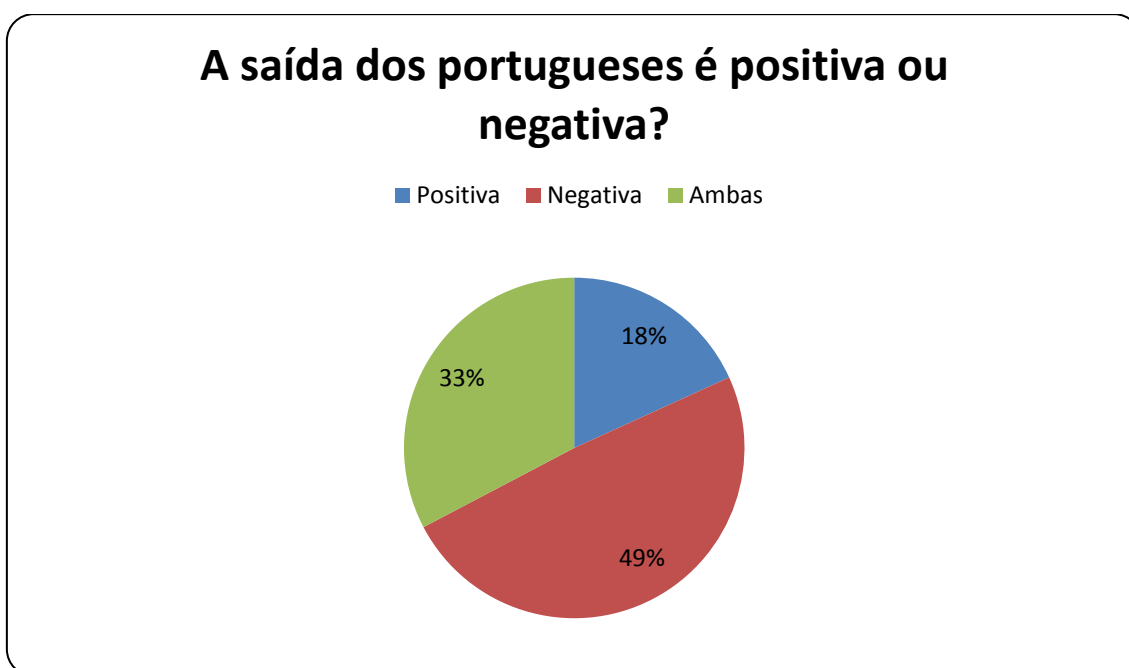
Carla Gomes

Esta questão foi também dividida em três categorias: aqueles que consideram a saída apenas como positiva; apenas negativa; ou um misto de ambas.

Isto porque, do total de 110 respostas, 36 consideram que a emigração jovem tem os dois lados. É negativa por um determinado conjunto de razões e positiva por um outro.

A seguir, é apresentado o gráfico com as respostas divididas nestas três camadas.

Gráfico 15- Apreciação negativa ou positiva da emigração portuguesa.



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

É possível afirmar que a grande maioria considera a saída dos portugueses como negativa.

Tendo em conta as respostas obtidas com as duas questões anteriores, onde, também, a maioria considera existirem falta de condições para a integração no mercado de trabalho dos jovens com formações académicas (com 92,7% de respostas) e 46,4% dos inquiridos encara a sua emigração como tendo sido forçada, pela falta de oportunidades e pelas precárias condições laborais (estas que foram das principais razões dos

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

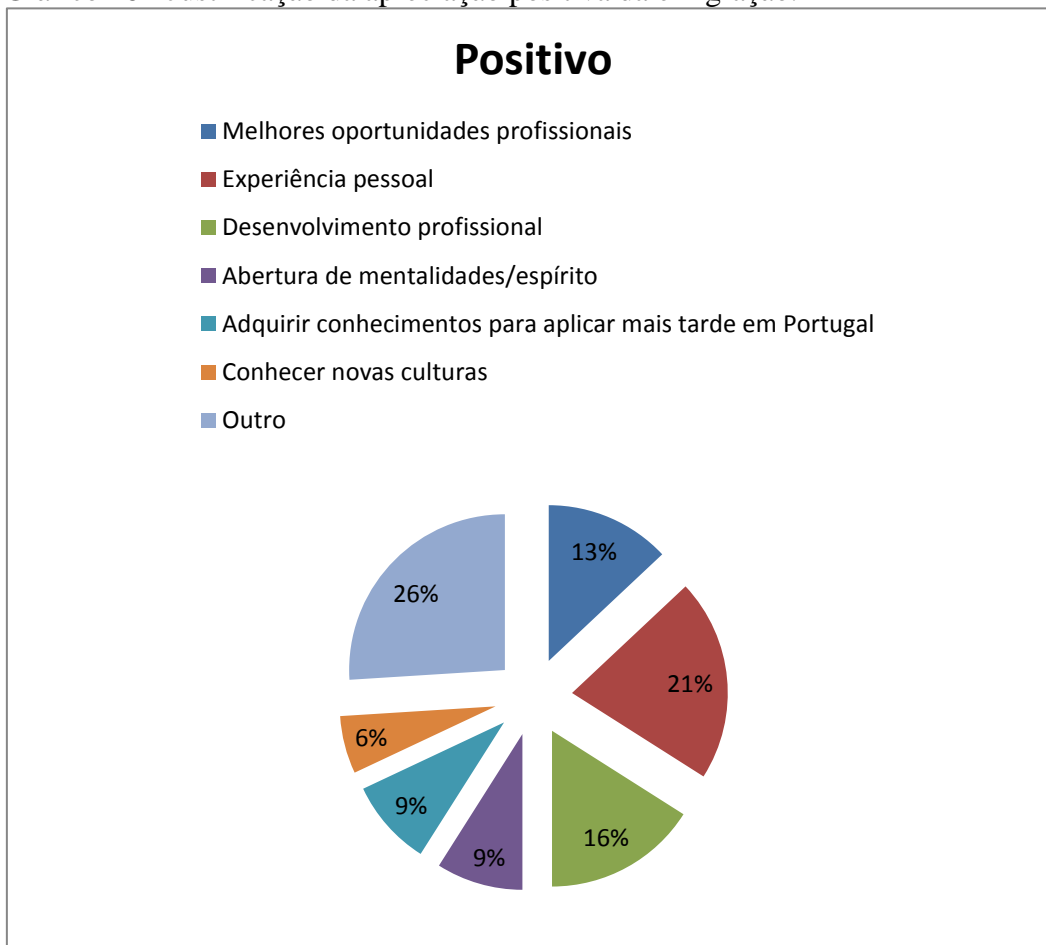
Carla Gomes

inquiridos para emigrarem, de acordo com a questão número 9), é possível afirmar que este aumento exponencial no volume da emigração jovem é encarado com um factor negativo na sociedade portuguesa.

De forma a realizar uma análise mais profunda e mais completa, dentro de cada uma das categorias referidas anteriormente, procedeu-se a uma outra categorização. O objectivo era tentar perceber quais os motivos que levaram os inquiridos a considerar a saída dos portugueses como negativa, positiva ou ambas.

Em relação às respostas daqueles que consideram positiva a emigração dos jovens qualificados, o gráfico seguinte apresenta as suas explicações.

Gráfico 16 - Justificação da apreciação positiva da emigração.



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Em relação a “Outro”, as respostas baseiam-se em: reconhecimento dos jovens qualificados; reconhecimento do país; perspectivas de evolução; alcance dos objectivos; remunerações; melhor qualidade de vida; “alívio da saturação da taxa de desemprego em Portugal”; “sinal de uma cultura característica de não aceitar as más condições impostas no país (Portugal) ”; “melhor visão a nível europeu do mercado”.

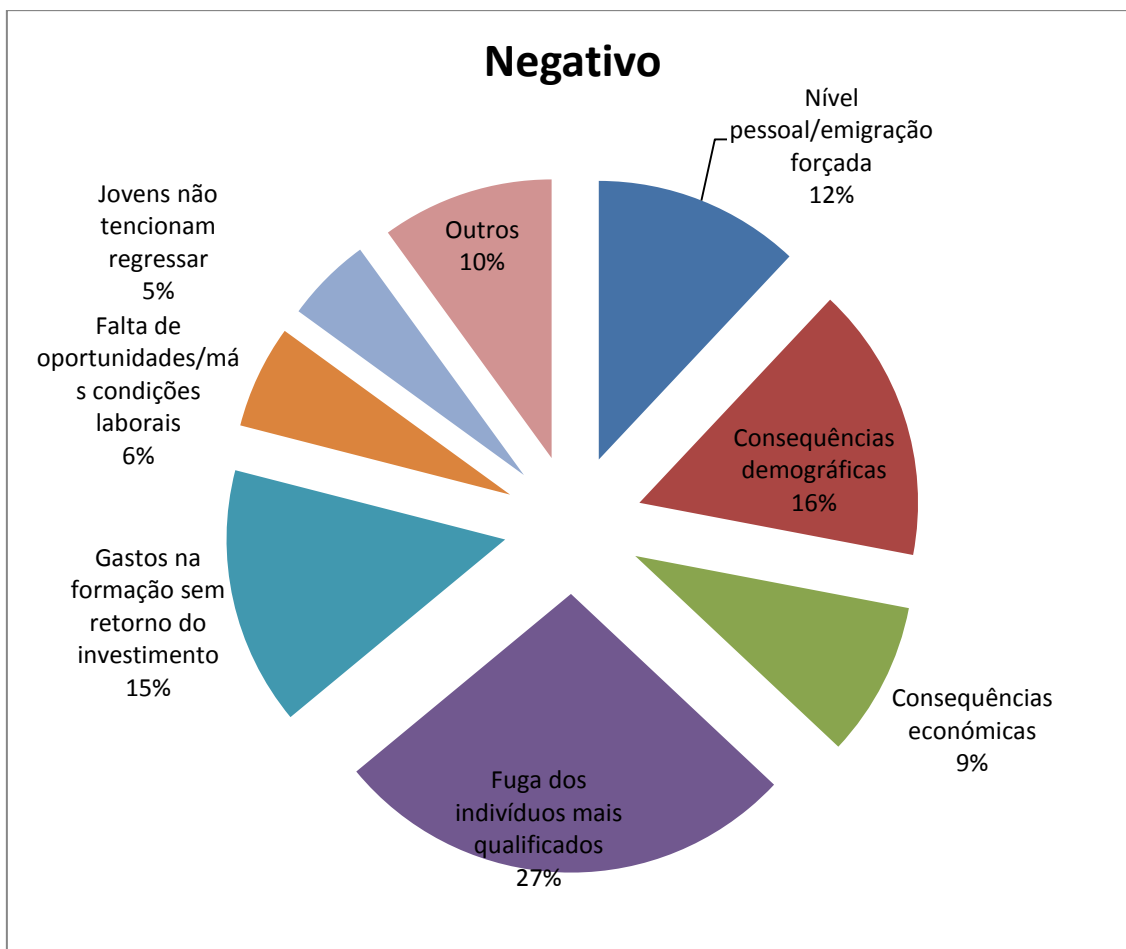
No que diz respeito à resposta “Adquirir conhecimentos para aplicar mais tarde em Portugal”, os inquiridos referem-se à aquisição de novas formas de trabalho, de novas técnicas e de novas ideias que possam, a médio/longo prazo, ser aplicadas e fomentadas no nosso país. Isto com o objectivo de criar novas empresas ou de melhorar as já existentes, dinamizando, assim, a economia do país, lutando pelo crescimento e desenvolvimento económico e pela abertura e expansão do mercado.

Há, ainda, os que consideram ser positivo pelo reconhecimento do nível de educação e formação dos jovens: “a saída dos portugueses é positiva porque a União Europeia tem reconhecido cada vez mais a qualidade do seu trabalho, em qualquer área de actividade. No futuro, pode até começar a gerar importantes investimentos no seio de Portugal.”

Além da experiência a nível pessoal e profissional de quem emigrou nos últimos anos, há ainda, então, o factor de desenvolvimento para o país.

As justificações daqueles que consideram a saída como negativa são apresentadas no seguinte gráfico:

Gráfico 17 - Justificação da apreciação negativa da emigração portuguesa.



Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

Aqui, as justificações foram variadas, mas sempre com a mesma linha de orientação. Os inquiridos apontaram consequências negativas ao nível pessoal daquele que emigra, e consequências para o país.

A resposta que mais vezes foi apontada refere-se à chamada “fuga de cérebros”. Alguns vêem esta emigração em massa como uma saída das pessoas mais especializadas que poderiam, de alguma forma, manter e desenvolver o nível de inovação e a qualidade em diversas áreas. Com a sua saída, esse desenvolvimento poderá conhecer uma regressão.

Além das óbvias consequências demográficas e económicas nacionais, fazem ainda alusão ao investimento na formação destes jovens para, depois, “os deixar fugir”. É considerado um investimento sem retorno: uma vez que Portugal tem um nível de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

educação superior bastante elevado e com bom reconhecimento a nível europeu, os inquiridos afirmam que este investimento será aproveitado noutros países. “O país não possui capacidade para aproveitar a mão-de-obra qualificada em que apostou”.

Esta saída é, segundo algumas das opiniões dos inquiridos, vista como uma “grande perda para Portugal - perda de talento, criatividade, inovação. E isso reflecte-se na economia: se continuar assim daqui a uns anos não vamos ter qualquer vantagem competitiva no mercado internacional. Em Portugal gastamos imensos recursos para se formarem estudantes com uma qualidade de ensino muito a par ou até mesmo superior à média europeia, para depois serem outros países a desfrutar desse investimento”.

Esta situação é vista com bastante desagrado por um grande número de inquiridos, “o país investiu na formação dos jovens e estes exercem agora atividades fora do país. A produção de riqueza acontece nos países de acolhimento e, embora possam existir remessas, essa riqueza fica no país de acolhimento. Assim, o investimento de Portugal não tem retorno”.

Outros afirmam ser negativa, também, por questões pessoais, uma vez que actualmente a emigração é “imposta, desesperada e cega. A emigração deveria ser um acto de escolha consciente, responsável e deliberado. Neste momento e dado o volume de jovens emigrantes nos tempos que correm, não o é”.

Na parte “Outros”, as respostas foram: “negativo por emigrar para países que não permitem um reconhecimento da formação profissional”; “futuro do país em risco”; “estagnação do país com a saída dos jovens”; “jovens sujeitos a trabalhos aquém da sua formação”; “criação de um fosso social em diversas gerações”; “negativo para o país”; “necessária contratação de mão-de-obra estrangeira”.

3.4 – Relação da amostra com as questões europeias

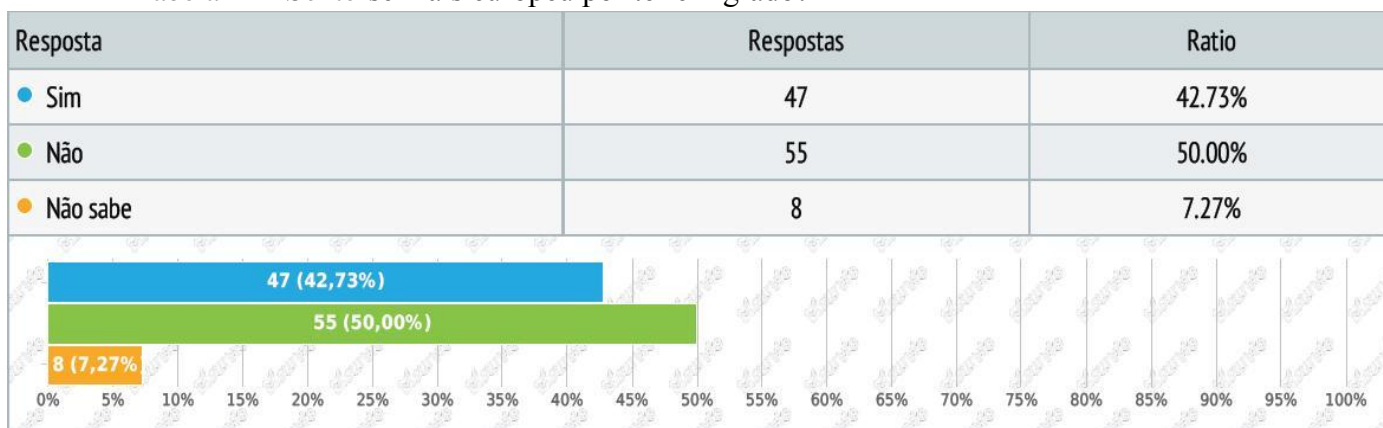
Quando a questão “sente-se mais europeu por ter emigrado” surge, os resultados não são aqueles que se esperava no início da investigação: 50% dos inquiridos afirma não se sentir mais europeu.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

O facto de terem emigrado e de conviverem com novas e diferentes culturas e de usufruírem de benefícios e serviços como o caso da Cidadania Europeia, não contribuiu para que o sentimento europeu tivesse ganho mais força e poder em cada indivíduo.

Tabela 14 - Sente-se mais europeu por ter emigrado?”



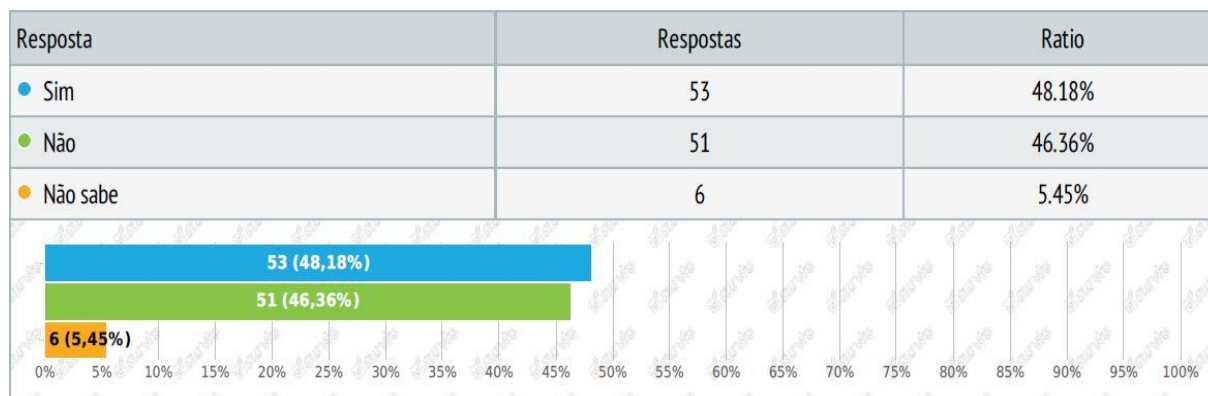
Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

Ainda assim, 42% dos inquiridos sentem-se mais europeus por ter emigrado. Talvez o contacto com outra cultura e com sociedades diferentes tenha fornecido uma perspectiva de uma comunidade europeia e da unidade europeia diferente.

No seguimento a esta questão, a seguinte, apesar de estar directamente ligada, obteve resultados ligeiramente diferentes.

Questionados sobre se “a sua percepção em relação a uma identidade europeia comum mudou?”, foram 53 os que responderam afirmativamente (48%).

Tabela 15 – “A sua percepção em relação a uma identidade europeia comum mudou?”



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

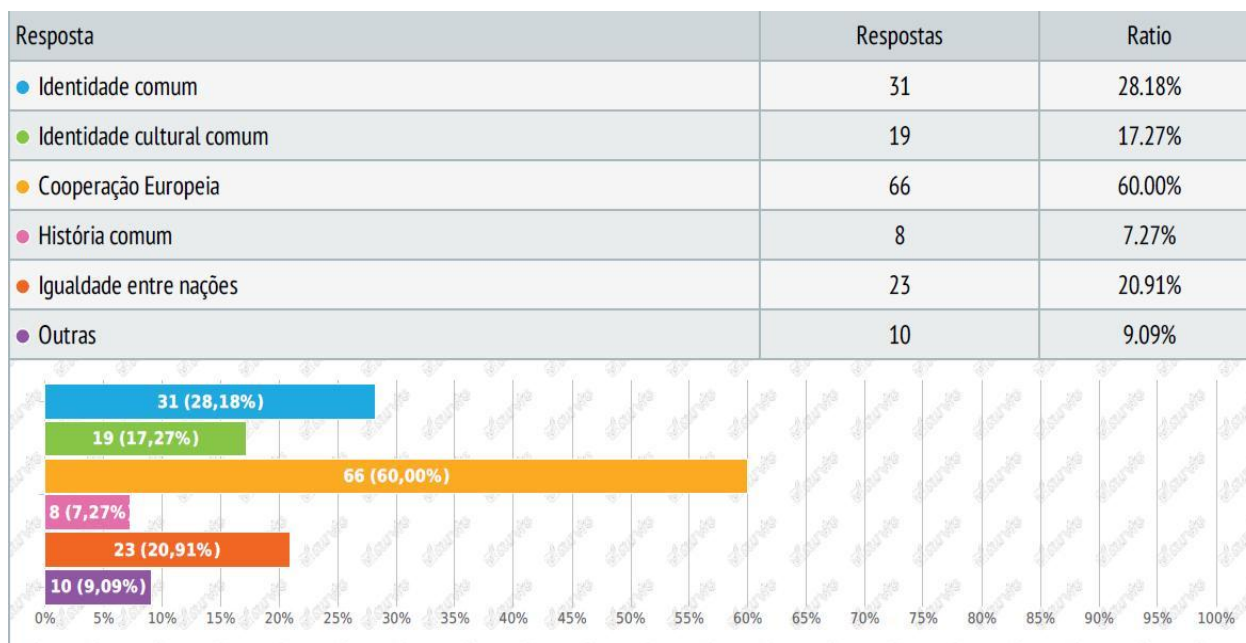
Contudo, os que responderam de forma negativa também tiveram um peso importante, com 46% das respostas.

Aqui, a diferença nas percentagens foi mínima, o que leva a ter em conta a questão anterior, pois apesar de emigrarem, o sentimento europeu pouco ou nada mudou.

Quando questionados pelas características que associam à identidade europeia, e tendo em consideração as hipóteses de resposta apresentadas no quadro (sendo que cada indivíduo podia escolher mais do que uma resposta), aquela que obteve uma maior percentagem a cooperação europeia.

Tendo em conta os resultados, é então possível depreender que os inquiridos não associam à identidade europeia os aspectos ligados à identidade comum, unidade e história comum.

Tabela 16 - Características associadas à identidade europeia.



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

No que diz respeito à opção “outras”, que obteve 10 respostas, essas baseiam-se em: “unidade europeia”; “livre circulação”; “todo o contrário: heterogeneidade”; “identidade europeia não me diz absolutamente nada. Só que posso viajar só com o

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

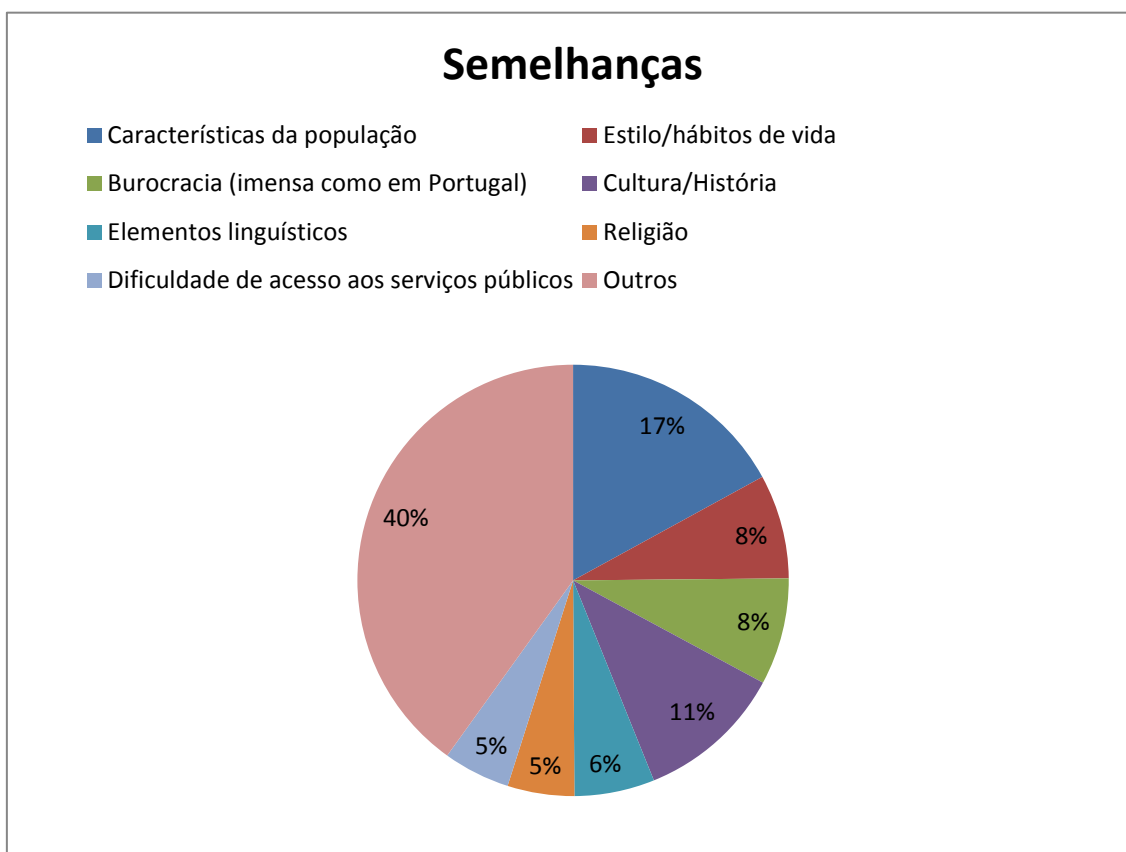
Carla Gomes

B.I.”; “livre circulação de bens e pessoas, moeda única”; “nenhuma”; “Euro”; “a identidade europeia de pouco vale na Bélgica”; “sem fronteiras”.

Quando surge a questão “Quais são as maiores diferenças que encontrou entre Portugal e o país onde reside actualmente? E o que lhe parece que os dois países têm em comum?”, através das 110 respostas dadas, e, uma vez que cada inquirido apresentou mais do que uma diferença ou semelhança, foram apresentadas 264 diferenças e 64 similitudes.

No gráfico seguinte, é possível compreender a diversidade de respostas.

Gráfico 18 - Semelhanças entre Portugal e o país de residência actual dos inquiridos



Fonte: elaboração própria através dos dados obtidos com os inquiridos.

Em relação às características da população, alguns dos inquiridos afirmam existirem semelhanças no que diz respeito à afabilidade dos portugueses e da população

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

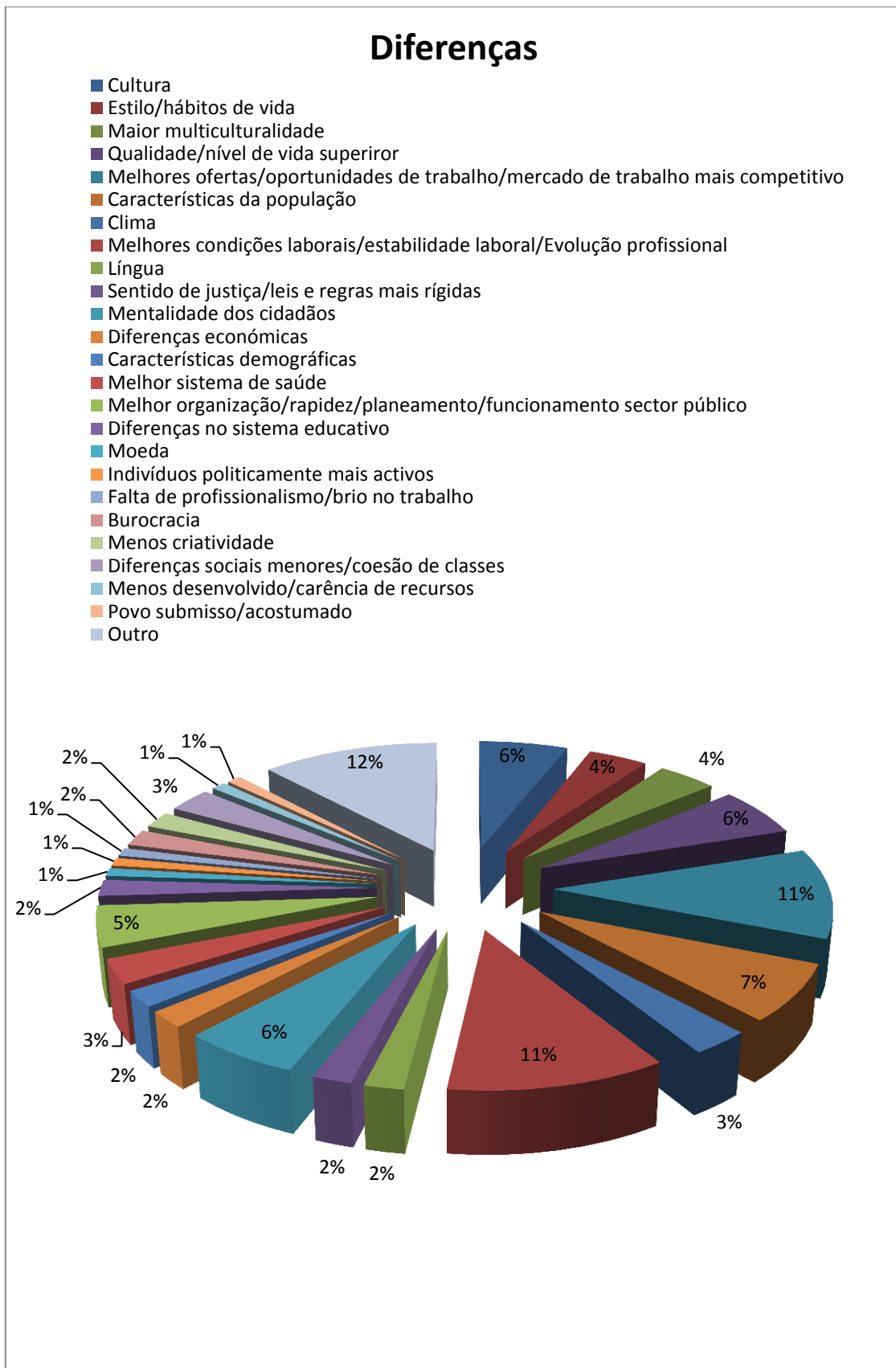
Carla Gomes

no país para onde emigraram. Nos estilos de vida, destacam-se a gastronomia e alguns dos hábitos dos portugueses (que não foram apontados pelos inquiridos). Apontam, ainda, a demora e a dificuldade no acesso aos serviços públicos. Sendo um aspecto bastante criticado pelos portugueses, é algo com que se depararam noutros países também.

Em relação à resposta “outros”, estas baseiam-se em: cooperação entre a população; moeda; custo de vida; ideais; políticas da UE; Serviço Nacional de Saúde gratuito; diversidade étnica; técnicas de trabalho; ambição; arquitectura; clima; descontentamento face ao Governo; forte componente familiar; amizade entre colegas de trabalho; desporto; aspectos económicos; o facto de pertencer ao mesmo continente; presença de muitos portugueses.

As diferenças apontadas pelos inquiridos encontram-se elencadas no seguinte gráfico:

Gráfico 19 – Diferenças entre Portugal e o país de residência actual dos inquiridos



9 Fonte: Elaboração própria através dos dados obtidos com os inquéritos.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Aquilo que os jovens emigrantes mais sentiram de diferente em relação ao seu país diz respeito à existência de melhores condições laborais, que permitem evoluir na carreira e lhes fornecem uma melhor estabilidade (a nível de remunerações, horários, entre outros) e a existência de um mercado de trabalho mais competitivo, onde prevalecem mais e melhores oportunidades de trabalho.

Em relação à categoria “Outro”, as respostas baseiam-se no seguinte: respeito/valorização do cidadão; transportes; criminalidade; gosto pelo trabalho; mais apoios aos desempregados; reconhecimento de erros por parte dos superiores; jovens vão viver sozinhos mais cedo; população mais nacionalista; política mais extrema; vontade de investir em jovens licenciados; mobilidade de pessoas; indivíduos menos comodistas; sentido regional mais aguçado; elite económica, social e política mais culta; mais solidariedade; Portugal mais produtivo; condução; maior dinamismo; falta de limpeza; menos flexíveis; pensamento ambiental; não reconhecimento da licenciatura; não existem subsídios; competição pouco saudável.

Em relação às “características da população”, aqui as respostas dividem-se entre os que consideram os indivíduos do país para onde emigraram mais afáveis, optimistas e alegres. No entanto, outros dizem que a população é menos tolerante e xenófoba.

Isto acontece também, por exemplo, em relação ao sistema educativo, em que alguns consideram ser melhor que em Portugal, com melhor formação académica, enquanto outros afirmam haver lacunas na educação e a população possuir menos bases e conhecimentos gerais.

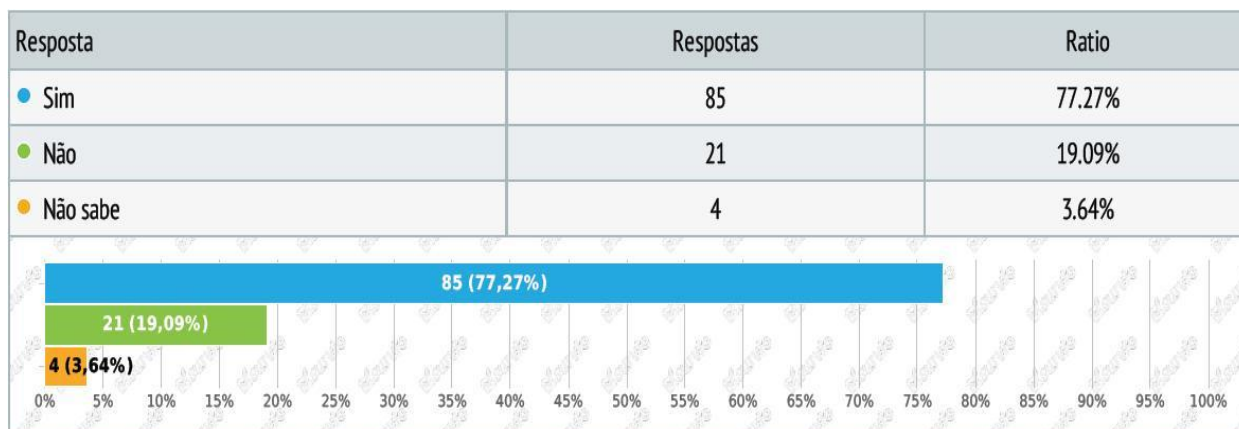
As respostas à questão “Sente que retira vantagens da Cidadania Europeia? (livre circulação, direito de voto no país de residência, etc.) ” contrastam, em parte, com a questão anterior, sobre se os inquiridos se sentem mais europeus por terem emigrado.

Apesar de a maioria não se sentir com um espírito mais europeu após terem emigrado, grande parte afirma que a Cidadania Europeia é um aspecto positivo e sentem que retiram vantagens da mesma.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Tabela 17- Sente que retira vantagens da cidadania europeia?"

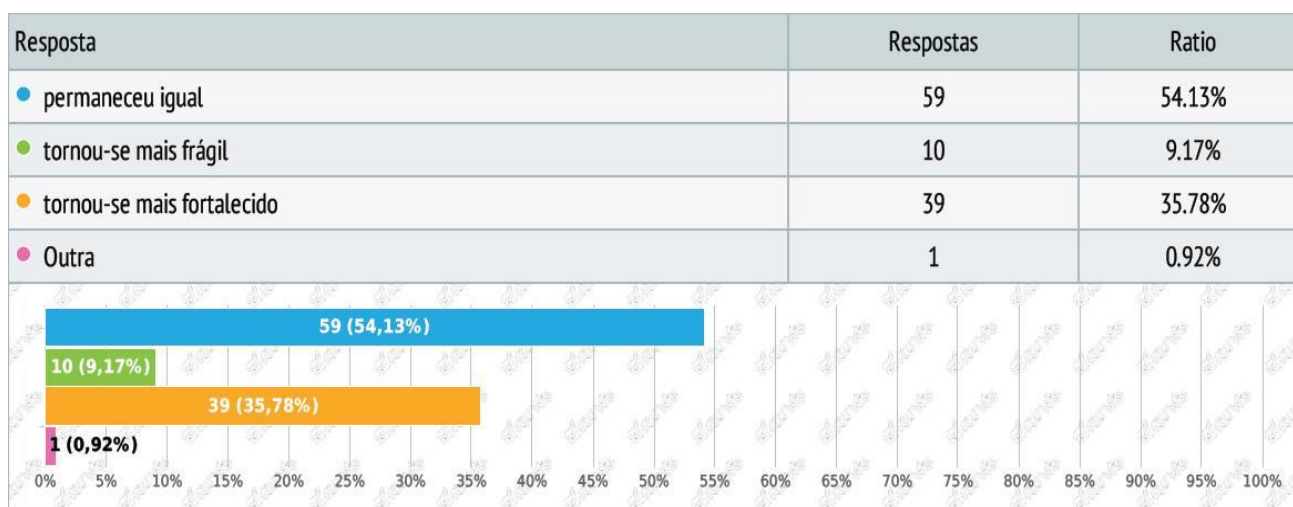


Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

Foram 85 pessoas, 77,27% das respostas, que responderam de forma positiva em relação a esta questão.

Contudo, pelo que se pôde constatar na pergunta seguinte, se “no geral, depois de ter emigrado, o seu sentido de pertença à UE...”, apesar da resposta positiva na pergunta anterior, aqui, afirmam que o sentimento de pertença à Comunidade permaneceu igual.

Tabela 18 – “O seu sentido de pertença à UE...”



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

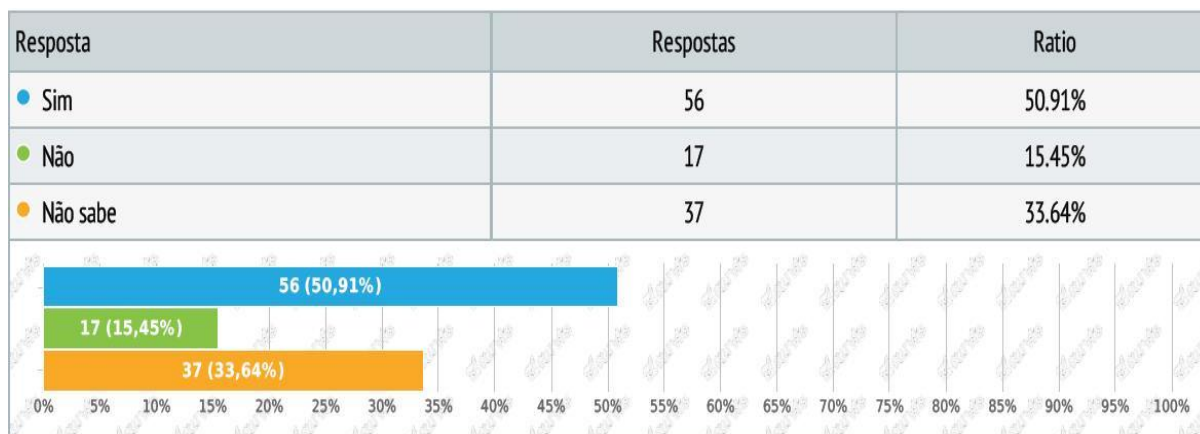
A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Foram 54,13% os que afirmam ter-se mantido igual, contra 9,17% que dizem ter-se tornado ainda mais frágil o sentido de pertença à UE. No entanto, há também quem afirme ter-se tornado mais fortalecido, com 35,78% de respostas. Isto demonstra o descontentamento face às políticas da UE, não só para cada país, como para a emigração, para os jovens e para os cidadãos. É necessário criar mais políticas de incentivos e apoio aos jovens europeus, principalmente no que diz respeito ao trabalho, seja no país de origem ou num outro Estado-membro.

A última questão, sobre a intenção dos jovens emigrantes de regressar ao país aponta os indícios de uma nova esperança na recuperação económica do país. Embora os inquiridos sintam que existem falta de oportunidades em Portugal e que é clara a fase negativa que o país atravessa, estes planeiam regressar.

Tabela 19 - Intenção dos inquiridos em relação ao regresso ao país.



Fonte: Dados obtidos com os inquéritos.

Nos dados recolhidos, apenas 15,45% não tenciona retornar contra os 50,91% que pensa o contrário. Ainda, a percentagem daqueles que responderam “Não sabe”, é superior aos que afirmam não tencionar regressar, com 33,64%.

Apesar de a maioria estar convicta em regressar, será necessário reunir as condições para os receber, para que as incertezas acerca da situação do país (seja a nível económica, político, social, cultural ou de outro tipo) sejam dissipadas e seja possível

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

lutar por um país mais justo, mais estável, rentável e propício à fixação definitiva com boas condições de vida.

Considerações Finais

*“Eu sempre ouvi dizer que Portugal,
É um jardim plantado a beira-mar;
Mas não o é para todos por igual!
Se o fosse, nunca eu tinha que emigrar”.*
(António Rocha da Costa, *Portugal Minha
Pátria Amada*)

A evolução das políticas migratórias permite, actualmente, ao cidadão europeu deslocar-se e estabelecer-se num terceiro outro Estado-membro com considerável facilidade e comodidade. O esbater das fronteiras e a política de imigração comum permitiu uma mobilidade mais fácil para os migrantes. Alia-se a isso a cidadania europeia, que atribui aos cidadãos europeus os direitos à livre circulação, possibilidade de se deslocar a um país e estabelecer-se de forma permanente ou temporária, seja por motivos de trabalho ou outros e a possibilidade de participar activamente na vida política do país e da UE (tal como descrito no TUE). Acresce que o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação facilitaram a mobilidade entre os indivíduos, permitindo-lhes deslocarem-se com mais rapidez e mais facilmente.

A globalização tem consequências políticas e económicas. Segundo Beck (1999: 13-14) “instituições sócio-industriais, para as quais o quadro político parecia completamente fechado, podem ser “quebradas” e expostas ao ataque político: a premissa do Estado de bem-estar social e do sistema de aposentadoria, da assistência social e da política comunitária, da política de infra-estrutura, o poder organizado dos sindicatos, o sistema de negociação da autonomia salarial (que mantém sua independência em relação às empresas), assim como os gastos públicos, o sistema tributário e a “justa cobrança” do imposto – tudo derrete sob o novo sol desértico da globalização na (suposição da)

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

configurabilidade política”. Ou seja, o processo de globalização, apesar das consequências positivas que permitem um maior conhecimento global e uma maior aproximação, enfatiza desigualdades sociais.

As razões que levam os indivíduos a emigrar são diversas. No entanto, a que desperta um maior interesse em fazê-lo prende-se com questões económicas. Num plano actual de crise económica e financeira global, que afecta os indivíduos em geral e os jovens em particular, e tendo em conta as desigualdades que surgiram ao longo do processo de globalização, os fluxos migratórios tornam-se mais abundantes e a sua trajectória mais diversificada, tanto para os cidadãos comunitários como para os imigrantes oriundos de países terceiros.

O caso português torna-se relevante nesta conjuntura de crise em relação ao continente europeu. Um grande volume de jovens qualificados opta por sair do país, acentuando a chamada *fuga de cérebros*. Isto porque os níveis de desemprego aumentaram, criando um fosso entre a tentativa de entrada no mercado de trabalho e as oportunidades oferecidas. Sendo a oferta escassa e de empregos precários na sua maioria, a emigração aumenta.

A emigração qualificada torna-se, então uma problemática nesta questão da emigração. “No que toca a Portugal, o nosso país é o terceiro da União Europeia (13%), a seguir a Irlanda (23%) e a Eslováquia (14%), que regista a maior *fuga de cérebros*. Os destinos preferenciais destes emigrantes são Reino Unido, EUA, Holanda, Luxemburgo e países africanos. Segundo a socióloga Margarida Marques (2010, 1.º parágrafo [online]), atualmente, a emigração portuguesa qualificada é constituída, sobretudo, por quadros técnicos e científicos e o que esta na origem da maioria das decisões dos novos emigrantes portugueses e o desemprego, a procura de melhores salários, melhores condições de vida e de oportunidades de enriquecimento profissional” (Faria,2012:9).

Considerando a recente intensificação dos fluxos migratórios intra-europeus, dos países do sul para os países centrais e do norte, foi objectivo deste trabalho conhecer o enquadramento legal e político da integração europeia, compreender a dinâmica da emigração qualificada portuguesa para os países da EU e analisar a relação entre a mobilidade e a formação da identidade europeia. Apesar dos esforços e concretizações no que diz respeito à integração europeia, através da criação dos Tratados que, ao longo

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

do seu desenvolvimento, deram origem à UE actual, a questão da identidade europeia é algo que continua a evidenciar alguns problemas.

A história comum europeia (que tem no seu *curriculum* duas grandes guerras mundiais e a guerra fria) e a herança cultural comum (deixada, entre outros, pela Antiguidade Clássica, pelo cristianismo, pelos princípios políticos humanistas e iluministas) tornam a identidade em algo comum, uma questão de unidade. No entanto, as variedades culturais existentes, que acompanham as fronteiras geográficas contribuem para o acentuar das diversidades.

O conjunto de valores e tradições deixados por esta herança é o que permite aos cidadãos a percepção da pertença a uma determinada nacionalidade mas também, em simultâneo, uma comunidade mais ampla e continental. “São eles que, no nosso caso concreto, nos permitem reconhecermo-nos enquanto europeus e bastaria isso, por si só, para justificar a sua importância na construção europeia” (Moura,2013:80). É uma dualidade que cria a problemática da identidade: a unidade e a diversidade (Guibernau.2007). Devem ser vistas como factor de união, pois através do respeito de cada expressão cultural, as diversidades podem beneficiar a integração e a identidade europeia. Moura (2013:83) aponta que a unidade e a identidade europeias só irão alcançar os seus objectivos se estiverem ligadas ao quadro da diversidade cultural. É necessário valorizar todas as dimensões europeias. Implica, também, políticas europeias mais integradoras, tornando possível a participação nas decisões comunitárias de forma a tornar os cidadãos cientes das suas vantagens (Moura,2013:82).

Uma vez que os destinos da emigração dos jovens qualificados são, na sua maioria, países europeus, é pertinente conhecer o seu processo de emigração e saber se a sua percepção em relação à identidade europeia e à UE se alterou.

Ao analisar os dados obtidos com a realização do inquérito, compreendemos que a maioria emigrou por motivos laborais. Procuram noutro país aquilo que consideram não ser possível em Portugal: um mercado de trabalho competitivo que ofereça boas condições laborais e a possibilidade de construir uma carreira e evoluir profissionalmente. Apontam a falta de emprego, quer na área de formação, quer no contexto geral. Emigram, maioritariamente, de forma “forçada”. No entanto, 39% dos inquiridos afirmam ter emigrado de livre vontade. Quer isto dizer que foi pelo desejo de

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

viver e/ou trabalhar fora do país que os levou a emigrar. O desejo por novas aventuras e novos contactos é algo que os motivou a deixar Portugal. Portanto, não são apenas as questões laborais e económicas que influenciam os jovens; existe a motivação pessoal para o fazer.

A maioria entende que a emigração jovem qualificada tem consequências negativas. No entanto, alguns defendem que pode ser positiva ou então um pouco de ambas. Apontam ser negativa devido à “fuga de cérebros”, ao investimento na formação sem retorno e às consequências económicas e demográficas que acarreta. Em relação às consequências positivas, indicam as oportunidades laborais, a possibilidade de crescimento pessoal e profissional e a aquisição de conhecimentos que podem vir a ser aplicados em Portugal como forma de auxílio ao desenvolvimento do país.

Quando questionados acerca das características que associam à identidade europeia, a questão da cooperação europeia e identidade comum foram as dimensões com mais repostas. Alguns inquiridos apontam a livre circulação e a moeda única como outras características relacionadas com a identidade europeia.

50% dos inquiridos admite não se sentir mais europeu depois de ter emigrado. No entanto, 48% afirmou que a sua percepção face à identidade europeia mudou. Apesar estarem ligadas, as questões obtiveram resultados diferentes. Em relação à cidadania europeia, grande maioria (77%) afirmou sentir que reira vantagens, sendo que 54% garante que o seu sentimento de pertença à UE permaneceu igual após ter emigrado. Apesar de alguns resultados negativos, a maioria pretende regressar ao país.

A UE deve continuar a desenvolver políticas para a migração interna no sentido de uma integração mais ampla. Principalmente numa conjunta económica de crise torna-se fulcral estabelecer as pontes entre os migrantes, a UE e os países de acolhimento.

Nesta conjuntura, a identidade europeia encontra-se “reprimida” (Moura,2013). Apesar de a percepção dos jovens portugueses com qualificações que emigraram face a esta questão ter mudado, a maioria não se sente mais europeu e o seu sentimento de pertença à comunidade permaneceu igual, tornando-se fundamental uma viragem no pensamento e nas políticas de forma a lutar pela continuidade da união, tornando esta crise apenas como passageira.

Referências Bibliográficas

Acto Único Europeu (1987), Jornal Oficial das Comunidades Europeias

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1948), “Declaração Universal dos Direitos do Homem”

BAGANHA, Maria Ioannis (1997), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta Editora

BAGANHA, Maria Ioannis (2001), *Imigração e Política, o caso português*, Lisboa, Fundação Luso- Americana para o Desenvolvimento.

BECK, Ulrich, *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*, São Paulo: Paz e Terra, 1999

BURITY, Joanildo (1999), *Globalização e identidade: desafios do Multiculturalismo*, Trabalhos para discussão. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 2001.,

CERDEIRA, Maria, et al, (2013), “Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos sectores de serviços” *in Estudos OI*; 52, Lisboa.

Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, (2011), “The Global Approach to Migration and Mobility”, Brussels

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (2007), “Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado”, Bruxelas

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA, “Estatísticas dos movimentos migratórios”, 2006

CRUZ, Márcio, BODNAR, Zenildo & XAVIER, Grazielle “Pensar globalmente e agir localmente: o Estado Transnacional ambiental em Ulrich Beck”, *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, nº. 27, dez. 2008

CUCHE, Denys (1999), *A noção de culturas nas ciências sociais*, Bauru, Verbum

DALLARI, Dalmo (1998), *Direitos Humanos e Cidadania*, São Paulo: Moderna, 1998

Declaration on European Identity (Copenhagen, 14 December 1973), Bulletin of the European Communities, (1973) No 12. Luxembourg: Office for official publications of the European Communities. "Declaration on European Identity" 2013

DELANTY, Gerard (2003), *Is There a European Identity?*, University of Liverpool

DELANTY, Gerard (2010), "The European Heritage from a critical cosmopolitan perspective", LSE “Europe in question” discussion paper series, 19/2010, The London School of Economics and Political Science, London

EDER, Klaus, (2009), “A Theory of Collective Identity Making Sense of the Debate on a 'European Identity'”, *European Journal of Social Theory*, 2009 12: 427–447

Estatísticas Migratórias – Emigração 2003, (2004), Instituto Nacional de Estatística

EWALD, Ariane, SOARES, Jorge (2007) “Identidade e subjetividade numa era de incerteza”, *Estudos de Psicologia*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

FARIA, Adriana (2012) *A Emigração Portuguesa Qualificada: Circulação e redes de emigrantes como contributo para o país de origem*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Desenvolvimento e Políticas Sociais, Universidade do Minho, Braga

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

FERREIRA, Alexandra (2009), *A Emigração Portuguesa e as Políticas Migratórias Europeias*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Universidade de Aveiro, Aveiro.

FERREIRA, Susana (2010), *A Política de imigração europeia: instrumento da luta anti-terrorista?*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

FIGUEIREDO, Joana (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação para o desenvolvimento - Realidades compatíveis no contexto Europeu?*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

FONSECA, Maria; CALDEIRA, Maria; ESTEVES, Alina (2002), “New forms of migration into the European South: Challenges for Citizenship and Governance. The Portuguese case”, *International Journal of Population Geography*, vol. 8 (2)

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras, Celta

GIDDENS, Anthony (1999), *Runaway World – how globalization is reshaping our lives*, Routledge, Nova Iorque, 2000

GODOY, Arnaldo (1995), “Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais”, in *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo

GODOY, Arnaldo (2004), *Globalização, neoliberalismo e direito no Brasil*, Londrina: Humanidades

GÓIS, Pedro e MARQUES, José (2014), “Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular”, in *Estudos OI*; 54, Lisboa.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

GUIBERNAU, Montserrat (2008), *The Identity of Nations* Cambridge: Polity Press.

HALL, Stuart (2006), *A Identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, Rio de Janeiro,

HAMERSVELD, Ineke & SONNEN, Arthur, eds. (2009), *Identifying with Europe - Reflections on a Historical and Cultural Canon in European*, Amsterdam 2009 SICA, EUNIC Netherlands and Boekman Foundation

INE – *Estatísticas Demográficas* – vários anos

INE, *Estatísticas Migratórias – Emigração*, 2003

JENKINS, Richard (2008), “The ambiguity of Europe, *European Societies*, 10:2, 153-176

KEESING, Roger (1974), *Theories of culture*, Institute of Advanced Studies, Australian National University, Austrália

Lahav, G. (2004), *Immigration and Politics in the New Europe. Reinventing Borders*, Cambridge, Cambridge University Press

LARAIA, Roque de Barros (1986), *Cultura um conceito Antropológico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

LOWELL, Lindsay (2001), “Some developmental effects of the international migration of highly skilled persons” in *International Migration Papers*, International Labour Office, n. o 46, Genebra.

MALHEIROS, Jorge (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisboa: Edições Colibri.

MELLO, Gustavo (2012), *Teorias Marxistas sobre o capitalismo contemporâneo*, Tese apresentada para obtenção de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

MOREIRA, Humberto (2003) “Emigração Portuguesa - Estatísticas retrospectivas e reflexões temática”, Instituto Nacional de Estatística

MOURA, Vasco (2013), *A Identidade Cultural Europeia*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

PEIXOTO, Joao (2004), “Highly Skilled Migration in Portugal – An Overview” in *Socius Working Papers*, n. o 3, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PEIXOTO, João (2004), “País de emigração ou país de imigração? Mudanças e continuidade no regime migratório em Portugal” in *Socius Working Papers*, n.º 2, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PEREIRA, M.J. (2009) *Imigração, Cidadania e Integração - Uma Análise das Políticas Públicas em Portugal na Viragem para o Século XXI* - Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade Nova de Lisboa.

PIMENTEL, Paula (2006), *Imigração e identidade – processos que se cruzam*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Relações Interculturais, Universidade Aberta Porto

RAFFAELLI, Rosa (2014), *Fichas técnicas sobre a União Europeia – 2014, Política de imigração*

RAGUSO, Fabrizia (2006), *O desafio do Multiculturalismo: entre a identidade e o reconhecimento. Uma leitura a partir de Charles Taylor*, Dissertação de Doutoramento em Ética, Universidade do Minho, Braga.

RAMOS, Natália (2001). “Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35 (2).

RIBEIRO, Rita (2011) “Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade” in A. M. Brandão e E. Araújo, *Intersecções Identitárias*, V. N. Famalicão: Húmus

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

RIO, Olinda (2012), “O Tratado de Maastricht e os cidadãos: cidadania activa em contexto europeu”, *DEBATER A EUROPA*, Periódico do CIEDA e do CEIS20.

RISSE, Thomas (2000), *Nationalism and Collective Identities: Europe versus the Nation-State? Developments in West European Politics*, 2nd edition

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) *Sociologia das migrações*. Universidade Aberta, Lisboa.

SANTOS, Boaventura (2002), “Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.: *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, Vol. I, 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora

SALADINI, Ana (2011), *Trabalho e Imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil.

UE (2010), *Tratados consolidados- Carta dos Direitos Fundamentais* Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo.

TRINDADE, Maria (1998), “Espaços de herança cultural portuguesa – gentes, factos, políticas”, *in Análise Social*, vol. XXIV

UNESCO (2002), *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*

World Wide Web

Diário de Notícias *online*; <http://www.dn.pt> – consultado em Maio de 2014

Diáspora dos Enfermeiros; <http://www.diasporadosenfermeiros.com/> - Consultado em Abril de 2014

Eurocid; <http://www.eurocid.pt> – consultado em Abril de 2014

Eurostat; <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> - Consultado em Abril de 2014

INE – Instituto Nacional de Estatística; <http://www.ine.pt> – consultado em Abril de 2014

Jornal de Notícias *online*; <http://www.jn.pt> – consultado em Abril de 2014

Observatório da emigração; <http://www.observatorioemigracao> – Consultado em Março de 2014

PORDATA; <http://www.pordata.pt> - Consultado em Abril de 2014

Rádio França Internacional *online* (português); <http://www.portugues.rfi.fr> - Consultado em Abril de 2014

Sítio Web oficial da União Europeia; <http://europa.eu/> - Consultado em Março de 2014

Sítio Web oficial do Parlamento Europeu; <http://www.europarl.europa.eu/> - Consultado em Março de 2014

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Anexos

Anexo I- Modelo do inquérito realizado e colocado *online* para a obtenção dos dados.

Como aluna do segundo ano do Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial, pela Universidade do Minho, solicito a sua resposta a este inquérito misto (resposta aberta e escolha múltipla). Este inquérito insere-se no âmbito do projecto de investigação da Prof^a Dr^a Rita Ribeiro, intitulado de “Identidade Europeia e Multiculturalidade” no qual participo com o tema “A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração”.

O inquérito é anónimo. Muito obrigada.

1. Idade:

21- 25 anos;

26-30 anos;

31-35 anos;

Mais de 35 anos.

2. Sexo:

Feminino;

Masculino.

3. Habilitações Literárias:

Licenciatura;

Mestrado;

Doutoramento;

Pós-Doutoramento;

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

Outra.

4. Área de estudos
5. Actividade Profissional
6. País e cidade de residência actual
7. Outro país/cidade em que já esteve emigrado (se for o caso)
8. Anos/meses de emigração:

1-6 meses;

6-12 meses;

1-5 anos;

5-10 anos;

Mais de 10 anos.

9. Quais as principais razões que o levaram a emigrar?

10. Vê a sua saída como:

Forçada (devido à falta de oportunidades);

De livre vontade, pelo desejo de viver/trabalhar fora de Portugal.

11. Sente que, devido à conjuntura actual, existem falta de condições para a integração no mercado de trabalho dos jovens recém-licenciados portugueses?

Sim;

Não;

Não sabe;

Outro.

12. Considera que a saída dos portugueses é positiva ou negativa? E por que razões?

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

13. Sente-se mais europeu por ter emigrado?

Sim;

Não;

Não sabe.

14. A sua percepção em relação a uma identidade europeia comum mudou?

Sim;

Não;

Não sabe.

15. Que características associa à identidade europeia?

Identidade comum;

Identidade cultural comum;

Cooperação europeia;

História comum;

Igualdade entre nações;

Outra.

16. Quais são as maiores diferenças que encontrou entre Portugal e o país onde reside actualmente? E o que lhe parece que os dois países têm em comum?

17. Sente que retira vantagens da Cidadania Europeia? (livre circulação, direito de voto no país de residência, etc.)

Sim;

Não;

Não sabe.

18. No geral, depois de ter emigrado, o seu sentido de pertença à União Europeia:

Permaneceu igual;

Tornou-se mais frágil;

Tornou-se mais fortalecido;

Outra.

A percepção da identidade europeia entre os jovens qualificados da nova vaga de emigração

Carla Gomes

19. Tenciona regressar a Portugal?

Sim;

Não;

Não sabe.